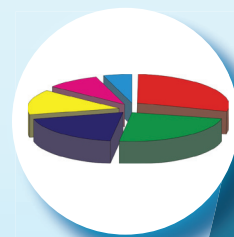
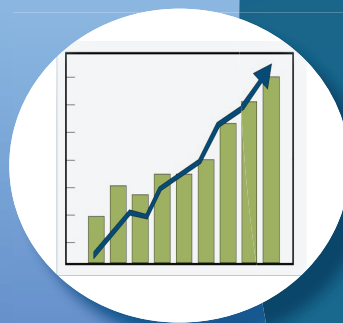


Fundação Nacional da Saúde



RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

**Superintendência Estadual
do Pará (Suest/PA)**



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Superintendência Estadual do Pará

Relatório de Gestão 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012 e DN TCU nº 121/2012 e Portaria - TCU Nº 150/2012.

Belém – PA, Março /2013.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012	11
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada	11
1.1.1 Relatório de Gestão Individual	11
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	12
1.3 Organograma Funcional	14
1.4 Macroprocessos Finalísticos (Não se Aplica a esta UJ)	19
1.5 Macroprocessos de Apoio (Não se Aplica a esta UJ)	19
1.6 Principais Parceiros	19
PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012	20
2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada	20
2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos	21
2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações	23
2.4 Indicadores	24
PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012	36
3.1 Estrutura de Governança (Não se Aplica a esta UJ).	36
3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	36
3.4 Sistema de Correição	37
3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	41
PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012	42
4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da Funasa	43
4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa	47
4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	47
4.2.2 Programação de Despesas (Não se Aplica)	47
4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes (Não se Aplica)	47
4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital (Não se Aplica)	47
4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência (Não se Aplica)	47
4.2.2.4 Análise Crítica (Não se Aplica)	47
4.2.3. Movimentação de Créditos Interna e Externa	48
4.2.4. Execução Orçamentária da Despesa	49
4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários (Não se Aplica)	49
4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários (Não se Aplica)	49
4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários (Não se Aplica)	49
4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	50
4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	50
4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	51
4.2.4.2.3 Análise crítica	53
PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012	54
5.1 Reconhecimento de Passivos	54
5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	54
5.1.2 Análise Crítica.	54
5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	55
5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	55
5.2.2 Análise Crítica	55
5.3 Transferências de Recursos	56
5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício (Não se Aplica)	56

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios (Não se Aplica)	56
5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes (Não se Aplica)	56
5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	56
5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	57
5.3.6 Análise Crítica	57
5.4 Suprimento de Fundos	59
5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundo.	59
5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral	59
5.4.1.2 Suprimento de Fundos - Contas Tipo "B" (Não se Aplica)	59
5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	59
5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ	60
5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	60
5.4.1.6 Análise Crítica.	60
5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ (Não se Aplica).	61
PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012	62
6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos.	62
6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	62
6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada	62
6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho	63
6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	63
6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	64
6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.	65
6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.	66
6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos de Aposentadoria	66
6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada	66
6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.	66
6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.	67
6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação	67
6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC	67
6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico	68
6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos	68
6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	69
6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	70
6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão (Não se Aplica)	70
6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público (Não se Aplica)	70
6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados (Não se Aplica)	70
6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	71
6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	72
6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários	73
PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012	74
7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	74
7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário	78
7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	79

7.2.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	79
7.2.3. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ	79
PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N° 119, DE 18/1/2012. (NÃO SE APLICA)	81
8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI) (Não se Aplica)	81
PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012	82
9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	88
9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.	83
PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012	85
10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício	85
10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.	85
10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	91
10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	93
10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	102
10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna	131
10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	131
10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	131
10.3.1.2 Análise Crítica.	131
10.4 Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	133
10.4.1 Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	133
PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012	134
11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	134
11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos	134
11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	135
11.2.1 Declaração com Ressalva	135
11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008 (Não se Aplica)	136
11.6 Parecer da Auditoria Independente (Não se Aplica)	136
PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	137
12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ (Tópico não desenvolvido)	137
CONCLUSÃO	138
ANEXOS	139
Anexo I – Quadro XLIV - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União (7.2.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial)	139
Anexo II-. Quadro XLVI Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ. (7.2.3. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.)	140
Anexo III – Gráfico I – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	143
QUADROS	
Quadro I - Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Individual	11
Quadro II - Indicadores de Saneamento Ambiental	24
Quadro III - Indicadores de Saneamento Ambiental para Acompanhamento da Gestão da Funasa	27
Quadro IV - Indicadores da área de Saúde Ambiental	30
Quadro V - Indicadores da área de Administração - Convênio	31
Quadro VI - Indicadores da área de Gestão de Pessoas - Capacitação	31
Quadro VII - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	36
Quadro VIII - Processos de Investigação Preliminar, Sindicância e PAD Instaurados em 2012	39
Quadro IX - Informações sobre Programas do PPA de Responsabilidade da Funasa	43
Quadro X - Identificação da Unidade Orçamentária	47

Quadro XI - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	48
Quadro XII - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação.	50
Quadro XIII - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	51
Quadro XIV - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.	54
Quadro XV - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.	55
Quadro XVI – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.	56
Quadro XVII - Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse.	57
Quadro XVIII – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)	59
Quadro XIX - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.	59
Quadro XX – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	60
Quadro XXI - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).	62
Quadro XXII – Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12	62
Quadro XXIII – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – situação em 31/12/2012	62
Quadro XXIV – Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).	64
Quadro XXV – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2012	63
Quadro XXVI – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/12	64
Quadro XXVII - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.	65
Quadro XXVIII - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro/2012	66
Quadro XXIX - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2012.	66
Quadro XXX – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	67
Quadro XXXI – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	68
Quadro XXXII – Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac	68
Quadro XXXIII – Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)	68
Quadro XXXIV – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro	68
Quadro XXXV - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva.	71
Quadro XXXVI - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	72
Quadro XXXVII- Composição do Quadro de Estagiários	73
Quadro XXXVIII – Quantitativo de Veículos em uso na Suest-Pa, por modelo, ano de fabricação e grupo, no exercício 2012.	74
Quadro XXXIX – Quantitativo de Veículos em uso na Suest-Pa, por modelo, ano de fabricação e quilometragem, no exercício 2012	75
Quadro XL – Quantitativo de Veículos em uso na Suest-Pa, por modelo, ano de fabricação e idade média da frota, no exercício 2012.	75
Quadro XLI – Situação dos custos associados a manutenção da Frota de veículos em uso na Suest-Pa, no exercício 2012.	76
Quadro XLII – Quantitativo de Veículos, por modelo, ano de fabricação e grupo, no exercício 2012, contratada de terceiros pela Suest-Pa.	77
Quadro XLIII – Quantitativo de Veículos em uso na Suest-Pa, por modelo, ano de fabricação e Quilometragem, contratado de terceiros, durante o exercício 2012	78
Quadro XLIV– Situação dos custos associados à manutenção da Frota de veículos, contratada de terceiros em uso na Suest-Pa, no exercício 2012	78
Quadro XLVI - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	79

Quadro XLVIII - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	82
Quadro XLIX – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	83
Quadro L - Recomendações do TCU Atendidas no Exercício	85
Quadro LI - Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	91
Quadro LII - Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	93
Quadro LIII - Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final de Exercício.	102
Quadro LIV – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	131
TABELAS	
Tabela I - Evolução das Transferências de Recursos no Período 2010-2012	58
GRÁFICOS	
Gráfico I - Desempenho do Consumo de Energia em kWh, da Suest-Pa, durante o período de 2010 -2012	143

ABREVIATURAS

Corege	Colegiado Regional de Gestão
CQA	Controle de Qualidade da Água
Deadm	Departamento de Administração/Presidência
Densp	Departamento de Engenharia de Saúde Pública/Presidência
Diadm	Divisão de Administração
Diesp	Divisão de Engenharia em Saúde Pública
Dsei	Distrito Sanitário Especial Indígena
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
LOA	Lei Orçamentária Anual
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MSD	Melhorias Sanitárias Domiciliares
MS Project	Microsoft Project
NICT	Núcleos Intersetoriais de Cooperação Técnica
PBS	Pedido de Bens e Serviços.
PMSB	Planos Municipais de Saneamento Básico
RIDE	Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico
SAA	Sistema de Abastecimento de Água
Seidurb	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado do Pará
Sesai	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SES	Sistema de Esgotamento Sanitário
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SISCOESC	Sistema de Controle de Estoque e Consumo
SISCON	Sistema de Convênios da Funasa
Sicotweb	Sistema de Controle de Transporte - Web
SPGO –	Sistema de Planejamento Orçamentário
Suest - Pa	Superintendência Estadual do Pará

O Relatório de Gestão apresentado refere-se ao exercício de 2012 e diz respeito às ações e atividades de competência da Superintendência Estadual do Pará - Suest-Pa - da Fundação Nacional de Saúde - Funasa, órgão vinculado ao Ministério da Saúde.

Tem como objetivo prestar contas de suas atividades através da exposição de 12 itens, informando que alguns subitens não se aplicam a esta Unidade Jurisdicionada, conforme segue abaixo. Os itens são referentes à DN TCU 119/2012:

- Parte A, Item 1, Subitem 1.4 Macroprocessos Finalísticos
- Parte A, Item 1, Subitem 1.5 Macroprocessos de Apoio
- Parte A, Item 3, Subitem 3.1 – Estrutura de Governança
- Parte A, Item 4, Subitem 4.2 – Programação de Despesas
 - 4.2.2 Programação de Despesas
 - 4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes
 - 4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital
 - 4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência
 - 4.2.2.4 Análise Crítica
- Parte A, Item 5, Subitem 5.3 Transferências de Recursos
 - 5.3.1 – Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício
 - 5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios
 - 5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes
 - 5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ
- Parte A, Item 6, Subitem 6.2 – Terceirização de mão de obra empregada e contratação de estagiários.
 - 6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão
 - 6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrente da Realização de Concurso Público
 - 6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados
- Parte A, Item 8 Subitem 8.1 - Gestão de Tecnologia da Informação (TI)
- Parte A, Item 11 – Informações Contábeis
 - Subitem 11.1 – Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos
 - Subitem 11.3 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008.
 - Subitem 11.6 - Parecer da Auditoria Independente.
- Parte A, Item 12, do Anexo II da DN TCU N.º 119, de 18/1/2012.
 - Subitem 12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ.

Para elaborar o presente Relatório a Suest-Pa utilizou o aplicativo de gerenciamento de projetos – MS Project. Neste aplicativo foram registradas as ações e atividades – Plano de Ação – tendo como ponto de partida as macroações definidas pela Presidência da Funasa, segundo o que estabelece o PPA 2012-2015. A Suest-Pa não segue diretamente o PPA, mas as definições

estabelecidas pelo Órgão Central, a partir dele. O processo de monitoramento ocorria semanalmente ou quinzenalmente em alguns momentos, com a presença dos responsáveis pelas ações. Ao final o arquivo era enviado para ser publicado na Rede Funasa – MS Project.

Quanto ao aspecto orçamentário utilizou-se informações do Siafi extraídos por setores da Presidência da Funasa e outras apresentadas pela seção de Execução Orçamentária e Financeira – Saofi da própria Suest.

A Suest- Pa durante o exercício de 2012, teve como as suas principais realizações a execução de suas atividades finalísticas, Saneamento Ambiental e Saúde Ambiental, conforme estabelece Decreto 7.335 de 19.10.2010. Em relação à Saúde Indígena, a Funasa continuou com a responsabilidade de efetivar a transição para o Ministério da Saúde, de acordo com o Decreto 7.461 de 18.04.2011. A competência da Funasa, através da Suest-Pa foi de apoiar a gestão da saúde indígena, apoiando as ações administrativas, especialmente no que se refere aos contratos. Continuou ainda, através da Diesp, desenvolvendo atividade referente ao acompanhamento de obras em aldeias indígenas, conforme estabelecido em acordo de cooperação junto ao Ministério da Saúde.

O Saneamento Ambiental, área finalística, é executado pela Divisão de Engenharia de Saúde Pública/ Diesp da Suest- Pa. Enquanto que a Saúde Ambiental, unidade que compõe a estrutura das Suest desde 2011, é desenvolvida pelo Serviço de Saúde Ambiental responsável por atividades relacionadas aos objetivos estratégicos estabelecidos na PPA 2012-2015, tais como - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde e do relativo ao objetivo - Implantar medidas estruturantes que visem à melhoria da gestão em Saneamento Básico, compreendendo a organização, o planejamento, a prestação dos serviços, a regulação e fiscalização, e a participação e controle social. A Sesam executou várias atividades constantes no planejamento (MS Project) através de suas equipes que compõe a área da gestão, da Seção de Educação em Saúde – Saduc e de uma unidade informal denominada URCQA, herdado da estrutura anterior, que não consta no organograma oficial, vide Organograma da Suest Pará, subitem 1.3, página 14.

Quanto aos resultados alcançados na área de saneamento ambiental a Suest-Pa conseguiu atingir 62,5%, 19,27% a mais que no exercício anterior, das metas estabelecidas nas 08 macroações. A área de Saúde Ambiental alcançou em 2012 um percentual igual em relação as suas macroações estabelecidas no MS Project 62,5% foram concluídas em 100%.

A gestão da área meio foi desenvolvida pela Suest-Pa no sentido de dar suporte a suas áreas finalísticas dando condições físicas e administrativas para que as atividades fossem desenvolvidas de acordo com o planejado. Além do suporte as demais macroações, a Suest operacionalizou atividades que não foram efetivadas em decorrência da não liberação de recursos, como a referente a melhorias no ambiente de trabalho. Quanto à área de Recursos Humanos observa-se um aspecto importante que foi a superação da meta de capacitação de sua força de trabalho conseguiu capacitar 26,5% além do programado, que significava 50% dos trabalhadores.

Durante o exercício de 2012 a Suest deu continuidade à busca de melhorias nas instalações do prédio da sede da Funasa no Pará, efetivando o projeto de reforma que ainda não foi aprovado pela Presidência. Em 2012 contou-se ainda com a empresa em Tecnologia da Informação contratada no final do exercício de 2010 com o objetivo de dar suporte a Suest trazendo grande avanço. Através deste contrato foi possível garantir o serviço no ambiente computacional da Suest (hardware e software) envolvendo infraestrutura de rede corporativa (física e lógica), servidores e estações de trabalho, administração de rede, segurança física e lógica do ambiente computacional. Esta prestação de serviço foi benéfica de modo geral, não havendo aqueles problemas que ocorriam anteriormente, causando atrasos na operacionalização das atividades.

A Suest-Pa conseguiu desenvolver suas ações com esforço considerando que se enfrentou algumas dificuldades como a falta de pessoal qualificado e o teto orçamentário definido pelo nível central que inviabilizou algumas atividades programadas, bem como a edição do Decreto 7.689, de 02.03.2012, que limita o número de diárias. Uma dificuldade que está se tornando perene é o

envelhecimento do corpo de servidores, a sua aposentadoria e não substituição desta força de trabalho.

A Suest-Pa, durante o exercício de 2013, pretende dar continuidade as atividades que compõem as suas áreas finalísticas: Saneamento Ambiental e Saúde Ambiental, conforme orientações estabelecidas pelo nível central, baseando-se na PPA 2012-2015. Em relação à primeira verifica-se que haverá a continuidade na realização de análises, visitas técnicas em relação aos projetos do PAC para o presente exercício bem como de exercícios anteriores em relação a sistemas de abastecimentos de água de esgotamento sanitário, melhorias sanitárias domiciliares, resíduos sólidos e controle e qualidade da água. Será dada continuidade também ao fomento de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico/PMSB em conjunto com o NICT – Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica, composto de 04 membros representando outras unidades como Astec, Diesp, Secon e Sesam.

A área de Saúde Ambiental continuará atuando em relação ao controle de qualidade da água, Educação em Saúde tanto em relação aos projetos da área de saneamento ambiental quanto em relação ao controle de qualidade da água e ainda em relação aos PMSB. Considerando que está é uma área nova dentro da Funasa, a instituição está qualificando seu corpo técnico para atuarem em relação à intervenção em possíveis desastres naturais é um aspecto importante dentro do plano para o exercício de 2013.

A área de gestão da Suest, seguindo o planejamento estabelecido pela Presidência do Órgão, se propõe a dar continuidade ao plano de capacitação de seus servidores com o objetivo de manter e melhorar o desempenho destes buscando ainda a melhoria da qualidade de vida através da implementação do programa de qualidade de vida no trabalho iniciado no exercício de 2010, e que não se conseguiu desenvolver em 100% o que havia sido programado para 2012. Propõe-se ainda em dar continuidade a execução das medidas corretivas identificadas no laudo ambiental da Suest, que não foi possível ser alcançada em decorrência de questões orçamentárias. Bem como, desenvolver o processo de avaliação referente ao 3º ciclo de avaliação referente à Avaliação de Desempenho Institucional /Individual da Funasa, conforme determina Portaria Funasa 1.744 de 15.09.2010.

A reforma predial de toda a instalação da sede programada para o exercício de 2012 foi transferida para o exercício de 2013 uma vez que, por falta de recursos orçamentários não foi possível ser executado, sempre tendo como foco melhorar as condições de trabalho para que os resultados nas áreas finalísticas sejam positivos.

PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18.01.2012

1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Individual

Quadro I - Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Saúde		Código SIORG: 2207
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Superintendência Estadual do Pará da Fundação Nacional de Saúde.		
Denominação Abreviada: Funasa / Suest - Pará		
Código SIORG: 007482	CÓDIGO LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 255014
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Fundação do Poder Executivo		
Principal Atividade: Promoção de Programas de Saúde; Federal, Estadual e Municipal.		Código CNAE – 8412-4/00
Telefone /Fax de contato: (91) 3202-3710	(91) 3202-3753	(91) 3202-3773
Endereço Eletrônico: corepa.gab@funasa.gov.br		
Página da Internet: http://www.funasa.gov.br		
Endereço Postal: Av. Visconde de Souza Franco, 616 – Reduto CEP: 66.053-000 Belém/Pa.		
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de Criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Instituída pela Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, pelo Decreto n.º 100, de 16 de abril de 1991. Missão Institucional alterada pelo Decreto 7.335, de 19.10.2010 que também aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da FUNASA.		
Outras Normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Manuais e Publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A criação da Fundação Nacional de Saúde tem relação direta com a estruturação e implementação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), uma vez que assumiu, no período de 1999 a 2010, a responsabilidade de operacionalização das ações de saúde para os povos indígenas, promovendo uma ampla e profunda estruturação institucional.

Em 2010, com a publicação do Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010, revogado pelo Decreto 7.530 de 21 de julho de 2011, que cria a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e transfere a gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, competência até então da Funasa, para o Ministério da Saúde. Coube a Funasa, assegurar até 31 de dezembro de 2011, todo o apoio administrativo necessário, para que não ocorresse prejuízo na execução das ações e dos serviços prestados aos povos indígenas.

O Governo Federal considerou prudente estender o apoio administrativo estabelecendo o Decreto 7.461 de 18.04.2011, possibilitando a continuidade do apoio à gestão da saúde indígena no processo de transição de todo o subsistema de Saúde para a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI/MS). Esta ação foi concluída em 31.12.2011, conforme definia o referido Decreto. A Superintendência Estadual do Pará – Suest-Pa – ainda não finalizou o processo de transferência no que se refere aos bens móveis e imóveis para a Sesai, considerando aspectos orçamentários que impediram a conclusão de atividades necessárias ao processo, previsto para o exercício de 2013 a conclusão deste processo em relação a dois Dsei (Kayapó E Tapajós).

A Funasa vem desenvolvendo seu novo papel institucional estabelecido no Decreto nº 7.335, de 19 de outubro de 2010, que aprova o seu Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas. No Anexo I, artigo 2º ficou estabelecido que à Funasa compete: fomentar soluções de saneamento para prevenção e controle de doenças e formular e implementar ações de promoção e proteção à saúde relacionadas com as ações estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental.

A inclusão social continua sendo o foco norteador do processo através de ações que objetivam a prevenção e controle de doenças ocasionadas pela ausência ou inadequação de saneamento básico em municípios com população de até 50 mil habitantes e áreas de interesse especial como assentamentos, remanescentes de quilombos e reservas extrativistas.

O Estado do Pará, de acordo com informações do Censo – IBGE - estimativa para 2012 em seu Sítio eletrônico, é de uma população de 7.792.561 habitantes, distribuídos por 144 municípios. Deste total 104 tem população com menos de 50 mil habitantes e a Funasa atua em 92,3% destes municípios, atendendo 32,48% da população do Estado, são 2.251.816 pessoas que não dispõem de condições adequadas de saneamento. O volume de recursos financeiros investidos no Estado é significativo, considerando a geração de empregos e renda em decorrência da aplicação deste investimento.

Como Unidade Descentralizada da Funasa o papel da Superintendência Estadual do Pará – Suest Pará - compete “... supervisionar e desenvolver as atividades da FUNASA, nas suas respectivas áreas de atuação”.

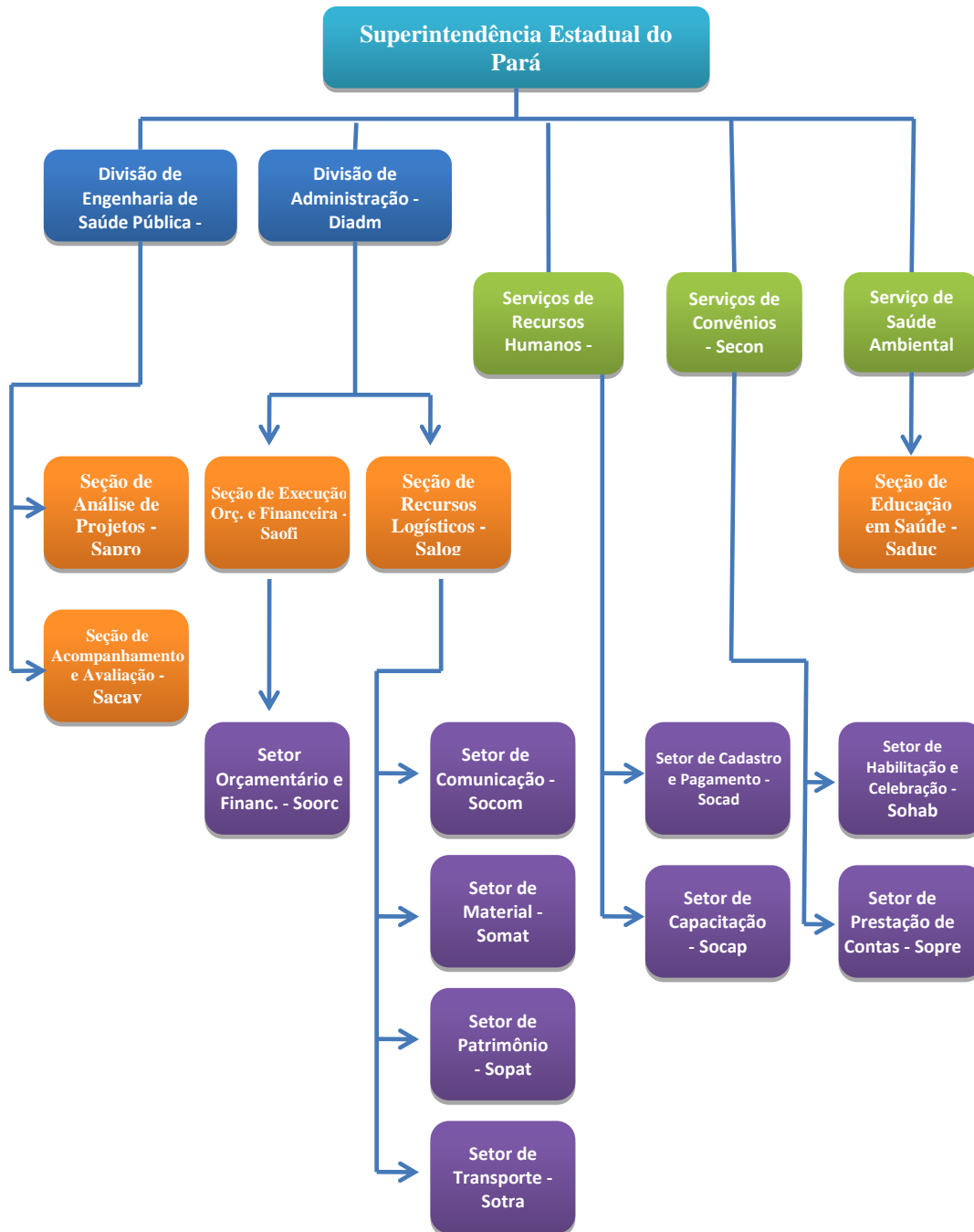
A área de Saneamento Ambiental é desenvolvida pela Diesp/ Divisão de Engenharia de Saúde Pública que tem por objetivo coordenar, acompanhar, supervisionar e avaliar as suas atividades no âmbito da Suest através de, entre outras atividades, apoio técnico a programas e ações de saneamento desenvolvidas por órgãos municipais e estaduais; acompanhar e supervisionar obras realizadas com transferências de recursos da Funasa. Estas ações ainda atingem tanto comunidades indígenas, por período determinado, quantos não-indígenas e quilombolas.

Para desenvolver suas atividades durante o exercício de 2012 a Funasa continuou seguindo a Portaria 314, de 14.06.2011 que define critérios para o processo seletivo visando repasse de recursos para ações de saneamento básico. Estas ações dizem respeito à segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento- PAC2 do Governo Federal. Os critérios estabelecidos foram: atender

municípios com população de até 50.000 habitantes (Censo 2010) e de acordo com critérios de priorização: Municípios que contam com projetos básicos de engenharia devidamente elaborados e com plena condição de viabilização da obra; Municípios que contam com gestão estruturada em serviços públicos de saneamento básico com entidade ou órgão especializado e concessão regularizada; Complementação de empreendimentos inseridos na primeira fase do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 1; Empreendimentos que promovam a universalização dos serviços de abastecimento de água; Municípios com elevado risco de transmissão de doenças relacionadas à falta ou inadequação das condições de saneamento, em especial, esquistossomose, tracoma e dengue; Municípios com os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH); Municípios com os menores índices de cobertura dos serviços de abastecimento de água; Municípios com as maiores taxas de mortalidade infantil (TMI); Municípios inseridos nos Bolsões de Pobreza; Municípios que possuam Plano Municipal de Saneamento, elaborado ou em elaboração, nos moldes da Lei N° 11.445/2007; Municípios com dados atualizados no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento-SNIS/2009;

1.3 Organograma Funcional

1.3.1 Organograma da Suest-Pa



Por força do Decreto nº 7.335 de 19 de outubro de 2010, que aprovou o novo estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas, e definiu como responsabilidades institucionais a promoção e a proteção à saúde, e como competências, o fomento à soluções de saneamento para a prevenção de controle de doenças, bem como a formulação e implementação de ações de promoção e de proteção à saúde relacionadas com ações estabelecidas

pelo Sistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental, foi elaborada a proposta do Regimento Interno da Funasa, e encaminhada para o Ministério da Saúde (MS) para aprovação.

O referido regimento foi encaminhado por meio do Ofício 123 / Gabinete PR / Presi / Funasa de 09 de maio de 2012, reiterado pelo Ofício / Gabinete PR / Presi / Funasa de 14 de fevereiro de 2013, e até o momento esta aprovação não foi efetivada.

Como o decreto referido acima alterou a estrutura vigente, e a nova proposta ainda não foi aprovada, a Funasa optou pela descrição das competências baseadas na proposta do novo regimento interno, por ser o instrumento baseado na legislação vigente.

Proposta de Regimento Interno da Funasa, baseada no dec. 7.335 - de 19/10/2010.

SEÇÃO IV Das Unidades Descentralizadas

Art. 84. Às Superintendências Estaduais compete coordenar, supervisionar e desenvolver as atividades da Fundação Nacional de Saúde, nas suas respectivas áreas de atuação.

Art. 85. À Divisão de Engenharia de Saúde Pública das Superintendências Estaduais compete:

I - coordenar, acompanhar, supervisionar e avaliar as atividades de engenharia de saúde pública, no âmbito da Superintendência Estadual;

II - prestar apoio técnico à programas e ações de gestão dos serviços de saneamento desenvolvidas por órgãos estaduais e municipais;

III - apoiar e supervisionar estudos e pesquisas tecnológicas na área de saneamento e edificações de Saúde Pública;

IV - analisar projetos de saneamento e edificações de Saúde Pública; e

V - acompanhar e supervisionar obras realizadas com transferência de recursos da Fundação Nacional de Saúde.

Art. 86. À Seção de Análise de Projetos compete:

I - analisar projetos técnicos de engenharia destinados a área de saúde, bem assim os relativos a obras nas edificações de uso da Fundação Nacional de Saúde;

II - analisar e emitir parecer técnico relativo a convênios; e

III - prestar cooperação técnica.

Art. 87. À Seção de Acompanhamento e Avaliação compete:

I - acompanhar a execução das obras realizadas com recursos da Fundação Nacional de Saúde; e

II - acompanhar e avaliar as atividades de elaboração de projetos, enfocando custos e concepções técnicas.

Art. 88. À Divisão de Administração das Superintendências Estaduais competem planejar, coordenar e executar as atividades das áreas de orçamento, finanças, contabilidade e recursos logísticos e insumos estratégicos.

Art. 89. À Seção de Execução Orçamentária e Financeira compete:

I - executar as atividades relativas à execução orçamentária e financeira;

II - programar, consolidar e fornecer subsídios às atividades relacionadas à proposta orçamentária anual em articulação com as diversas áreas da Superintendência Estadual;

- III - executar e acompanhar as atividades de movimentação dos recursos orçamentários e financeiros;
- IV - promover estudos de custos orçamentários e financeiros das ações desenvolvidas pela Superintendência Estadual;
- V - elaborar, mensalmente a programação financeira;
- VI - proceder à análise e execução dos registros contábeis dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- VII - promover o envio e/ou retificação das declarações anuais obrigatórias a nível da Superintendência Estadual;
- VIII - manter adimplência da Fundação Nacional de Saúde junto aos órgãos arrecadadores e fiscalizadores a nível Estadual; e
- IX - executar outras atividades determinadas pelo Chefe da Divisão de Administração.

Art. 90. Ao Setor Orçamentário e Financeiro compete:

- I - executar e acompanhar a programação e execução orçamentária e financeira;
- II - manter atualizado os registros orçamentários e financeiros recebidos e os saldos dos empenhos emitidos;
- III - executar as atividades de registro de conformidade documental;
- IV - promover o pagamento dos processos de despesas no âmbito Estadual;
- V - proceder à análise e execução dos registros contábeis dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; e
- VI - executar outras atividades determinadas pelo chefe da Seção de Execução Orçamentária e Financeira.

Art. 91. À Seção de Recursos Logísticos compete:

- I - executar as atividades de apoio administrativo;
- II - controlar, orientar e fiscalizar a execução de atividades de limpeza, manutenção, vigilância, transporte, administração de material, patrimônio, obras e comunicação;
- III - proceder à análise e acompanhamento dos processos licitatórios, dispensas e inexigibilidade de licitação;
- IV - acompanhar a execução de contratos, acordos e ajustes da Superintendência; e
- V - elaborar minutas de contratos, aditivos e acordos, submetendo-os à apreciação do Superintendente.

Art. 92. Ao Setor de Comunicação compete:

- I - executar as atividades relacionadas ao recebimento, classificação, movimentação e expedição de correspondências e arquivos; e
- II - proceder à análise, avaliação e seleção de documentos, segundo a Tabela de Temporalidade de Documentos vigentes.

Art. 93. Ao Setor de Material compete:

- I - executar as atividades de administração de material e serviços, de controle de estoque físico e contábil dos materiais de consumo e insumos estratégicos;
- II - executar os procedimentos relativos a compras de materiais e contratações de serviços; e
- III - manter atualizados os registros das atividades que lhes sejam afetas nos correspondentes sistemas de informação.

Art. 94. Ao Setor de Transportes compete:

- I - supervisionar e controlar a execução das atividades relativas a transporte de funcionários, de cargas e manutenção da frota de veículos;

II - acompanhar e manter atualizado o cadastro de veículos, manutenção da frota em uso, registro e licenciamento, bem como acompanhar o consumo de combustíveis e lubrificantes; e
III - acompanhar perícias para apuração de responsabilidade decorrente de má utilização ou negligência por parte dos motoristas.

Art. 95. Ao Setor de Patrimônio compete:

I - executar as atividades de administração patrimonial;
II - propor a alienação, cessão ou baixa de materiais permanentes;
III - manter atualizados os dados do acervo de bens móveis e imóveis, inclusive contabilmente; e
IV - elaborar o inventário anual dos bens móveis e imóveis.

Art. 96. Ao Serviço de Recursos Humanos das Superintendências Estaduais compete:

I - planejar, coordenar e orientar as atividades inerentes à gestão de recursos humanos, em harmonia com diretrizes emanadas da unidade central da Fundação Nacional de Saúde;

II - supervisionar as atividades relativas à aplicação da legislação de pessoal sob sua administração;

III - proceder a estudos sobre lotação ideal de servidores, objetivando subsidiar estratégias de gestão de recursos humanos;

IV - disponibilizar aos servidores, informações e esclarecimentos a respeito das políticas e procedimentos relacionados a recursos humanos;

V - propor à Coordenação-Geral de Recursos Humanos, Plano Anual de Capacitação de recursos humanos; e

VI - promover, executar e monitorar as ações da política de atenção à saúde do servidor em harmonia com a unidade central:

- a) perícia médica;
- b) promoção e vigilância à saúde; e
- c) assistência a saúde suplementar.

Art. 97. Ao Setor de Cadastro e Pagamento compete:

I - acompanhar e executar as atividades de pagamento de remuneração e vantagens dos servidores ativos, aposentados e pensionistas;

II - elaborar cálculos de direitos e vantagens decorrentes da implantação e revisão de aposentadorias e pensões e outros que impliquem em alteração de remuneração;

III - executar as atividades de atualização cadastral, movimentação de pessoal e concessão de benefícios de servidores ativos e inativos;

IV - promover a apresentação da declaração de bens e rendas dos servidores da Fundação Nacional de Saúde, no final de cada exercício financeiro, exoneração ou afastamento definitivo, bem como encaminhar as informações ao órgão de controle externo;

V - atualizar a documentação e assentamentos funcionais dos servidores; e

VI - supervisionar e controlar a execução das atividades relacionadas à concessão e revisão de aposentadoria e pensão.

Art. 98. Ao Setor de Capacitação compete:

I - acompanhar e executar as atividades de avaliação de desempenho, de levantamento das necessidades e de desenvolvimento de recursos humanos;

II - elaborar e manter cadastro de qualificação do corpo funcional e de instrutores;

III - elaborar e implementar programas e projetos de capacitação, de acordo com diretrizes estabelecidas pela unidade central da Fundação Nacional de Saúde; e

IV - propor a participação de servidores em atividades de treinamento e eventos de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos.

Art. 99. Ao Serviço de Convênios compete:

I - auxiliar a Coordenação-Geral de Convênios na proposição de procedimentos internos para a celebração, gerenciamento e prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres;

II - repassar aos setores subordinados a legislação aplicável à área, bem como normativos, portarias e instruções recebidas dos órgãos centrais e de órgãos externos, cobrando suas aplicações;

III - coordenar as atividades relacionadas ao gerenciamento e prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres;

IV - planejar, coordenar e supervisionar as atribuições dos setores subordinados; e

V - executar atividades relacionadas a convênios determinadas pela Unidade Central.

Art. 100. Ao Setor de Habilitação e Celebração compete:

I - coordenar e executar a análise processual de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres, celebrados com entidades de sua Unidade da Federação, de acordo com a legislação vigente e com orientações das unidades centrais, executando as tarefas afeitas ao gerenciamento desses instrumentos e encaminhando documentações às autoridades competentes;

II - solicitar informações ou complementação de informações relativas ao gerenciamento de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres a setores da própria Fundação ou a órgãos externos;

III - encaminhar informações a Coordenação de Habilitação e Celebração de Convênios com relação aos instrumentos gerenciados no setor, a fim de subsidiar as atribuições daquela Coordenação;

IV - controlar a tramitação de processos e documentos relativos à habilitação e gerenciamento de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres; e

V - executar outras atividades determinadas pelo Chefe do Serviço de Convênios.

Art. 101. Ao Setor de Prestação de Contas compete:

I - elaborar relatórios, trimestrais e anuais, de acompanhamento e análise de prestação de contas da execução de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares, encaminhando-os à Coordenação de Acompanhamento e Análise de Prestação de Contas de Convênios, ao fim de cada trimestre e exercício;

II - prestar cooperação técnica aos órgãos e entidades convenientes na elaboração e apresentação de prestação de contas, em conformidade com as normas e legislação vigente;

III - controlar e realizar cobrança de prestação de contas dos convênios, termos de compromisso e instrumentos similares celebrados no âmbito de sua atuação;

IV - realizar a análise e a emissão de parecer parcial e final em prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares;

V - analisar a documentação de processo de prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares celebrados;

VI - atualizar os sistemas internos de gestão de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares;

VII - submeter ao ordenador de despesas, para aprovação, as prestações de contas dos recursos repassados mediante convênios, termos de compromisso e instrumentos similares no âmbito de sua atuação;

VIII - controlar a tramitação de processos e documentos relativos à prestação de contas;

IX - informar a Coordenação de Acompanhamento e Análise de Prestação de Contas de Convênios, para registro no mesmo, toda a execução das prestações de contas parcial e final de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares celebrados pela Fundação Nacional de Saúde, bem como os resultados de suas análises;

X - propor a abertura de Tomada de Contas Especial, nos casos de inadimplência decorrente de ausência de prestação de contas e de não aprovação;

XI - coordenar e monitorar o processo de instrução para instauração de Tomada de Contas Especial de Convênios, termos de compromisso e instrumentos similares; e

XII - executar outras atividades determinadas pelo Chefe do Serviço de Convênios

Art. 102. Ao Serviço de Saúde Ambiental compete:

I - coordenar, acompanhar e avaliar as atividades de saúde ambiental, em consonância com as diretrizes definidas pelo Departamento de Saúde Ambiental;

II - monitorar e avaliar as atividades de educação em saúde ambiental realizadas por estados e municípios relativas às ações de saúde ambiental e saneamento básico fomentadas pela Fundação Nacional de Saúde;

III - executar ações de apoio ao controle da qualidade da água para consumo humano provenientes de abastecimento público ou solução alternativa conforme procedimentos e padrão de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde;

IV - coordenar e executar ações supletivas e complementares de saúde e saneamento ambiental, em situações de risco à saúde de populações vulneráveis, em conjunto com a Divisão de Engenharia de Saúde Pública;

V - coordenar e executar projetos e ações estratégicas de saúde ambiental, em conjunto com a Divisão de Engenharia de Saúde Pública; e

VI - coordenar, monitorar e avaliar as ações de educação em saúde ambiental e apoio ao controle da qualidade da água realizado em comunidades especiais.

Art. 103. À Seção de Educação em Saúde Ambiental compete:

I - executar atividades de educação em saúde ambiental, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação de Educação em Saúde Ambiental;

II - analisar, acompanhar, avaliar e emitir parecer sobre projetos de educação em saúde ambiental, a serem implementados pelos estados e municípios, relativos às ações de saúde ambiental e saneamento básico fomentadas pela Fundação Nacional de Saúde;

III - apoiar a execução de ações estratégicas de saúde ambiental em municípios e comunidades, em situação de risco à saúde; e

IV - atuar de forma integrada com os demais setores da Superintendência Estadual nas ações de sua abrangência.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

“Não se aplica a esta unidade jurisdicionada”

1.5 Macroprocessos de apoio

“Não se aplica a esta unidade jurisdicionada”

1.6 Principais Parceiros

Entre os principais parceiros da Suest-Pa estão as Associações de Municípios, tais como: Famep - Federação das Associações dos Municípios do Estado do Pará, Amam – Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó, Amucan - Associação dos Municípios da Calha Norte, Amat - Associação dos Municípios do Araguaia e Tocantins, Amunep- Associação dos Municípios do Nordeste Paraense, Coimp- Consórcio Intermunicipal do Nordeste do Pará.

O Governo do Estado do Pará tem atuado como parceiro, especificamente através de um de seus órgãos a Seidurb – Secretaria de Integração e Desenvolvimento Urbano e Metropolitano e os municípios, embora atuem também como usuários dos serviços prestados pela Funasa, através da Suest-Pa.

2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

O processo de planejamento da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) iniciou-se com a revisão do referencial estratégico, a partir da definição da sua nova missão, visão e valores, considerando os pontos fortes e fracos dentro do horizonte estabelecido. Passando em seguida pela etapa de elaboração e pactuação do plano de ação tendo sido definido como ferramenta tecnológica de gestão, o MS Project (aplicativo voltado para o gerenciamento de projetos, onde se pode planejar, implementar e acompanhar as ações).

O MS Project foi utilizado para o planejamento, a implementação e o acompanhamento das ações pactuadas em todos os níveis (Presidência e Superintendência), que se deu de forma colegiada, possibilitando a reflexão quanto ao alcance dos resultados pretendidos, considerando a factibilidade dos prazos. O caráter dinâmico de todo o processo de planejamento pressupõe o estabelecimento de novas estratégias, subsidiando a tomada de decisão tempestiva quanto à necessidade de novas intervenções ou medidas.

O processo de Planejamento consistiu na pactuação de um conjunto de medidas (Ações e Atividades), registradas no MS Project, consideradas indispensáveis ao enfrentamento das dificuldades reconhecidas pela instituição e, simultaneamente, daquelas suficientes para o alcance dos resultados almejados; sobretudo aqueles que guardam correspondência com as políticas públicas, planos, programas, objetivos e metas governamentais de responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde.

Na primeira etapa deste processo, houve a definição das estratégias e diretrizes gerais do Plano de Ação realizada durante reuniões agendadas especificamente para este fim (reunião de diretoria e reunião de diretoria ampliada). Definidas as estratégias e diretrizes gerais, cada diretoria consolidou no MS Project, as ações necessárias que lhes competem executar, levando-se em consideração atividades, tempo e recursos (humanos, logísticos e orçamentários).

Em um segundo momento as diretorias identificaram no conjunto de ações e tarefas registradas no MS Project, aquelas que são de competência e responsabilidade das Superintendências Estaduais (SUEST) e que, portanto, deverão ser objeto de desdobramento nos Planos de Ação da Suest.

Após esta etapa, as ações e tarefas são apresentadas em reunião de diretoria, no MS Project, para socialização das informações, pactuação de prazos e demais considerações pertinentes.

Por fim, após o nivelamento em reunião de diretoria, as ações e tarefas, registradas no MS Project, foram apresentadas em reunião de planejamento, com a participação das áreas técnicas da Presidência e das Superintendências Estaduais (SUEST), para pactuação e deliberação quanto aos possíveis desdobramentos, responsáveis e prazos no nível das Superintendências. Desta forma a Suest-Pa desdobrou suas atividades e semanal ou quinzenalmente reunindo todos os gerentes responsáveis por ações estabelecidas no MS Project para acompanhar o desenvolvimento e fazer ajustes quando necessário, redimensionando em alguns casos. Observa-se que estes momentos são aproveitados para rever as atividades de gestão como um todo, havendo troca de informações e possibilitando resolução às questões que não estariam diretamente ligados as ações do Project, mas que tinham referência com a gestão da Suest.

2.2 Estratégia de atuação frente aos Objetivos Estratégicos

Para desenvolver as atividades da Suest- Pa durante o exercício de 2012, inicialmente elaborou-se os projetos da Suest, lançando-as na ferramenta MS Project, conforme orientação da Presidência do Órgão, que apresentou– a substituindo o Plano Operacional utilizado até o exercício de 2011.

As atividades desenvolvidas pela Suest durante o exercício de 2012 foram inseridas no MS Project – Plano de Ação - seguindo as macroações definidas pela Presidência e foram monitoradas semanalmente e em alguns momentos quinzenalmente. A atualização do Sistema ocorria com o envio das planilhas atualizadas via e-mail e publicadas pelo Órgão Central no citado Sistema. A atualização era processada em reunião com participação dos responsáveis pelas diversas áreas, com atividades no instrumento. Todos participam do processo com amplo direito, inclusive, a opinar sobre as atividades das demais áreas.

Para desenvolver sua missão a Funasa conta na Suest-Pa com a Divisão de Engenharia de Saúde Pública para executar atividades da área de Saneamento Ambiental, embora com algumas dificuldades, tenha conseguido avançar através de atividades imprescindíveis ao processo de aprovação de projetos, que são, além da própria análise em si, de visitas técnicas e após aprovação e liberação de recurso visitas de acompanhamento e elaboração de parecer. Além destas atividades a Diesp, por força da Portaria 314, de 14.06.2011, tem realizado entrevistas técnicas buscando esclarecer aspectos técnicos dos projetos apresentados. Para desenvolver estas atividades é necessário dispor de recursos financeiros consideráveis para custear locomoção e estadia dos técnicos e pessoal de apoio. Estes são projetos referentes ao PAC 2 – Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal – as atividades referentes a estes projetos tiveram a prioridade exigida pelo programa de governo.

Durante o exercício de 2012 a Diesp especificamente não enfrentou problemas em relação às viagens de visita técnica. No entanto, as demais áreas precisaram redimensionar suas atividades, em escala menor que o exercício de 2011, por força do Decreto 7.689, de 12.03.2012, que limita o número de diárias. O Diesp conseguiu atingir 86% das atividades definidas no MS Project. Embora a Suest- Pa não tenha responsabilidade sobre nenhum dos níveis hierárquicos referentes ao PPA, o Saneamento Ambiental desenvolveu atividades que tem por finalidade contribuir com os resultados da ação 20Q8 – Apoiar a implantação e manutenção dos Sistemas de Saneamento Básico e Ações de Saúde Ambiental, vinculada a um programa do PPA 2012-2015.

Assim, a Diesp apresenta como resultado de suas visitas de acompanhamento as obras dos diversos projetos de convênios e Termos vigentes cerca de 131 relatórios de análises aprovando ou não os objetos de suas análises. Na maioria dos casos o técnico precisou se locomover até a localidade onde o projeto está sendo executado ou vai ser executado. A Diesp utilizou 46,85% de todo o recurso destinado ao custeio de diárias para poder executar suas ações.

A área da Saúde Ambiental, parte da missão institucional criada em 2010, ainda está se estruturando, no entanto tem desenvolvido atividades executadas anteriormente pela Diesp e pela Equipe de Educação em Saúde. A missão da Funasa nesta área é planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas à formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental; controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde; e apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental. Esta área, assim como a anterior, também faz parte da PPA 2012-2015 e desenvolveu atividades referentes à Ação 20T6 - Fortalecimento da Saúde Ambiental para redução dos riscos à saúde humana em municípios com menos de 50.000 habitantes. Nesta área a Funasa desenvolve ações cujos resultados auxiliaram o desempenho da ação 20AF - Apoiar município com ações de Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano.

Mesmo sem responsabilidade direta com programas e ações, a Suest-Pa, através do Sesam executou 26 visitas técnicas aos municípios beneficiados. Durante estas visitas foram desenvolvidas

reuniões, diagnóstico situacional, oficinas, coletas de amostra de água, exames físico-químico e bacteriológico. Na sede foram desenvolvidas capacitações principalmente no que se refere à qualidade da água. No Plano de Ação da Suest-Pa, desenvolvido com a utilização da ferramenta MS Project constam 08 macroações definidas pela Presidência e desdobradas pela Suest através da Sesam, em 24 subações e 90 atividades.

O fator recursos humanos ainda é um aspecto delicado no processo de execução das ações, falta desenvolver as competências necessárias à Suest para que se desempenhem as atividades com qualidade. Em relação ao saneamento ambiental a situação melhorou, houve investimento nesta área. A situação ainda é precária considerando os convênios passivos, que necessariamente, precisam de acompanhamento técnico e principalmente por questão de análise de prestação de contas. A Suest – Pará conta com um número razoável de técnicos na área de engenharia, no entanto, ainda não são suficientes para fazer o enfrentamento às ações em execução, haja vista que a Funasa faz transferência de recursos para quase todos os municípios e quando a transferência não é feita diretamente com o município é realizada através do Estado. Este apoio atinge 92,3% dos municípios paraenses, com até 50 mil habitantes (Censo 2010 – IBGE – Estimativa 2012).

Além das duas áreas finalísticas a área de Gestão que envolve o Serviço de Recursos Humanos e a Divisão de Administração desenvolveram atividades com o objetivo de garantir um melhor atendimento aos direitos da força de trabalho da Suest-Pará e, conseqüentemente, melhorar o seu desempenho profissional. Buscou desenvolver atividades com o objetivo de melhorar as condições de trabalho. Para alcançar as metas propostas a Suest contou com 233 servidores durante o exercício de 2012, em sua sede.

2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

O processo de planejamento, por competência institucional, está localizado no nível central da instituição, e conta, sempre que necessário, com a participação de representações das suas esferas estaduais. Conforme é de conhecimento foram definidos os seguintes componentes que conformam o arco do processo, desde a sua planificação até a sua avaliação: elaboração do referencial estratégico contemplando a missão institucional, visão de futuro e valores. Com relação aos objetivos estratégicos, estes foram definidos em conformidade com os órgãos de interesses convergentes, Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, Ministério da Integração Nacional e Ministério do Meio Ambiente, por ocasião da elaboração do Plano Plurianual de Governo para o período de 2012 a 2015. As metas trabalhadas foram estabelecidas pela própria instituição, e se encontram também elencadas no Plano Plurianual de Governo, do mesmo período. Os movimentos de monitoramento e avaliação, em nível interno, ainda não estão sistematizados, embora já se tenha elaborado uma planilha de indicadores de gestão - que auxiliam no processo de monitoramento - e de desempenho institucional, que são utilizados quando do processo de avaliação institucional. A título de ratificação, a ligação do processo de planejamento com o Plano Plurianual e seus componentes é de competência da Presidência da instituição.

Por tudo isso, depreende-se que a Superintendência Estadual, por ser uma unidade descentralizada da estrutura central, não tem um processo de planejamento autônomo, desvinculado do da presidência. Em outras palavras, as macrodecisões sobre em que bases planejar, bem assim a escolha de demais critérios que norteiam a elaboração desses documentos são de responsabilidade da presidência da instituição, e acontecem no seu espaço de atuação.

Com relação ao plano de trabalho, no ano de 2012, foi instituído para as Superintendências Estaduais, um plano de ação, baseado na ferramenta MS-Project, com atributos de abrangência nacional e estadual, expressos por projetos, ações, subações, tarefas, responsáveis, e prazo de execução, em correlação com as metas e objetivos estratégicos definidos no plano estratégico da instituição, numa escala ascendente.

As Superintendências, portanto, ao executarem o seu plano de trabalho, contribuem para o alcance, em primeiro lugar, das metas estabelecidas pela instituição, e, por consequência, com os

objetivos estratégicos estabelecidos. Esse é o nível de atuação das Superintendências, no espectro do processo de planejamento estratégico desenvolvido pela Fundação.

2.4 Indicadores

Eixo: Saneamento Ambiental

Quadro II Indicadores de Saneamento Ambiental

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável	Meta do Indicador	Resultado
1. Percentual de comunidades com obras de SAA (Saneamento Rural) Contratadas (TC celebrados)	Aferir o número de comunidades com obras de SAA contratadas.	$\frac{\text{N}^\circ \text{de comunidades com obras Contratadas}}{\text{N}^\circ \text{de comunidades com obras Programadas}} \times 100$	$\frac{78}{76} \times 100 =$	Eficiência	Sigob, Relatório Densp	Relatório de execução	Densp	Contratar 100% das obras programadas	102,61%
2. Percentual de municípios com apoio à gestão	Aferir a capacidade de apoio à gestão dos municípios programados	$\frac{\text{N}^\circ \text{de municípios apoiados}}{\text{N}^\circ \text{de municípios programados}} \times 100$	$\frac{22}{22} \times 100 =$	Eficácia	Relatório Densp	Relatório de execução	Densp	Alcançar 100% dos municípios programados	100%
3. Percentual de Resíduos Sólidos Concluídos.	Aferir o número de obras de Resíduos Sólidos concluídos.	$\frac{\text{N}^\circ \text{de Obras Concluídas}}{\text{N}^\circ \text{de Instrumentos Celebrados}} \times 100$	$\frac{2}{12} \times 100 =$	Eficácia	Sigob	Relatório de execução	Densp	Alcançar 100% de obras de Resíduos Sólidos concluídas	17%

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável	Meta do Indicador	Resultado
4 - Percentual de execução física de obras de abastecimento de água com recursos do PAC Acumulado - 2007 a 2010.	Medir a execução física das obras do PAC	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de TC com obras de SAA em execução / Concluídas}}{\text{N}^\circ \text{ de TC celebrados}} \times 100$	$\frac{77}{76} \times 100$	Eficácia	Balanço do PAC* Sigesan, Siscon SUESTs	Relatórios do Sigesan; Informações das Divisões de Engenharia das SUESTs	Densp SUESTs	Alcançar 100% de obras de SAA concluídas	101,31%
		$\frac{\text{N}^\circ \text{ de TC com projetos de SAA Aprovados}}{\text{N}^\circ \text{ de TC celebrados}} \times 100$	$\frac{78}{76} \times 100$	Eficácia	Balanço do PAC* Sigesan, Siscon SUESTs	Relatórios do Sigesan; Informações das Divisões de Engenharia das SUESTs	Densp SUESTs	Alcançar 100% de projetos de SAA concluídos	102,61%
5 - Percentual de execução física de obras de esgotamento sanitário com recursos do PAC Acumulado - 2007 a 2010	Medir a execução física das obras do PAC	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de TC com obras de ES em execução / concluídas}}{\text{N}^\circ \text{ de TC celebrados}} \times 100$	$\frac{18}{17} \times 100$	Eficácia	Balanço do PAC I Sigesan, Siscon SUESTs	Relatórios do Sigesan; Informações das Divisões de Engenharia das SUESTs	Densp SUESTs	Alcançar 100% de obras de SES concluídas	105,88%
		$\frac{\text{N}^\circ \text{ de TC com projetos de ES Aprovados}}{\text{N}^\circ \text{ de TC celebrados}} \times 100$	$\frac{18}{17} \times 100$	Eficácia	Balanço do PAC I Sigesan, Siscon SUESTs	Relatórios do Sigesan; Informações das Divisões de Engenharia das SUESTs	Densp SUESTs	Alcançar 100% de projetos de SES concluídos	105,88%
6 - Percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas	Verificar o percentual de domicílios com Melhorias	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de domicílios com MSD implantado}}{\text{N}^\circ \text{ de domicílios programados nos 4 anos PAC}} \times 100$	$\frac{2.540}{5.547} \times 100$	Eficácia	Balanço do PAC I Sigesan, Siscon SUESTs	Relatórios do Sigesan; Informações das Divisões de Engenharia das SUESTs	Densp Suest-Pa	Alcançar 100% de domicílios com MSD implantadas	55,86%

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável	Meta do Indicador	Resultado
com recursos do PAC I e PAC II	Sanitárias Domiciliares implantadas	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de TC com obra de MSD em execução/concluídas}}{\text{N}^\circ \text{ de TC celebrados PAC I}} \times 100$	$\frac{28}{29} \times 100$	Eficácia	Balanço do PAC I Sigesan, Siscon SUESTs	Relatórios do Sigesan; Informações das Divisões de Engenharia das SUESTs	Densp Suest-Pa	Alcançar 100% de domicílios com obras de MSD em execução/concluída	96,55%
		$\frac{\text{N}^\circ \text{ de TC com obra de MSD em execução/concluídas}}{\text{N}^\circ \text{ de TC celebrados PAC II}} \times 100$	$\frac{41}{43} \times 100$	Eficácia	Balanço do PAC I Sigesan, Siscon SUESTs	Relatórios do Sigesan; Informações das Divisões de Engenharia das SUESTs	Densp Suest-Pa	Alcançar 100% de TC com obras de MSD em execução/concluída - PAC II	95,35%
		$\frac{\text{N}^\circ \text{ de TC com projetos de MSD Aprovados}}{\text{N}^\circ \text{ de TC celebrados PAC I}} \times 100$	$\frac{28}{29} \times 100$	Eficácia	Balanço do PAC I Sigesan, Siscon SUESTs	Relatórios do Sigesan; Informações das Divisões de Engenharia das SUESTs	Densp Suest-Pa	Alcançar 100% de TC com projetos de MSD aprovados - PAC I	96,55%
		$\frac{\text{N}^\circ \text{ de TC com projetos de MSD Aprovados}}{\text{N}^\circ \text{ de TC celebrados PAC II}} \times 100$	$\frac{41}{43} \times 100$	Eficácia	Balanço do PAC I Sigesan, Siscon SUESTs	Relatórios do Sigesan; Informações das Divisões de Engenharia das SUESTs	Densp Suest-Pa	Alcançar 100% de TC com projetos de MSD aprovados - PAC II	95,35%

Quadro III Indicadores de Saneamento Ambiental para Acompanhamento da Gestão da Funasa

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável	Meta do Indicador	Resultado
1. Percentual de Obras Iniciadas	Conhecer o percentual de obras iniciadas financiadas com recursos da FUNASA	$\frac{\text{N}^\circ \text{de Obras Iniciadas no período de 2006 a 2012}}{\text{N}^\circ \text{de instrumentos de repasse com recurso liberado período de 2006 a 2012}} \times 100$	$\frac{207}{233} \times 100 =$	Eficiência	Sigob, Sigesan	Relatório mensal extraído do Sigob e Sigesan	DIESP	Alcançar 100% de obras iniciadas no período 2006-2012	88,84%
2. Percentual de Obras Concluídas	Conhecer o percentual de obras concluídas financiadas com recursos da FUNASA	$\frac{\text{N}^\circ \text{de Obras Concluídas no período de 2006 a 2012}}{\text{N}^\circ \text{de instrumentos de repasse com recurso liberado período de 2006 a 2012}} \times 100$	$\frac{25}{233} \times 100 =$	Eficácia	Sigob, Sigesan	Relatório mensal extraído do Sigob e Sigesan	DENSP Diesp	Alcançar 100% de obras concluídas no período 2006-2012	11%
3. Percentual de Projetos de SAA Aprovados - PAC I e II	Conhecer o percentual de instrumentos celebrados com projetos aprovados	$\frac{\text{Número de projetos de SAA aprovados no período de 2006 a 2012}}{\text{Número de instrumentos celebrados período de 2006 a 2012}} \times 100$	$\frac{98}{107} \times 100$	Eficiência	Sigob, Siscon	Relatório mensal extraído do Sigob e Siscon	DIESP	Alcançar 100% de projetos de SAA aprovados no período 2006-2012	92%
4. Percentual de Projetos de MSD Aprovados - PAC I e II	Conhecer o percentual de instrumentos celebrados com projetos aprovados	$\frac{\text{Número de projetos de MSD aprovados no período de 2006 a 2012}}{\text{Número de instrumentos celebrados período de 2006 a 2012}} \times 100$	$\frac{63}{66} \times 100$	Eficiência	Sigob, Siscon	Relatório mensal extraído do Sigob e Siscon	DIESP	Alcançar 100% de projetos de MSD aprovados no período 2006-2012	95%
5. Percentual de Projetos de SES Aprovados - PAC I e II	Conhecer o percentual de instrumentos celebrados com projetos aprovados	$\frac{\text{Número de projetos de SES aprovados no período de 2006 a 2012}}{\text{Número de instrumentos celebrados período de 2006 a 2012}} \times 100$	$\frac{23}{23} \times 100$	Eficiência	Sigob, Siscon	Relatório mensal extraído do Sigob e Siscon	DIESP	Alcançar 100% de projetos de SES aprovados no período 2006-2012	100%

6. Percentual de Projetos de SAA Aprovados - Emendas	Conhecer o percentual de instrumentos celebrados com projetos aprovados	$\frac{\text{Número de projetos de SAA aprovados no período de 2006 a 2012}}{\text{Número de instrumentos celebrados período de 2006 a 2012}} \times 100$	$\frac{13 \times 100}{42} =$	Eficiência	Sigob, Siscon	Relatório mensal extraído do Sigob e Siscon	DIESP	Alcançar 100% de projetos de SAA aprovados no período 2006-2012	31%
7. Percentual de Projetos de MSD Aprovados - Emendas	Conhecer o percentual de instrumentos celebrados com projetos aprovados	$\frac{\text{Número de projetos de MSD aprovados no período de 2006 a 2012}}{\text{Número de instrumentos celebrados período de 2006 a 2012}} \times 100$	$\frac{03 \times 100}{05} =$	Eficiência	Sigob, Siscon	Relatório mensal extraído do Sigob e Siscon	DIESP	Alcançar 100% de projetos de MSD aprovados no período 2006-2012	100%
8. Percentual de Projetos de SAA Aprovados - Programação	Conhecer o percentual de instrumentos celebrados com projetos aprovados	$\frac{\text{Número de projetos de SAA aprovados no período de 2006 a 2012}}{\text{Número de instrumentos celebrados período de 2006 a 2012}} \times 100$	$\frac{04 \times 100}{05}$	Eficiência	Sigob, Siscon	Relatório mensal extraído do Sigob e Siscon	DIESP	Alcançar 100% de projetos de SAA aprovados no período 2006-2012	80%
9. Percentual de Projetos de MSD Aprovados - Programação	Conhecer o percentual de instrumentos celebrados com projetos aprovados	$\frac{\text{Número de projetos de MSD aprovados no período de 2006 a 2012}}{\text{Número de instrumentos celebrados período de 2006 a 2012}} \times 100$	$\frac{05 \times 100}{05} =$	Eficiência	Sigob, Siscon	Relatório mensal extraído do Sigob e Siscon	DIESP	Alcançar 100% de projetos de MSD aprovados no período 2006-2012	100%
10. Percentual de Projetos de Resíduos Sólidos Aprovados - Programação	Conhecer o percentual de instrumentos celebrados com projetos aprovados	$\frac{\text{Número de projetos de Resíduos Sólidos aprovados no período de 2006 a 2012}}{\text{Número de instrumentos celebrados período de 2006 a 2012}} \times 100$	$\frac{05 \times 100}{12} =$	Eficiência	Sigob, Siscon	Relatório mensal extraído do Sigob e Siscon	DIESP	Alcançar 100% de projetos de Resíduos Sólidos aprovados no período 2006-2012	42%

11. Percentual de de Relatório acompanhamento com aprovação.	Conhecer o percentual de aprovação dos relatórios analisados	$\frac{\text{Número de Relatório R2 + R3 aprovados}}{\text{Número de Relatórios R2 + R3 produzidos}} \times 100$	$\frac{10 + 49}{10 + 49} \times 100 =$	Eficiência	Sigob, Sigesan	Relatório mensal extraído do Sigob e Sigesan	DENSP DIESP	Alcançar 100% de relatórios aprovados	100%
--	--	--	--	------------	----------------	--	-------------	---------------------------------------	------

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Diesp/ 03/2013

Eixo: Saúde Ambiental

Quadro IV Indicadores da área de Saúde Ambiental

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área responsável	Meta do Indicador	Resultado
1. Percentual de comunidades especiais atendidas com ações de educação em saúde ambiental.	Aferir o percentual de comunidades especiais atendidas	$\frac{\text{Número de comunidades especiais atendidas}}{\text{Número total de comunidades especiais programadas}} \times 100$	$\frac{23}{23} \times 100$	Eficiência	Relatório consolidado da Coesa	Relatório de atividades das Saduc/Sesam	Coesa/Desam	Atender 100% (73) comunidades especiais com ações de educação em saúde ambiental.	100%
2. Percentual de municípios com técnicos capacitados em Controle da Qualidade da Água (CQA).	Aferir o percentual de municípios com técnicos capacitados em CQA.	$\frac{\text{Número de municípios com técnicos capacitados}}{\text{Número de municípios previstos no período}} \times 100$	$\frac{28}{26} \times 100$	Eficiência	Sistema de monitoramento e-CAR	Relatório de atividades dos URCQA/SESAM.	Cocag/Desam	100% de municípios com técnicos capacitados em CQA.	107,6%
3. Percentual de municípios com amostras de água analisadas.	Aferir o percentual de municípios com amostras de água analisadas.	$\frac{\text{Número de municípios com análises realizadas}}{\text{Número de municípios previstos}} \times 100$	$\frac{11}{09} \times 100$	Eficiência	Relatório consolidado da Cocag/Desam	Relatório de atividades dos SESAM	Cocag/Desam	100% municípios programados com amostras de água analisadas.	122,2%
4. Percentual de exames de qualidade da água de comunidades especiais realizados.	Aferir o percentual de exames de qualidade da água de comunidades especiais realizados.	$\frac{\text{Número de exames realizados}}{\text{Número de exames programados}} \times 100$	$\frac{41}{30} \times 100$	Eficiência	Relatório consolidado da Cocag	Relatório de atividades dos SESAM	Cocag/Desam	Realizar 100% exames programados de qualidade da água de comunidades especiais.	136,6%

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Sereh/ 03/2013

Eixo Administração

Convênio

Quadro V Indicadores da área de Saúde Ambiental

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área responsável	Meta do Indicador	Resultado
Percentual de conclusão de análise de prestação de contas	Aferir a capacidade de análise de prestação de contas	$\frac{\text{Número de prestação de contas analisadas e concluídas}}{\text{Nº de prestação de contas que deram entrada}} \times 100$	$\frac{63}{30} \times 100$	Eficiência	Siafi	Relatório mensal extraído do Siafi	Cgcon/Deadm/Suest-Pa/Secon	Alcançar 100% de análise de prestação de contas	210%

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Secon/ 03/2013

Gestão de Pessoas - Capacitação

Quadro VI Indicadores da área de Gestão de Pessoas - Capacitação

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Respons.	Meta do Indicador	Resultado
1 - Percentual de servidores capacitados	Medir o número de servidores capacitados em relação a Força de Trabalho	$\frac{\text{Nº de servidores capacitados}}{\text{Força de Trabalho}} \times 100$	$\frac{127}{233} \times 100$	Eficácia	Planilha Coder/Cgerh Siape DW	Consulta planilha Coder/Cgerh Extração Siapenet	Coder/Cgerh/Deadm/Suest-Pa/Sereh	Alcançar 50% da Força de Trabalho	108,5%

Fonte:

Funasa/Suest-Pa/Sereh/

03/2013

Análise Crítica

Eixo Saneamento Ambiental

Este é um dos eixos Finalísticos da Funasa e na Suest-Pa foi desenvolvido através de 08 macroações, observando o Plano de Ação - MS Project da Suest-Pa. Em relação às metas estabelecidas a Diesp conseguiu cumprir 67%. Estas atividades estão relacionadas à ação orçamentária 20Q8 – Apoio à implementação de manutenção dos sistemas de saneamento básico e ações de saúde ambiental, pertencente ao Programa 2115 Programa de Gestão, Manutenção do Ministério da Saúde. Todas as atividades desenvolvidas pela equipe da Diesp são importantes porque são etapas necessárias à aprovação dos projetos e a consequente conclusão da obra. A análise dos projetos de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e MSD foram executados em 105%, 135 análises realizadas. Esta atividade não apresentou problemas considerando a metodologia adotada pela instituição, bem como pelo aumento no número de técnicos para realizá-la, que atualmente é de 08 engenheiros e 01 geólogo, mas ainda está abaixo do necessário. Em relação às visitas de acompanhamento às obras a resposta também foi positiva, foi alcançado o percentual de 119,28%. Foram realizadas 198 visitas de acompanhamento, referentes ao PAC II.

Além do PAC II a Diesp desenvolve esta mesma atividade em relação aos projetos e obras do PAC I e as Emendas Parlamentares, assim como tem a responsabilidade de concluir o acompanhamento a 12 obras referentes à área indígena. A área de Resíduos Sólidos não foi desenvolvida quanto a projetos do PAC II, uma vez que estes não foram aprovados pela Presidência do Órgão.

A Diesp também desenvolveu ações relativas à perfuração de poços, a Divisão havia programado executar 30 perfurações, conseguiu perfurar 44 (147%) poços. Esta ação inicia com a solicitação do Município, através de seu Gestor. A Suest envia sua equipe para avaliar e analisar as condições. Caso seja favorável a Prefeitura Municipal custeia o material necessário e a Suest envia sua equipe para executar a perfuração. Após isto a Equipe de Controle de Qualidade da Água verifica as condições da qualidade da água e a Prefeitura Municipal edifica da forma que considerar possível ao erário municipal. Em forma de Chafariz ou executa um sistema de abastecimento de água. Propõem-se ainda a execução de ações de educação em saúde em conjunto com esta equipe com o objetivo de potencializar os benefícios das ações as comunidades atendidas.

A Equipe Técnica da DIESP conseguiu em 2012, acompanhar de forma satisfatória o andamento das obras, todos os relatórios R1 encaminhados pelos Convenentes, foram analisados, sendo que 10 (dez) desses Relatórios geraram Relatórios R2 (relatórios que ratificam o Relatório 01, sem necessidade de visita). Os outros 49 relatórios – R3 – são decorrência das visitas técnicas tendo alcançado um percentual de 122,5%, acima da meta exigida. Com este indicador pode-se verificar a produtividade da equipe e o indicativo do estágio da obra. Estas obras são do PAC compreendendo o período de 2008-2012, envolvendo um montante contratado de R\$362.079.915,32, tendo sido liberado 62,28%. A Equipe é composta por 09 técnicos - engenheiros – que vem cumprindo a missão institucional, tendo a Suest utilizado no exercício de 2012 de seus recursos de custeio 0,096% do montante repassado.

O percentual de obras concluídas de Resíduos ainda é pequena pelo fato de que 58% dos convênios celebrados ainda não tiveram seus projetos aprovados, demonstrando uma baixa eficácia, em decorrência da falta de licença ambiental ou de assinatura do TAC- Termo de Ajuste de Conduta – junto ao Ministério público, por parte dos convenentes.

O indicador Percentual de municípios com apoio à gestão refere-se aos Planos Municipais de Saneamento Básico, que incluindo o exercício de 2012 são 22 e estão em elaboração com apoio da Funasa. Destes 63,63% já estão desenvolvendo atividades estabelecidas nos seus projetos, denominadas produtos. A preocupação está na necessidade que todos os municípios têm de elaborar os seus Planos Municipais de Saneamento Básico até 2014, e até o momento apenas 15,27% dos municípios paraenses buscaram apoio da Funasa para desenvolvê-lo. Esta ação está sendo desenvolvida pelo NICT – Núcleo Intersectorial de Cooperação Técnica.

Em relação ao Percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas com recursos do PAC I e PAC II (42%) quanto à execução e conclusão das obras não apresentou um bom desempenho considerando que as prefeituras têm dificuldade na contratação de empresas.

Houve um avanço significativo em relação ao número de obras iniciadas durante o período de 2006-2012 envolvendo todo o conjunto de projetos apoiados pela Funasa no Pará. Das 233 obras, com recurso liberado, 88,41%, foram iniciadas. A dificuldade em alcançar a totalidade está nas Convenientes não conseguirem contratar a execução. A eficiência reside no ato da Equipe técnica aprovar os projetos, dando condições para o início das obras, possibilitando o repasse dos recursos financeiros, refletindo diretamente em outro indicador referente a obras concluídas.

O percentual de obras concluídas ainda é baixo, 11% no período 2006-2012 - um dos fatores que contribui para esse resultado é a escassez de mão de obra qualificada, logística para transporte dos materiais, o fator climático da região amazônica funciona como entrave, uma vez que o período chuvoso e principalmente ausência de fiscalização por parte da Conveniente à execução da obra. Por conta deste panorama a Funasa está desenvolvendo mecanismos para atender aos municípios que se apresentam com dificuldade técnica em concluir suas obras. Assim a Funasa está se propondo a contratar empresas especializadas com o objetivo de executar esta fiscalização, melhorando o desempenho das convenientes, a partir do ano em curso.

Em relação ao percentual de Projetos aprovados verifica-se que com a contratação de 06 (seis) engenheiros temporários e 03 (três) efetivos o desempenho da Suest-Pa tem melhorado desde 2008, o menor índice de aprovação ocorre nos Convênios oriundos de Emendas Parlamentares, em virtude, normalmente, do aporte financeiro, ser pequeno, há desinteresse e demora por parte dos gestores municipais em apresentar o projeto. A equipe tem demonstrado sua eficiência no processo de aprovação dos diversos tipos de ação. Considerando todos os projetos aprovados verifica um percentual de 81%, um bom índice de eficiência.

Em relação ao Quadro II verifica-se que a Suest-Pa, através da Diesp conseguiu alcançar em 100%, ou mais, 50% dos 12 indicadores aferidos. Alcançou 33,3% em relação aos indicadores que demonstram o alcance das metas no intervalo 90-99% e 16,6% dos indicadores demonstram que as metas alcançadas ficaram abaixo dos 60%. A Suest-Pa apresenta um desempenho razoável e aponta para a necessidade de se adotar medidas no nível gerencial para que as metas sejam alcançadas. Uma destas medidas refere-se à programação de realização de treinamento durante o exercício de 2013 com a finalidade de tornar as análises técnicas dos projetos mais eficazes tornando mais célere a aprovação.

Quanto ao quadro III Indicadores para Acompanhamento da Gestão da Funasa observa-se que 36,36% demonstra que dos 11 indicadores aferidos 36,36% demonstram que as metas foram alcançadas em 100% e que outros 36,36% dos indicadores demonstram que metas foram alcançadas no intervalo 99-80% e outros 27,27% tiveram suas metas alcançadas abaixo de 45%. Em relação à aprovação de projetos observa-se a eficiência da equipe, sua produtividade. Mas, quando se observa o indicador referente ao percentual de obras concluídas estabelece-se a necessidade de definir estratégias para ampliar o alcance desta meta.

Eixo Saúde Ambiental

Na Suest-Pa o Serviço de Saúde Ambiental é responsável pelo desempenho das atividades vinculadas à ação orçamentária 20Q8 – Apoio à implementação de manutenção dos sistemas de saneamento básico e ações de saúde ambiental, pertencente ao Programa 2115 Programa de Gestão, Manutenção do Ministério da Saúde. O Serviço de Saúde Ambiental desenvolveu 08 ações estabelecidas pela presidência e inseridas no Plano de Ação da Suest/ MS Project tendo conseguido alcançar 93% das ações. Os resultados alcançados poderiam ser melhores considerando que houve demora na liberação de recursos no Sistema de Planejamento e Gestão Orçamentária - SPGO, provocando atraso no alcance das metas; a rotatividade dos profissionais que atuam na área de Educação em Saúde, Atenção Básica, Vigilância Sanitária e Epidemiológica nos municípios; e teto orçamentário aprovado em desacordo com a capacidade de trabalho das equipes do Sesam. O êxito

alcançado deve-se principalmente a infraestrutura existente e a força de trabalho qualificada que compõe o Sesam.

As ações desenvolvidas pela Sesam estão sendo avaliadas pelos indicadores apresentados no quadro IV observando-se que o desempenho da equipe foi bom considerando que atingiu todos os índices tendo superado 75% destes, demonstrando a sua produtividade e eficiência. Em relação ao 1º indicador a equipe da Sesam, especificamente da Saduc – Seção de Educação em Saúde – demonstraram eficiência ao alcançar os 100% programados, conseguindo atender as 23 comunidades especiais. Foram atendidas 11 comunidades quilombolas localizadas nos municípios de Gurupá (03 comunidades), Óbidos (05 comunidades) e Santarém (02 comunidades). E assistiram ainda a 13 comunidades de assentamento rural em 02 municípios: Eldorado dos Carajás (03 comunidades) e Itupiranga (10 comunidades). Nestas comunidades foram implantados projetos de Melhorias Sanitárias Domiciliares e de Sistema de Abastecimento de Água, desenvolvendo ainda ações de educação em saúde.

O 2º indicador foi superado, uma vez que estava previsto capacitar técnicos de 26 municípios e conseguiu-se capacitar 86 técnicos de 28 municípios, alcançando um percentual de 108%. Do segundo ao quarto indicador referem-se a atividades desenvolvidas pela URCQA – Unidade de Controle de Qualidade da Água que conseguiu desenvolvê-los com sucesso, ultrapassando as metas previstas. Estas foram estabelecidas no Plano de Ação da Suest / MS Project considerando o recurso financeiro disponível. Em que pese as dificuldades enfrentadas pela equipe, quanto à questão orçamentário-financeira, a possibilidade de executar um quantitativo maior de atividades, além do programado, deveu-se a boa infraestrutura disponível em relação ao aspecto físico e ao corpo técnico. A Sesam utilizou 4,4% de recursos destinados a Suest-Pa, excluindo a movimentação externa, conseguiu desenvolver suas atividades de forma econômica, apresentando resultados superiores ao esperado, demonstrando bom nível de eficiência.

Eixo Administração - Convênio

A Equipe do Secon – Serviço de Convênio, especificamente Setor de Prestação de Contas recebeu 30 prestações de contas, durante o exercício de 2012, entretanto, já havia na Suest outras 33 referentes a exercícios anteriores, em situação de pendência, aguardando análise na Diesp, por motivo de notificação do Sobre ou em TCE. A Suest em 2012 contou com 04 técnicos para realizar processo de análise de prestação de contas, apresentando média de 16 prestações/ano por servidor. A equipe apresentou um bom desempenho, uma vez que ultrapassou sua meta, demonstrando sua eficiência. Outro aspecto a ser ressaltado diz respeito à atuação da Diesp que atualmente conta um quantitativo razoável de técnicos, mas não o necessário, que realizou pareceres técnicos imprescindíveis ao prosseguimento dos processos de prestação de contas, seja para sua conclusão ou encaminhamento para outras instâncias. Esta atividade é importante na medida em que se pode verificar a capacidade que a Suest tem em apresentar a resposta referente à sua ação finalística através de uma atividade meio. Demonstra ainda a necessidade do relacionamento entre o Secon e a Diesp e que o quantitativo de técnicos tanto de uma área quanto de outra precisa ser reforçado.

Administração

Capacitação

O Serviço de Recursos Humanos através do Setor de Capacitação planejou capacitar 50% dos trabalhadores da Suest-Pa, 117 servidores, considerando principalmente os recursos financeiros disponíveis. Foi possível superar a meta estabelecida em 8,54%, capacitando 127 trabalhadores. A eficácia fica evidente especialmente quando se verifica que o recurso aplicado nos eventos equivale a 0,79% por trabalhador capacitado. O aspecto a ressaltar diz respeito à qualificação do corpo técnico, seja da área meio, fim ou gerencial, foram desenvolvidos eventos nas três vertentes.

Este eixo foi desenvolvido pela área de Recursos Humanos estando relacionado à ação orçamentária 4572 – Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação, também pertencente ao Programa 2115 Programa de Gestão, Manutenção do Ministério da Saúde. A Suest-Pa se propôs capacitar 50% de sua força de trabalho, conseguiu capacitar 54,5%, considerando que alguns eventos não apresentavam custo. Observa-se que se o investimento fosse maior o percentual de servidores capacitado seria melhor. Dos 35 eventos programados foram desenvolvidos 09 eventos a mais, significando um resultado de 125,7%. Do total de servidores que participaram dos eventos 79,5% não tem qualquer função gratificada, Do total de servidores com função gratificada e cargo em comissão foram capacitados 92,8%, o que significa analisar que a instituição está buscando capacitar sua gerência, qualificando-os para apresentar melhores resultados, mas proporcionalmente a relação com o grupo sem função a um grande hiato, provocado pelo recurso financeiro insuficiente.

No MS Project estão registradas outras atividades desenvolvidas pela área de Recursos Humanos que em conjunto alcançaram o percentual de 62%, estando entre elas a ação - Realizar exames periódicos em servidores e empregados. Esta Ação não foi desenvolvida em vista da não disponibilização do Termo de Referência, que viabilizaria o início do processo licitatório nesta Superintendência Estadual, conforme legislação em vigor.

Além destas ações a Divisão de Administração – Diadm que compõe o Plano de Ação (MS Project) da Suest alcançou o percentual de 81%. Não alcançou melhor êxito em decorrência da não liberação de recursos financeiros para executar o planejado.

A Assessoria Técnica – Astec desenvolveu atividades relacionadas à ação orçamentária 4641 – Publicidade e propaganda, relativa ao Programa 2115 Programa de Gestão, Manutenção do Ministério da Saúde alcançando um percentual de 107,14% nas suas principais atividades. Além destas, outras foram registradas no MS Project sob o título de Divulgação Permanente da Imagem Institucional, alcançando um percentual de 94%.

3.1 Estrutura de Governança

Não se Aplica a esta Unidade Jurisdicionada

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro VII – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.	1	2	3	4	5
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X

24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica: Esta avaliação foi realizada pelo Corege – Colegiado Regional de Gestão da Suest-Pa, reunido no dia 30.01.2013, com a finalidade exclusiva de fazer tal avaliação. Alguns quesitos geraram polêmica, mas, ao final chegou-se a um consenso. Utilizou-se o Relatório de Gestão 2011 e Relatório de Auditoria nº 201203676 - CGU, verificando-se que aqueles itens julgados inadequados estão sendo cuidadosamente tratados pelas áreas que deram causa a ação inadequada. Participaram da reunião 13 gerentes e 03 servidores que desempenham função técnica ou de apoio aos gerentes, representando todas as áreas que compõem a estrutura da Superintendência: Superintendente, Divisão de Administração/Diadm - 05, Divisão de Engenharia/Diesp - 01, Serviço de Recursos Humanos/Sereh - 02, Serviço de Saúde Ambiental/Sesam - 02, Serviço de Convênio/Secon – 03 e Assessoria Técnica/Astec – 02. A Suest não possui em sua estrutura um setor específico para desenvolver atividades de controle interno, estas são desenvolvidas pela Diadm com apoio das demais unidades.					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.4 Sistema de Correição

A UJ possui servidores capacitados para desenvolver qualquer atividade correcional com exceção da sindicância patrimonial e que existe suporte logístico (sala reservada, material de expediente e suporte financeiro e locomoção) para o desenvolvimento eficaz dos trabalhos disciplinares e/ou investigativos. Todavia o número de servidores treinados ainda é baixo, considerando a dimensão da organização funcional da Funasa. Contudo ao longo do 2º semestre de 2012 foi oportunizada a capacitação em PAD e Sindicância a cinco servidores da Superintendência, oferecida pela Corregedoria da Funasa/Presidência, com carga horária de 40h.

A UJ tem a competência de instauração das atividades correccionais com fulcro no art. 1º da Portaria nº 229/2012 e a responsabilidade de garantir às comissões a estrutura e suporte necessário para o desenvolvimento dos trabalhos com base no art. 13 da Ordem de Serviço nº. 01/2012, ambos dispositivos da Funasa.

Os principais resultados de 2012 destacam-se: **1º**- Padronização dos atos de julgamentos das atividades correccionais instauradas, como efeito da centralização do julgamento pelo presidente da Funasa (art. 3º da Portaria nº. 229/2012); **2º**- Maior controle na instauração da atividade correcional na indicação preliminar pela Corregedoria da atividade mais adequada para apuração pela Superintendência Estadual, em decorrência da concentração de todas as comunicações de possíveis irregularidades administrativas identificadas nos Estados (parágrafo único do art. 1º da Portaria nº 229/2012); **3º**- Atualização dos normativos e implementação dos procedimentos correccionais no âmbito da Fundação, e **4º**- Capacitação de servidores em processo administrativo disciplinar e sindicância;

Arcabouço Legal:

Lei 9.962, de 22/02/2000 – Dispõe sobre o procedimento administrativo para empregado público;
Lei 9.784, de 29/01/1999 – Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

Lei 8.745, de 09/12/1993 – Dispõe o procedimento administrativo para os servidores temporários;
Lei 8.112, de 11/12/1990 – Regime jurídico dos servidores civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;

Instrumento Normativa da Funasa:

Portaria nº 940, de 26/11/2012 – Dispõe do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta no âmbito da Funasa;

Portaria nº 229, de 26/03/2012 – Delega competência para os superintendentes para instaurar atividades correcionais;

Portaria nº 653, de 06/12/1995 – Adotou o Manual de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância da Funasa;

Ordem de Serviço nº 1, de 04/06/2012 – Dispõe sobre os procedimentos correcionais, formação e atuação de comissão no âmbito da Funasa.

Instrumento Normativa da CGU:

Decreto nº 5.480, de 30/06/2005 – Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal;

Portaria nº 1.043, de 24/07/2007 da CGU – Estabelece o uso do sistema informativo CGU-PAD;

Portaria nº 335, de 30/05/2006 – Dispõe sobre a Investigação Preliminar;

Instrução Normativa CGU nº 12, de 01/11/2011 – Dispõe sobre o uso da videoconferência;

Instrução Normativa CGU nº 04, de 17/02/2009 – Cria o Termo Circunstanciado Administrativo;

Enunciados da Controladoria Geral da União – CGU;

Manual de Processo Administrativo Disciplinar da CGU.

A Suest-Pa designou através da Portaria 1.515 de 18.10.2006 dois servidores lotados na Divisão de Administração - Diadm para atuarem na coordenação dos trabalhos inerentes aos procedimentos administrativos de Sindicância e Processos Disciplinares no âmbito da Suest. A referida Coordenação encaminha as atividades desenvolvidas à Corregedoria da Funasa, mensalmente.

Durante o exercício de 2012a coordenação desenvolveu oito processos, de acordo com o seu nível de competência delegada. Desta forma, segue abaixo o quadro contendo as informações sobre estes processos e seu desdobramento. Observa-se que 62,5% dos processos foram avaliados e arquivados por falta de autoria ou materialidade, o restante aguarda decisão da autoridade competente - Presidência da Funasa.

Quadro VIII- Processos de Investigação Preliminar, Sindicância e PAD Instaurados em 2012

PROCESSO N.º	N.º PORTARIA	TIPO	OBJETO	SERVIDORES ENVOLVIDOS/ACUSADOS	POTENCIAL PREJUÍZO (R\$)	INÍCIO DOS TRABALHOS	TÉRMINO DOS TRABALHOS	SITUAÇÃO ATUAL/RESULTADOS ALCANÇADOS
25200.010.016/2012-47	100, de 21/03/2012 BS nº 013, de 26/03/2012	SIND	Apurar acidente envolvendo o veículo oficial da FUNASA/DSEI/GUATOC, modelo Frontier, ano 2005/2006, placa JKH-5533.	INDEFINIDO	-	29/03/2012	23/05/2012	Arquivamento do processo.
25200.010.873/2012-47	121, de 20/04/2012 BS nº 017, de 23/04/2012	SIND	Apurar acidente com o veículo oficial da FUNASA/DSEI/GUATOC/ Pólo Base de Santa Luzia, marca FIAT, modelo Ducato, ano 2000/2001, placa JUB-6104.	INDEFINIDO	-	30/04/2012	25/05/2012	Arquivamento do processo e a respectiva baixa do patrimônio do bem sinistrado.
25200.010.871/2012-58	120, de 23/04/2012 BS nº 017, de 23/04/2012	SIND	Aprofundar as investigações referentes ao Processo nº 25200.004.638/2011-55	Alcides Aguiar Siqueira Josué Simão de Oliveira Lucila Lira de Menezes José Augusto M. Negrão Admilson Pereira Chagas	65.222,72	25/04/2012	19/10/2012	Aguardando decisão da autoridade competente.
25200.012.997/2011-86	Despacho nº 014/2012 DIADM, de 02/05/12	IP	Apurar supostas irregularidades em vistorias dos Convênios 2264, 2266 e 3497/2001	INDEFINIDO	-	11/05/2012	15/06/2012	Arquivamento por falta de materialidade e autoria.
25200.013.020/2012-67	Despacho nº 030/2012 DIADM, de 27/07/12	IP	Acidente de veículo oficial marca Fiat/Fiorino/Ambulância, placa NHZ-3293 (Pólo Base de Capitão Poço/DSEI/GUATOC/SAI)	INDEFINIDO	23.987,00	31/07/2012	24/08/2012	Arquivamento do processo por falta de autoria.

25200.013.485/2012-18	Despacho n° 036/2012 DIADM, 21/08/12 de	IP	Apurar prática de infração capitulada no art. 117, X da Lei n° 8.112/90.	Maria José Picanço Abucater Simão Antonio de Sousa Corrêa	-	03/09/2012	13/09/2012	Arquivamento do Processo
25200.014.934/2012-45	225, de 10/10/2012, BS n° 042, de 15/10/2012 de	PAD	Apurar responsabilidade pelo desaparecimento do Processo do Convênio n° 008/2004, celebrado com o município de Jacareacanga, objeto do processo n° 25200.019.210/2010-26.	Raimundo Rosivaldo Ferreira de Souza	1.646.566,43 (valor do convênio a aprovar)	15/10/2012	31/01/2013	Aguardando decisão da Autoridade competente (AUDIT/GAB).
25200.015.124/2012-14	228, de 16/10/2012, BS n° 043, de 22/10/2012. de	SIND	Suposta ameaça de agressão física e falta de urbanidade praticada por servidora para com seus colegas de trabalho e colaboradores (processo n° 25200. 012.893/2012-52	Maria de Lourdes Camarinha Rodrigues	-	22/10/2012	06/11/2012	Aplicação de TAC ou, em caso de recusa, instauração de PAD.

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Diadm/Atualizado em: 12/03/2013.

3.5 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Os processos disciplinares e investigativos estão sendo cadastrados no sistema informativo CGU-PAD, de forma centralizada pela Corregedoria da Funasa, na sede da presidência da Fundação em Brasília/DF. Atualmente, estão registrados no sistema CGU-PAD todos os processos instaurados no período do ano de 2010 até o ano de 2012.

Todavia os processos dos anos de 2006 até 2009 serão registrados pela UJ, após a regulamentação e capacitação dos servidores identificados para acompanhar o registro no Estado, enfatiza-se que essa capacitação relativa ao sistema informativo CGU-PAD ocorrerá sob a responsabilidade da Corregedoria da Funasa que oportunizará quando autorizada pela presidência do órgão. Contudo, as atividades correcionais instauradas no período de 2006 a 2009 foram informadas em relatórios de gestão de anos anteriores.

Todas as informações constantes no sistema informativo CGU-PAD são preservadas, quanto ao zelo, integralidade, disponibilidade e confidencialidade das informações na forma legal.

4.1 Informações sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

A Superintendência Estadual do Pará não tem responsabilidade sobre nenhum nível de programação definida no Plano Plurianual 2012-2015, portanto este subitem **Não se Aplica a esta UJ**. Abaixo demonstra-se a estrutura do PPA 2012-2015, referente a Funasa.

4.1 Informações sobre Programas do PPA de Responsabilidade da Funasa

Quadro IX Informações sobre Programas do PPA de Responsabilidade da Funasa

PROGRAMA TEMÁTICO GESTÃO	E	OBJETIVO	META	INICIATIVA	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
2068 SANEAMENTO BÁSICO		0353 - Implantar medidas estruturantes que visem à melhoria da gestão em Saneamento Básico, compreendendo a organização, o planejamento, a prestação dos serviços, a regulação e fiscalização, e a participação e controle social.	<ul style="list-style-type: none"> - Apoiar 320 municípios na melhoria da gestão ou na estruturação dos serviços de saneamento, nas sedes e/ou nas áreas rurais. - Apoiar 800 municípios com capacitação na gestão dos serviços de saneamento. - Apoiar 450 municípios na elaboração do Plano de Saneamento Básico. - Apoiar 34 de estudos e pesquisas com vistas à sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental. - Apoiar 3.445 municípios no fomento às ações de Educação em Saúde Ambiental voltados para a sustentabilidade sócio ambiental. - Apoiar 1.500 municípios com ações de controle da qualidade da água na gestão e estruturação dos serviços de saneamento. - Apoiar 1.125 comunidades com ações de controle da qualidade da água na gestão e estruturação de ações de saneamento 	011L - Implantação de medidas estruturantes de apoio à gestão e à prestação de serviços, inclusive de capacitação e assistência técnica, e de desenvolvimento científico e tecnológico.	<p>20AG - Apoio à Gestão dos Serviços de Saneamento Básico (Áreas Rurais e municípios com pop. abaixo de 50.000 hab.) e ao Desenvolvimento Científico-Tecnológico.</p> <p>20AF - Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano.</p> <p>6808 - Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental.</p> <p>10TA - Elaboração de Projetos de Saneamento nas Bacias Receptoras do São Francisco para Municípios com população abaixo de até 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).</p>
		0355 – Ampliar a cobertura de ações e serviços de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (quilombolas, assentamentos da reforma agrária, indígenas, dentre outras), e população rural dispersa, priorizando soluções alternativas que permitam a sustentabilidade dos serviços	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar obras de saneamento em 750 comunidades rurais, tradicionais e especiais. - Implantar obras de saneamento em 375 comunidades remanescentes de quilombos. 	011Q - Implantação, ampliação ou melhorias de ações e serviços sustentáveis de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (remanescentes de quilombos, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas, ribeirinhos, dentre outras).	7656 - Implantação, ampliação ou melhorias de ações e serviços sustentáveis de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (remanescentes de quilombos, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas, ribeirinhos, dentre outras) para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos.

PROGRAMA TEMÁTICO GESTÃO	E OBJETIVO	META	INICIATIVA	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
	<p>0610 – Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturais nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Contratar R\$ 960 milhões, por meio de seleções públicas do PAC, para apoio à execução de intervenções de abastecimento de água em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória. - Contratar R\$ 1.280 milhões, por meio de seleções públicas do PAC, para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória. - Beneficiar 400 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com implantação ou ampliação de sistema de resíduos sólidos urbanos. - Beneficiar 500 municípios dos com a implantação de melhorias sanitárias domiciliares. - Beneficiar 30 municípios com a implantação e melhorias de serviços de drenagem. 	<p>2DP - Implantação, ampliação ou melhorias estruturais nos sistemas públicos de abastecimento de água.</p> <p>02DQ - Implantação, ampliação ou melhorias estruturais nos sistemas públicos de esgotamento sanitário.</p> <p>02DO - Ampliar a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos com prioridade para os municípios operados mediante mecanismos de gestão associada.</p> <p>02DR - Implantar soluções integradas de saneamento, com ênfase na promoção das condições de salubridade, habitabilidade e infraestrutura de populações com carência simultânea de serviços.</p> <p>02DS - Promover a gestão sustentável da drenagem e o manejo de águas pluviais urbanas com ações estruturais para minimização dos impactos provocados por cheias e alagamentos em áreas urbanas e ribeirinhas vulneráveis.</p>	<p>10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com população abaixo de 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).</p> <p>10SV - Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios das Bacias Receptoras do São Francisco com população abaixo de 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).</p> <p>10GE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios com população abaixo de 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).</p> <p>10SK - Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios das Bacias Receptoras do São Francisco com população abaixo de 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).</p> <p>10GG - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios com população abaixo de 50.000</p>

PROGRAMA TEMÁTICO GESTÃO	E	OBJETIVO	META	INICIATIVA	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
					Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE). 10SL - Sistema Público de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios das Bacias Receptoras do São Francisco com população abaixo de 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE). 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos. 3883 - Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas para Prevenção e Controle de doenças e agravos.
2067	RESÍDUOS	0319 - Ampliar o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, utilizando a gestão consorciada dos serviços e a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.	- Fomento e fortalecimento de 600 Cooperativas/Associações e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis para atuação à coleta seletiva e nas cadeias de reciclagem.	00ZE - Apoio ao fomento às associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis por meio de formação, assessoria técnica, infraestrutura e logística em unidades de coleta, triagem, processamento e comercialização de resíduos.	20AM – Implementação de projetos de coleta e reciclagem de materiais.
2015	APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)	0714 – Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio de ações de promoção e vigilância em saúde	- Apoiar 34 estudos e pesquisas com vistas à sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento. - Beneficiar 160 municípios com melhorias habitacionais para controle da doença de Chagas ambiental.	02Q4 - Fomento a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias alternativas regionalizadas, com vistas à sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental.	3921 – Implantação de melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas. 20K2 - Fomento a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias alternativas regionalizadas, com vistas à sustentabilidade dos

PROGRAMA TEMÁTICO GESTÃO	OBJETIVO	META	INICIATIVA	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
			02Q3 – Fomento à educação em saúde ambiental para a promoção da saúde, prevenção e controle de doenças e agravos. 02Q6 - Fortalecimento da vigilância em saúde ambiental. 02Q8 - Implantação de melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas.	serviços e ações de saúde e saneamento ambiental. 20T6 - Fortalecimento da Saúde Ambiental para redução dos riscos à saúde humana em municípios com menos de 50.000 habitantes.
2115 PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	-	-	-	20Q8 – Apoio à implementação de manutenção dos sistemas de saneamento básico e ações de saúde ambiental. 4572 – Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação. 4641 – Publicidade e propaganda

4.2 Informações sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

QUADRO X - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Superintendência da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Pará	36211	255014

4.2.2 Programação de Despesas

4.2.2.1 Programação das Despesas Correntes

Não se aplica a esta UJ. As operações de programação de despesas são de responsabilidade da Presidência da Funasa

4.2.2.2 Programação das Despesas de Capital

Não se aplica à natureza jurídica da UJ. As operações de programação de despesas são de responsabilidade da Presidência da Funasa.

4.2.2.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Não se aplica à natureza jurídica da UJ. As operações de programação de despesas são de responsabilidade da Presidência da Funasa

4.2.2.4 Análise Crítica

Considerando que nos itens acima nada foi apresentado, por não se aplicar a natureza jurídica da Suest-Pa, nada há a declarar.

4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro XI– Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	36211	255014	09272008901810001	117.772,22		
				10122211520TP0001	9.294,69		
				10122211520000001			3.384.987,94
				10122211520Q80001			755.153,77
				10126211568810001			121.086,60
				10128211545720001			48.438,83
				10305201520T60001			50.810,17
				10512206820AG0001			1.260,00
				10541206869080001			42.615,16
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	
	Recebidos	-	-	-	-	-	
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5-Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	36211	255014	10122211520000001	149.824,30	-	-
	Concedidos	-	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Recebidos	36901	255014	10302206538690001	99.908,56	-	-
			255014	10511206576840001	41.078,97	-	-

Fonte: Siafi/Funasa/Deadm/Cegeo/Suest-Pa/03.2013

Análise Crítica:

A Suest-Pa recebeu em sua totalidade R\$ 4.822.231,21 sendo que estão incluídos aqui os 2,92% pertencentes à área indígena, destinados à estruturação de unidades de saúde indígena, bem como para executar obras de saneamento em aldeias indígenas que foram iniciadas pela Funasa e são acompanhadas pela Suest-Pa, estando em fase de finalização. Como recurso específico para a Suest-Pa utilizar no desenvolvimento de suas atividades. A maior movimentação de recurso ocorreu em relação à Administração da Unidade utilizado para viabilizar viagens, administração da unidade em si, fazendo gestão junto aos contratos e a locação de mão de obra e aquisição de material de consumo. Não se pode esquecer que neste recurso estão incluídos aqueles destinados a Saúde Ocupacional para atender aos tutelados de justiça, significando cerca de 21,93%. Foram atendidos 147 servidores tutelados de justiça, tendo sido desenvolvidos 221 atendimentos nas diversas especialidades médicas constante do contrato 04/2012 celebrado com prestadora de serviços de saúde. Para fazer frente a este atendimento foram utilizados 15,39% do recurso apresentado acima, tendo sido utilizado em passagens aéreas, hospedagens, medicamentos, exames e consultas e ressarcimento.

Os recursos de despesas correntes foram solicitados para custear as atividades de manutenção da Unidade bem como para que suas ações finalísticas fossem executadas. Neste aspecto os recursos de custeio recebidos pela Suest-Pa significaram 94,08%.

Em relação aos investimentos os recursos recebidos destinaram-se a estruturação de unidades de saúde indígena, bem como para executar obras de saneamento em aldeia indígena. Não houve investimento voltado para administração da Unidade em relação a obras, mas houve aquisição de equipamento objetivado melhorias nas condições de trabalho da Suest-Pa, como por exemplo, equipamento para a área de TI e para a organização da área de Saneamento Ambiental e ainda outros para melhoria de condições de utilização do auditório.

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1. Execução da Despesa com Créditos Originários

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

4.2.4.1.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Não se aplica à natureza jurídica da UJ. Esta UJ não tem créditos iniciais recebidos diretamente da LOA.

4.2.4.1.2. Despesas por Grupo e elemento de Despesa – Créditos Originários

Não se aplica à natureza jurídica da UJ. Esta UJ não tem créditos iniciais recebidos diretamente da LOA.

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro XII – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	3.133.506,08	17.514.330,03	3.133.506,08	17.273.904,55
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	135.475,23	185.524,69	135.475,23	185.524,69
c) Concorrência	41.078,97	2.695.713,99	41.078,97	2.695.713,99
d) Pregão	2.956.951,88	14.633.091,35	2.956.951,88	14.392.665,87
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)	432.434,99	1.119.725,98	432.434,99	1.119.725,98
g) Dispensa	48.231,37	616.079,87	48.231,37	616.079,87
h) Inexigibilidade	384.203,62	503.646,11	384.203,62	503.646,11
3. Regime de Execução Especial	12.869,60	18.925,41	12.869,60	18.925,41
i) Suprimento de Fundos	12.869,60	18.925,41	12.869,60	18.925,41
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	722.547,86	690.557,42	722.547,86	690.557,42
j) Pagamento em Folha	127.066,91	133.333,21	127.066,91	133.333,21
k) Diárias	595.480,95	557.224,21	595.480,95	557.224,21
5. Outros	43.586,93	104.525,98	43.586,93	104.525,98
l) Não se Aplica	43.586,93	104.525,98	43.586,93	104.525,98
6. Total (1+2+3+4+5)	4.344.945,46	19.448.064,82	4.344.945,46	19.207.639,34

Fonte: Siafi/Funasa/Deadm/Cegeo/Suest-Pa/03.2013

4.2.4.2.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação

Quadro XIII – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Valores em R\$
1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal	127.066,91	133.333,21	127.066,91	133.333,21	-	-	127.066,91	107.558,42
1º elemento de despesa - 08 - Outros Benefícios Assistenciais	125.367,79	103.450,21	125.367,79	103.450,21	-	-	125.367,79	102.241,66
2º elemento de despesa - 91 - Sentenças Judiciais	1.699,12	29.883,00	1.699,12	29.883,00	-	-	1.699,12	5.316,76
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes	4.404.352,47	20.256.869,53	3.108.907,54	18.555.518,55	261.181,28	1.701.350,98	4.143.171,19	18.315.093,07
1º elemento de despesa - 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.602.889,38	12.577.890,54	1.528.956,52	11.794.223,61	73.932,86	783.666,93	1.528.956,52	11.553.798,13
2º elemento de despesa - 30- Material de Consumo	981.071,97	3.564.627,99	873.785,93	3.492.024,82	107.286,04	72.603,17	873.785,93	3.492.024,82
3º elemento de despesa - 37 - Locação de mão de obra	629.548,56	2.403.176,28	577.086,18	1.738.177,12	52.462,38	664.999,16	577.086,18	1.738.177,12
Demais elementos do grupo	1.190.842,56	1.711.174,72	3.237.986,45	1.531.093,00	27.500,00	180.081,72	1.163.342,56	1.531.093,00

2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos	290.975,06	3.964.645,72	74.707,36	759.213,06	216.104,47	3.205.432,66	74.707,36	759.213,06
1º elemento de despesa - 52 - Equip. e Material Permanente- OP. Intra - Orc.	149.987,53	3.638.068,23	33.628,39	697.292,16	116.195,91	2.940.776,07	33.628,39	697.292,16
2º elemento de despesa - 51 - Obras e Instalações - Op. Int-Orc	140.987,53	326.577,49	41.078,97	61.920,90	99.908,56	264.656,59	41.078,97	61.920,90
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Siafi/Funasa/Deadm/Cegeo/Suest-Pa/03.2013

4.2.4.2.3 Análise Crítica

Observando o Quadro XII, referente às Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação e fazendo a comparação ao ano de 2011 o desempenho foi melhor, enquanto em 2011 foram pagas 94,06%, em 2012 pagou-se 100%. E verifica-se que todas as modalidades utilizaram os recursos em 100%. A modalidade de licitação pregão foi a mais utilizada apresentou o maior valor, corresponde a 68,70%. A categoria Diárias apresentou o segundo maior valor, correspondente a 13,71% do recurso aplicado nestas modalidades. Neste quadro foi acrescido os valores correspondentes a movimentação externa em relação à modalidade concorrência referente às obras da área de Saúde Indígena em fase de conclusão.

No entanto no Quadro XIII – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação observa-se a existência de restos a pagar não processados. Tanto em relação a Outras Despesas Correntes quanto em relação a Investimentos. A primeira apresenta o percentual de 5,93%, em relação a Investimentos há um percentual de 74,27% (obras em áreas indígenas). E Comparando, proporcionalmente, os dois resultados aos resultados do exercício 2011 verifica-se um avanço, há decréscimo.

O elemento de maior volume de recursos - 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica foi desenvolvido em sua maior parte pela administração, e de acordo com o SPGO – Sistema de Planejamento Orçamentário, foram pagos 93,3% estando em Restos a Pagar 6,7%. Ressalta-se que o atendimento dispensado aos tutelados de justiça estão localizados no 1º elemento de despesa 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, significando um percentual de 46,31%, de todo o recurso destinado a Suest e utilizado neste tipo de despesa. O maior volume de recurso utilizado com este atendimento ocorreu em relação à Hospedagem – 21,22%.

5.1 Reconhecimento de Passivos

5.1.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro XIV - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
255014		Fundação Nacional de Saúde/Superintendência Estadual do Pará			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
Razões e Justificativas: "Não houve ocorrência no período para as Contas Contábeis de códigos 21.211.11.00, 21.212.11.00, 21.213.11.00, 21.215.22.00 e 21.219.22.00 nos Balancetes do exercício de 2011".					

Fonte: Funasa/Suest-Pa – 03/2013

5.1.2 Análise Crítica

"Não houve ocorrência no período para as Contas Contábeis de códigos 21.211.11.00, 21.212.11.00, 21.213.11.00, 21.215.22.00 e 21.219.22.00 nos Balancetes do exercício de 2011".

5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro XV - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a pagar em 31/12/2012
2011	240.425,48	-	240.425,48	-
2010	31.620,78	-	31.620,78	-
2009	4.282,27	-	4.282,27	-
2008	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a pagar em 31/12/2012
2011	4.906.783,64	615.306,76	3.002.691,67	1.288.785,21
2010	3.269.549,33	-251.574,17	2.515.429,89	502.545,27
2009	25.088,96	-25.088,96		-
2008	2.075.840,81	-1.960.434,68		115.406,13
Observações:				

Fonte: Siafi/Funasa/Suest-Pa/Saofi -02/2013

5.2.2 Análise Crítica

Os Restos a Pagar não Processados, amparados pelo Decreto 9.3872/86, referem-se em sua maioria a obras de saneamento, ainda em área indígena, em fase de conclusão. Em relação a 2008 há o contrato 064/2008 referente a uma obra em finalização, no Município de Capitão Poço, um Posto de Saúde, localizado na aldeia Tekenay. Quanto a 2010, os contratos 025/2010 e 051/2010 referem-se a obras também em fase de finalização: o primeiro diz respeito à construção da Casa de Saúde Indígena de Redenção e o segundo relaciona-se a 02 sistemas de abastecimento de água, localizados em aldeias em Capitão Poço, sendo que, de acordo com a Diesp, apenas um está em fase de conclusão enquanto o outro já foi concluído. Em 2011 constam em restos a pagar 04 contratos, que segundo a Diesp, também estão em fase de conclusão, os quais são: Contrato 020/2011- 01 Posto de Saúde em Jacareacanga; Contrato 023/2010 – construção da Casa de Saúde Indígena de Altamira; Contrato 039/2011 - 02 Sistemas de Abastecimento de Água em aldeias localizadas no município de Senador José Porfírio; e Contrato 038/2011 - 100 Melhorias Sanitárias Domiciliares - MSD, em Cumarú do Norte. Diante do quadro apresentado 100% do saldo de restos a pagar não processados referem-se às obras necessárias à área indígena em fase de conclusão.

5.3 Transferências de Recursos

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Permanecerão Vigentes no Exercício de 2013 e seguintes NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

QUADRO XVI– Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela
UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Estadual do Pará					
CNPJ: 26989350/0005-40		UG/GESTÃO: 255014 / 36211			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas prestadas	Quantidade	11	-	17
		Montante Repassado	10.069.179,99	-	18.143.753,15
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	06	-	07
		Montante Repassado	1.025.000,00	-	10.206.366,35
2011	Contas prestadas	Quantidade	01	-	04
		Montante Repassado	5.318.880,00	-	6.149.050,00
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2010	Contas prestadas	Quantidade	06	-	-
		Montante Repassado	6.125.623,69	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2010	Contas NÃO prestadas	Quantidade	07	-	-
		Montante Repassado	4.025.000,00	-	-

Fonte: Siafi / Funasa/Suest-Pa/Secon/Sopre – 07/02/2013

5.3.5 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

QUADRO XVII - Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Estadual do Pará					
CNPJ: 26989350/0005-40		UG/GESTÃO: 255014 / 36211			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de contas prestadas			06	45
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	04	33
			Contas Não analisadas	02	13
		Montante repassado (R\$)		3.958.840,26	54.009.704,97
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	08	20
			Quantidade Reprovada	02	02
			Quantidade de TCE	01	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	05	13
Montante repassado (R\$)	6.092.994,79		6.402.448,54		
2011	Quantidade de contas prestadas			32	58
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		14	34
		Quantidade Reprovada		02	02
		Quantidade de TCE		06	02
	Contas NÃO analisadas	Quantidade *		10	20
Montante repassado (R\$)		15.820.841,03	37.029.743,14		
2010	Quantidade de contas prestadas			33	20
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		25	19
		Quantidade Reprovada		08	02
		Quantidade de TCE		09	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade*		08	-
Montante repassado		4.040.414,20	9.197.381,53		
Exercícios anteriores a 2010	Contas NÃO analisadas	Quantidade		12	-
		Montante repassado		5.616.463,86	-

Fonte: SIAFI / FUNASA/SUEST-PA/SECON/SOPRE – EM, 15/03/2012

(*)– Contas não analisadas, aguardando análise técnica – Diesp/Secon/Sopre/Sesam/Saduc/PA.

5.3.6 Análise Crítica

Dando prosseguimento a gestão da área de convênios no curso do exercício de 2012, o Serviço de Convênios - SECON da Superintendência Estadual da Funasa no Pará continua convocando por meio de notificações os gestores e ex-gestores municipais responsáveis pelas pendências existentes de municípios que deram causa ao registro de inadimplência por falta de cumprimento de suas obrigações com relação às contas prestadas e não prestadas, na tentativa de evitar a instauração de Tomada de Contas Especial contudo, sempre obedecendo aos procedimentos legais que regem o assunto.

Demonstramos a seguir o quadro de evolução das transferências de recursos no que se refere a convênios e termos de repasses firmados para o Estado do Pará ocorridos nos três últimos

exercícios; ressaltando, que esta Superintendência dá início aos procedimentos para liberação de parcelas a partir da 2ª, sendo a 1ª de responsabilidade da presidência da Funasa:

Tabela I - Evolução das Transferências de Recursos no Período 2010-2012

ANO	MONTANTE REPASSADO	EVOLUÇÃO (%)
2010	R\$13.237.795,73	-
2011	R\$52.850.584,17	399,24%
2012	R\$70.463.988,56	33,32%

Fonte: SIAFI

Vale registrar, que excluindo os valores liberados referentes à 1ª parcela, durante o exercício de 2012 o montante transferido sob a responsabilidade inicial da Superintendência Estadual do Pará foi de R\$48.165.624,01 (Quarenta e oito milhões cento e sessenta e cinco mil seiscientos e vinte e quatro reais e um centavo) que corresponde a 68,35% do total liberado. As liberações ocorreram com base nos percentuais de execução das obras de acordo com os preceitos da Portaria Funasa nº 623/2010.

Apesar do aumento de profissionais da área de engenharia, não foi o suficiente para suprir a necessidade de acompanhamento de todas as obras, bem como analisar todas as Prestações de Contas recebidas e pendentes de apreciação, deixando assim muitas das vezes de se cumprir prazos estabelecidos; frisando mais uma vez que não está no domínio da Funasa autorizar a realização de Concurso Público e sim solicitar, o que vem sendo feito em todos os exercícios por meio da presidência do órgão.

Com o Memorando Circular nº 14, de 16/03/2012 expedido pela Diretoria Executiva da Funasa, o gerenciamento in loco de acompanhamento da execução financeira ficou prejudicada, pois a presidência da instituição entende não fazer sentido tais acompanhamentos, uma vez que a análise é meramente documental. Sendo assim, as análises foram realizadas por meio de cópias da documentação recebida referente às Prestações de Contas parciais e finais.

No mais, o Serviço de Convênios atuou durante o exercício de 2012 a contento no que se refere à disponibilidade de materiais, mas se esforçando e enfrentando dificuldades em promover melhor a organização, controle e desenvolvimento do serviço, devido ao espaço inadequado e recursos humanos insuficiente para a realização das tarefas.

5.4 Suprimento de Fundo

5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

Quadro XVIII – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

Valores em R\$
1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo "B"	Valores		Total Geral
			CPGF		
			Saque	Fatura	
255014	Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Pará	-	9.083,50	3.786,10	12.869,60
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF	-	9.083,50	3.786,10	12.869,60

Fonte: Siafi/Funasa/Suest-Pa/Diadm/Saofi/01/2013

5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo "B"

NÃO SE APLICA – A SUEST-PA NÃO UTILIZA CONTA TIPO "B"

5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Quadro XIX - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG	255014	Limite de Utilização UG	de R\$ 573.750,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
1. Ardolino Colares de Jesus	086.881.922-00	4.000,00	2.140,00	-	2.140,00
2. Daniel Rodrigues do Carmo	159.331.722-00	500,00	500,00	-	500,00
3. Letacilio Albuquerque da Silva	166.184.082-53	1.200,00	70,00	-	70,00
4. Moisés Benigno Queiroz Filgueira	256.007.292-00	600,00	116,00	151,20	267,20
5. Osmar do Carmo Assunção	089.685.942-87	3.530,00	1.127,50	-	1.127,50
6. Paulo Afonso Costa	157.886.602-20	3.200,00	-	3.200,00	3.200,00
7. Raimundo Nonato de Almeida	097.089.282-91	1.100,00	-	434,90	434,90
8. Valmir Nazareno Oliveira de Araújo	246.785.289-87	5.500,00	5.130,00	-	5.130,00
Total Utilizado pela UG			9.083,50	3.786,10	12.869,60
Total Utilizado pela UJ			9.083,50	3.786,10	12.869,60

Fonte: Siafi/Funasa/Suest-Pa/Diadm/Saofi/01/2013

5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

Quadro XX – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	-	-	06	9.083,50	03	3.786,10	12.869,60
2011	-	-	12	11.828,59	10	7.096,82	18.925,41
2010	-	-	34	27.507,16	69	86.451,56	113958,72

Fonte: Funasa/Suest-Pa//Diadm/Saofi/Relatório de Gestão 2012

5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro XXI - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	12	12.869,60	18	14.286,01	78	109.682,85

Fonte: Funasa/Suest-Pa//Diadm/Saofi/Relatório de Gestão 2012

5.4.1.6 Análise Crítica

A Suest-Pa recorreu a esta sistemática, excepcionalmente, considerando que para executar suas ações, em sua maioria referente às áreas finalísticas, precisou enfrentar a diversidade geográfica do território paraense. Além disso, a falta de infraestrutura em muitos municípios provoca a não aceitação do Cartão Corporativo, fazendo com que os servidores utilizem o mecanismo do “saque” possibilitando o cumprimento das atividades tais como visitas técnicas em obras e ou projetos de saneamento ambiental, bem como atividades pertinentes a área de saúde ambiental. Os problemas enfrentados pela Equipe de Engenharia dizem respeito principalmente ao conserto das perfuratrizes, utilizadas em ações de perfuração de poços. Por ser um equipamento pesado e complexo, ao apresentar defeito precisa de oficina especializada, o que é difícil de encontrar, principalmente no interior do Estado. Desta forma a Diesp está planejando capacitar os técnicos que manuseiam as máquinas e adquirir as peças, o que certamente provocará uma diminuição na utilização do Suprimento de Fundo. Por estas e outras situações a Suest-Pa recorre-se a Portaria Funasa nº 877, de 20 de junho de 2006, orientando o seu controle, evitando sua utilização inadequada.

Observando os quadros XX e XXI verifica-se que o uso de suprimento de fundo é uma estratégia que vem diminuindo de forma drástica. Comparando com o valor utilizado no exercício de 2010, houve uma redução da ordem de 88,7%. Em relação às Prestações de Contas verifica-se

que, durante o exercício em análise, 100% delas foram apresentadas sem ressalvas. Ressalta-se também que esta Unidade Jurisdicionada não utiliza a Conta Tipo B.

5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ
NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados.

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho a Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro XXII – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	225	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		225	0	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		225	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	07	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	01	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	Não há	233	0	0

Fonte: SIAPE/SIAPECAD/Funasa/Sereh / 02/2013

6.1.1.1 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

Quadro XXIII– Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	611
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	06
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis) 8.112 art.93 inciso I, § 1º.e Lei nº8.270/91	605
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	4
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	04
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	18
4.1. Doença em Pessoa da Família	18
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	3
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	02
5.4. Interesses Particulares	01
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	636

Fonte: SIAPE/SIAPECAD/Funasa/Sereh/ 02/2013

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro XXIV – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	Não há	14	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial		0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		7	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		6	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo		1	0	0
1.2.5. Aposentados		0	0	0
2. Funções Gratificadas	Não há	14	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		14	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	Não há	28	0	0

Fonte: SIAPE/SIAPECAD/Funasa/Sereh/ 02/2013

6.1.2.1 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

QUADRO XXV – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	1	8	207	552	80
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	1	3	206	551	80
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	5	1	1	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	7	12	2
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	2	5	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	5	7	2
3. Totais (1+2)	01	08	214	564	82

Fonte: SIAPE/SIAPECAD/Funasa/Sereh/02/2013

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO XXVI – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação Apurada Em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	37	129	475	207	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	37	129	475	200	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	7	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	8	13	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior (DAS)	0	0	0	0	0	7	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas (FGR)	0	0	0	0	8	6	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	37	129	483	220	0	0	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE/SIAPECAD/Funasa/Suest-Pa/Sereh/02/2013

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Valores em R\$ 1,00

QUADRO XXVII- QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012	65.803,00	0	48.899,64	5.395,45	5.679,49	0	0	0	0	125.777,09
	2011	57.220,00	0	42.521,43	4.691,70	4.938,69	0	0	0	0	109.371,82
	2010	55.553,40	0	41.282,94	4.555,05	4.794,84	0	0	0	0	106.186,23
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão											
Exercícios	2012	79.492.146,03	55.675,63	40.387.269,93	13.355.740,13	10.081.494,80	3.292.737,66	26.374,89	0	0	146.691.439,07
	2011	69.123.605,24	48.413,59	35.119.365,16	11.613.687,07	8.766.517,18	2.863.250,14	22.934,69	0	0	127.557.773,07
	2010	44.456.231,36	49.401,62	35.836.086,90	11.850.701,09	8.945.125,69	2.779.854,50	23.087,31	0	0	68.140.238,47
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	8.740,00	0	0	0	0	2.411,55	0	0	0	11.151,55
	2011	7.600,00	0	0	0	0	2.097,00	0	0	0	9.697,00
	2010	6.130,00	0	0	0	0	1.828,80	0	0	0	7.958,80
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	29.898.649,57	1.541.231,15	31.505.452,01	7.301.488,07	7.411.084,53	2.474.003,68	210.052,31	0	0	80.341.961,32
	2011	25.998.825,71	1.340.201,00	27.396.045,23	6.349.120,06	6.444.421,33	2.151.307,55	182.654,18	0	0	69.862.575,06
	2010	234.542,40	0	129.513,60	45.066,48	54.983,16	0	0	0	0	464.105,64
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	176.006,90	76.363,85	58.483,42	14.759,59	17.366,23	0	0	0	0	342.979,99
	2011	153.049,48	66.403,35	50.855,15	12.834,43	15.101,07	0	0	0	0	298.243,48
	2010	150.048,51	65.101,32	49.857,99	12.582,77	14.661,23	0	0	0	0	292.251,82
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	321.584,52	91.111,31	144.704,32	52.153,10	68.120,54	0	0	0	0	677.673,79
	2011	279.638,71	79.227,23	125.829,84	45.350,52	59.235,25	0	0	0	0	589.281,55
	2010	274.155,60	76.919,64	123.451,80	44.242,74	58.073,77	0	0	0	0	537.503,44

Fonte: Siape/Siapecad/Funasa/Sereh/Socad/02.2013

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro XXVIII - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	1.094	97
1.1 Voluntária	-	-
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	01	01
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	1.094	97
2.1 Voluntária	1.094	97
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	1.095	98

Fonte: SIAPE/SIAPECAD/Funasa/Suest-Pa/Sereh-02/2013

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro XXIX - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	32	04
1.1. Integral	32	04
1.2. Proporcional	0	0
2. Em Atividade	30	12
3. Total (1+2)	62	16

Fonte: SIAPE/SIAPECAD/Funasa/ Suest-Pa/ Sereh - 02/2013

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

a) A existência de controles internos com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos;

Em resposta ao item de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Emprego Público, o Serviço de Recursos Humanos emitiu individualmente os comunicados, baseado no Memorando Circular nº. 01/12/, CGERH/DEADM/FUNASA, no qual solicita o levantamento em todas as suas unidades jurisdicionais, onde existam servidores do quadro da Fundação Nacional de Saúde (Descentralizado ao Estado, aos Municípios e Cessão a outro órgão), diante do ato administrativo implementado os servidores foram notificados para encaminharem os contracheques extra SIAPE, ao Setor de Cadastro. Após esse procedimento, houve análise de cada situação, sendo identificados os que acumulam cargos, e assim realizarem as opções, ou pelo cargo do órgão originário, ou pelo segundo cargo. Desse modo a situação encontra-se em andamento;

b) Tipos de controle implementado e periodicidade de revisão;

A situação em tela questionada é examinada por meio de supervisão, e acompanhadas manualmente pelo Setor de Cadastro.

c) *A propriedade dos controles implementados em termos de utilidade e eficiência;*

Por se tratar de controle novo, estamos em fase de adaptação dos procedimentos, entretanto as supervisões apresentam resultado de alcance de 100%.

d) A existência e o quantitativo de servidores que acumulem cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no quadro de pessoal da unidade jurisdicionada.

Na atualidade existem acumulações indevidas, porém, já notificadas e em andamento. Quanto ao quantitativo temos (8) servidores nesta situação.

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.

a) O quantitativo de notificações feitas aos servidores que se encontrem em situação irregular;
São oito notificações (Já realizadas)

b) O resultado das notificações realizadas;

Estamos aguardando o retorno uma vez que tivemos paralisação das atividades no órgão em razão da greve dos funcionários e da grande extensão territorial do Estado do Pará, existem demoras no retorno dos documentos.

c) A quantidade de processo administrativo disciplinar aberto para regularizar a situação de acumulação irregular de cargo, função ou empregos públicos, bem como o resultado verificado em tais processos.

Em razão de ainda não existir o mapeamento oficial da situação não houve abertura de processo administrativo disciplinar

6.1.7. Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro XXX – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	97	28	37	28
Concessão de pensão civil	0	0	33	27
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	37	0	0	0
Totais	134	28	70	55

Fonte: SIAPE/SIAPECAD/Funasa/ Suest-Pa/ Sereh – 02/2013

Quadro XXXI – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	12	0	12	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Totais	12	0	12	0

Fonte: SIAPE/SIAPECAD/Funasa/ Suest-Pa/ Sereh – 02/2013

Quadro XXXII – Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	97	0	0	0
Concessão de pensão civil	33	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	47	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	47	0	0
Total	130	47	0	0
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	0	12	0	0
Cancelamento de concessão	0	12	0	0
Cancelamento de desligamento	0	12	0	0
Total	0	12	0	0

Fonte: SIAPE/SIAPECAD/Funasa/ Suest-Pa/ Sereh – 02/2013

6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico

Quadro XXXIII – Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias	0	0	0	0
Outros atos fora do SISAC (especificar)	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0

Fonte: SIAPE/SIAPECAD/Funasa/ Suest-Pa/ Sereh – 02/2013

6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

Quadro XXXIV – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	97	28	37	28
Concessão de pensão civil	33	0	27	27
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0

Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	37	0	0	0
Totais	167	28	64	55

Fonte: SIAPE/SIAPECAD/Funasa/ Suest-Pa/ Sereh – 02/2013

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Esta UG não tem indicadores gerenciais desenvolvidos para a área de pessoal.

Houve uma tentativa, por parte da Funasa, em outubro de 2012, de se estabelecer indicadores para a área de recursos humanos, no entanto, não houve tempo hábil para processar a depuração dos mesmos. Considera-se plausível que nos próximos exercícios já se tenha a definição dos mesmos. Assim, a Suest-Pa se limita a expor sobre o desenvolvimento de cada um, não como indicador, mas como simples atividade. Mas, além disso, há um indicador relacionado à capacitação da força de trabalho descrito no subitem 4.1 Indicadores.

- **Absenteísmo;**

Frequência Manual, sendo analisada preliminarmente pela chefia imediata do servidor em cada área de atuação, e posterior encaminhamento ao Setor de Cadastro e Pagamento (SOCAD E SOPAG), para registro cadastral no SIAPE/SIAPECAD, e se houver ocorrência de falta ou outro tipo de ocorrência será incluso na folha de pagamento, todavia cada ocorrência possui código de lançamento;

Quanto às ausências médicas o lançamento é realizado no Sistema SIASS, registrando todos os CIDs, em que a ausência foi fundamentada, controle esse realizado internamente no Serviço de Atenção Integral ao Servidor (SEAIS). E posterior encaminhamento para arquivamento da homologação em sua pasta funcional.

- **Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais;**

Em relação a acidente de trabalho no decorrer do exercício de 2012 não houve registro no Sistema SIASS de qualquer acidente de trabalho;

Quanto ao atendimento de saúde ocupacional o controle interno ocorre no Sistema SIASS, sendo registrado por código/OU CIDs, informação discriminada no quadro A.6.2-SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ. Itens de 1 a 6.

- **Rotatividade (*turnover*);**

O Serviço de Recursos Humanos/Setor de Cadastro realiza o controle interno de rotatividade via Sistema SIAPE/SIAPECAD, com lançamento específico conforme cada carteira de trabalho localizado no Setor de Cadastro, existindo uma carteira específica com atualização mensal de movimentação de servidores por alteração de lotação interna e externa e cessão

- **Educação Continuada;**

Quanto ao item supracitado, informa-se que foram realizados os cursos programados no PAC/12/SUEST/PA em consonância com PAC 2012 da Presidência Funasa, ocorrem por meio de oficinas e seminários e encontro de gerências.

- **Disciplina;**

Quanto ao indicador disciplina implementou-se no âmbito nacional da FUNASA, as avaliações de desempenho distribuídas por ciclos avaliativos de Desempenho Institucional e Individual, conforme Portaria nº.1.743 de 10 de Dezembro de 2010, ocorrendo em 2012 o 2º.Ciclo, apresentando como eixo principal os critérios individuais do art.4º da citada portaria.

- **Aposentadoria versus reposição do quadro.**

Houve aposentadoria no decorrer do exercício de 2012, entretanto, não houve reposição, haja vista a não realização de concurso público, ou seja, não há reposição.

6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Não se aplica a Suest Pa.

6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

Não se aplica a Suest Pa.

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados (NA)

Não se aplica a Suest Pa.

6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro XXXV Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Estadual do Pará													
UG/Gestão: 255014/36211							CNPJ: 26989350/0005-40						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	53/2009	63807.812/0001-63	28/12/2009	30/03/2013	13	13	1	1	-	-	P
2011	V	O	31/2011	04.113.174/0001-11	31/10/2011	30/10/2013	10	2		8	-	-	P

Observação: Houve uma diminuição no nº de contratos considerando a mudança na missão institucional do Órgão, que não atua mais com Saúde Indígena, 53% dos contratos foram realizados por conta da Área de Saúde Indígena e que foram sub-rogados em 2011.

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Diadm/Salog – 02.2013

6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro XXXVI - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Estadual do Pará													
UG/Gestão: 255014/36211						CNPJ: 26989350/0005-40							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	6	O	01/2011	07.679.989/0001-50	01/02/2011	31/01/2013	2	1	-	1	-	-	P
2011	8/9	O	35/2011	04.883.542/0001-00	10/11/2011	09/11/2013	5	3	-	2	-	-	P

Observações: Houve uma diminuição no nº de contratos considerando a mudança na missão institucional do Órgão, que não atua mais com Saúde Indígena, 44% dos contratos foram realizados por conta da Área de Saúde Indígena e que foram sub-rogados em 2011.

LEGENDA	Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Área:	Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
1. Segurança;	Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
2. Transportes;	Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada
3. Informática;	
4. Copeiragem;;	
5. Recepção;	
6. Reprografia;	
7. Telecomunicações;;	
8. Manutenção de bens móveis	
9. Manutenção de bens imóveis	
10. Brigadista;	
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes	
12. 12 outras	

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Diadm/Salog – 02.2013

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro XXXVII - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	18	18	18	18	208.129,85
1.1 Área Fim	03	03	03	03	28.019,65
1.2 Área Meio	15	15	15	15	180.110,20
2. Nível Médio	29	29	29	29	240.912,94
2.1 Área Fim	05	05	05	05	32.802,94
2.2 Área Meio	24	24	24	24	208.110,00
3 Total (1+2)	47	47	47	47	449.042,79

Fonte: Siape/Funasa/Suest-Pa/ Sereh/Socad/Socap/ 02.2013

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;
- Decreto nº 6.403, Art. 10, de 17.03.2008, dispõe sobre utilização da frota de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- b) Instrução Normativa nº 03, de 15.05.2008, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais. Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;
- Atendimento a demandas dos diversos setores da Suest-Pa, na área meio - administrativa entre outras atividades há relevância quanto ao atendimento dos servidores tutelados de justiça. Quanto à área finalística a frota dá suporte ao processo de fiscalização de obras do PAC e convênios diversos, bem como dá suporte as atividades referentes à área de Saúde Ambiental.
- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

Quadro XXXVIII – Quantitativo de Veículos em uso na Suest-Pa, por modelo, ano de fabricação e grupo, no exercício 2012

Nº	PLACA	MARCA/MODELO	ANO FAB.	GRUPO	TOTAL POR GRUPO
01	JTC- 9273	FORD/14000	1988/1989	Carga Pesada	01
02	JTX- 8713	CHEVROLET/CORSA	1999/2000	Transporte de Servidores a Serviço – Região Metropolitana de Belém	05
03	JTZ-0932	CHEVROLET/CORSA	2000/2000		
04	JTX-8693	CHEVROLET/CORSA	1999/2000		
05	LNV-9980	CHEVROLET/CORSA PICK UP	2002/2002		
06	JTZ-7312	CHEVROLET/S10	2000/2001		
07	JWE-8714	FIAT/VAN DUCATO	2008/2009	Laboratório Móvel de Análise de Água	01
08	JUE-7875	FORD/RANGER	2001/2001	Serviço de Perfuração de Poços	03
09	JVH-8087	FORD/RANGER	2008/2008		
10	JVH-8147	FORD/RANGER	2008/2008		
11	JVP-5105	MITSUBISHI/L200	2009/2009	Transporte de Servidores a Serviço – visitas técnicas e acompanhamento de obras Convênios e TC no âmbito do Estado do Pará, Ações da Sesam e transporte de servidores tutelados de justiça em atendimento médico	08
12	JVP-5135	MITSUBISHI/L200	2009/2009		
13	JVI-2224	MITSUBISHI/L200	2009/2009		
14	NSZ-4604	MITSUBISHI/L200	2011/2012		
15	NSZ-5244	MITSUBISHI/L200	2011/2012		
16	NSZ-5524	MITSUBISHI/L200	2011/2012		
17	NSZ-5624	MITSUBISHI/L200	2011/2012		
18	NSZ-5374	MITSUBISHI/L200	2011/2012		
TOTAL					18

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

Quadro XXXIX – Quantitativo de Veículos em uso na Suest-Pa, por modelo, ano de fabricação e Quilometragem, no exercício 2012

Nº	PLACA	MARCA/MODELO	GRUPO	TOTAL POR GRUPO	KM Rodado /2012	MÉDIA ANUAL DE KM.
1	JTC- 9273	FORD/14000	Carga Pesada	1	15.012	1251
2	JTX- 8713	CHEVROLET/CORSA	Transporte de Servidores a Serviço – Região Metropolitana de Belém	5	583	629
3	JTZ-0932	CHEVROLET/CORSA			598	
4	JTX-8693	CHEVROLET/CORSA			1047	
5	LNV-9980	CHEVROLET/CORSA PICK UP			742	
	JTZ-7312	CHEVROLET/S10			175	
6	JWE-8714	FIAT/VAN DUCATO	Laboratório Móvel de Análise de Água	1	4.383	365
8	JUE-7875	FORD/RANGER	Serviço de Perfuração de Poços	3	6632	14571
9	JVH-8087	FORD/RANGER			13408	
10	JVH-8147	FORD/RANGER			23672	
11	JVP-5105	MITSUBISHI/L200	Transporte de Servidores a Serviço – visitas técnicas e acompanhamento de obras Convênios e TC no âmbito do Estado do Pará	8	26165	20957
12	JVP-5135	MITSUBISHI/L200			10942	
13	JVI-2224	MITSUBISHI/L200			17631	
14	NSZ-4604	MITSUBISHI/L200			18784	
15	NSZ-5244	MITSUBISHI/L200			34734	
16	NSZ-5524	MITSUBISHI/L200			22101	
17	NSZ-5624	MITSUBISHI/L200			16935	
18	NSZ-5374	MITSUBISHI/L200			20366	
TOTAL				18	233.910	37.773

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Diadm/Salog/Sotra/ Sicotweb/ 01.2013

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

Quadro XL – Quantitativo de Veículos em uso na Suest-Pa, por modelo, ano de fabricação e idade média da frota, no exercício 2012

Nº	PLACA	MARCA/MODELO	IDADE MÉDIA DA FROTA	GRUPO	TOTAL POR GRUPO
01	JTC- 9273	FORD/14000	24	CARGA PESADA	01
02	JTX- 8713	CHEVROLET/CORSA	12	Transporte de Servidores a Serviço – Região Metropolitana de Belém	05
03	JTZ-0932	CHEVROLET/CORSA			
04	JTX-8693	CHEVROLET/CORSA			
05	LNV-9980	CHEVROLET/CORSA PICK UP			
06	JTZ-7312	CHEVROLET/S10			
07	JWE-8714	FIAT/VAN DUCATO	4	Laboratório Móvel de Análise de Água	01

08	JUE-7875	FORD/RANGER	6	Serviço de Perfuração de Poços	03
09	JVH-8087	FORD/RANGER			
10	JVH-8147	FORD/RANGER			
11	JVP-5105	MITSUBISHI/L200	2	Transporte de Servidores a Serviço – visitas técnicas e acompanhamento de obras Convênios e TC no âmbito do Estado do Pará	8
12	JVP-5135	MITSUBISHI/L200			
13	JVI-2224	MITSUBISHI/L200			
14	NSZ-4604	MITSUBISHI/L200			
15	NSZ-5244	MITSUBISHI/L200			
16	NSZ-5524	MITSUBISHI/L200			
17	NSZ-5624	MITSUBISHI/L200			
18	NSZ-5374	MITSUBISHI/L200			
Total					18

Fonte: Sicotweb/Funasa/Suest-Pa/Diadm/Salog/Sotra/ 01.2013

- f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

Quadro XLI – Situação dos Custos Associados à Manutenção da Frota de Veículos em Uso na Suest-Pa, no exercício 2012

Descrição dos Custos	Prestador do Serviço	Valorem reais
Combustíveis	Trivale Administração Ltda – Contrato – 47/2011	72.388,89
Oficina Mecânica	C.P. Comércio Ltda – Contrato nº 23/2011	213.264,26
Lavagem de Veículos	Sintonia Comércio e Serviços Automotivos Ltda – Contrato 11/2010	5.106,00
Seguro Obrigatório e Licenciamento	Detran – Pa	7.301,77
Seguro Obrigatório e Licenciamento	Detran - Pi	1.991,64
Total		322.828,26

Fonte: Sicotweb/Funasa/Suest-Pa/Diadm/Salog/Sotra/ 01.2013

- g) Plano de substituição da frota;
- Plano de substituição da frota segue o Anexo IV da Instrução Normativa nº 03, de 15.05.2008 – Plano Anual de Aquisição Veículos - PAAV
- h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;
- Anteriormente a aquisição estava sendo realizada pela Presidência do Órgão. Atualmente a instituição não está realizando aquisições de veículos. A opção é pela locação de frota terceirizada.
- i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.
- A Suest-Pa dispõe de um Sistema de Informações para Controle de Frota – Sicotweb;
 - Monitoramento e controle de abastecimento de combustível é realizado através do Sistema Informatizado da rede Vale Card – Contrato nº 47/2011; e

- O processo de fiscalização é realizado pelos fiscais de contratos, nomeados por portarias, junto às empresas contratadas por prestação de serviço de manutenção da frota da instituição.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

- a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte;
- Os estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte ocorreram devido a grande demanda do atendimento aos serviços administrativos e do atendimento aos servidores tutelados de justiça, bem como As ações da área finalística – visitas técnicas e de acompanhamento de obras do PAC demais convênios, realizadas pelos técnicos da Diesp. Aliado a este fator como aspecto negativo há o tempo de uso da frota da própria Suest.
- b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte;
- Ricarte Rebouças Locação de Veículos Ltda - CNPJ – 10.383.428/0001-14.
- c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão;

Tipo de Licitação	Nº contrato	Vigência	Valor Contratado em Reais	Valor Pago até 31.12.2012, em Reais
Pregão 093/2010	59/2010	30/12/2010 - 30/12/2013	324.000,00	648.000,00

Fonte: Sicotweb/Funasa/Suest-Pa/Diadm/Salog/Sotra/ 01.2013

- d) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;
Possibilitou o atendimento da demanda dos diversos setores, tanto em relação a área meio, quanto em relação a área fim, possibilitando a melhoria no desempenho das ações estabelecidas no planejamento. Sem a locação de veículos as visitas técnicas de acompanhamento às obras, do PAC e dos demais convênios, assim como as ações definidas pela área de Saúde Ambiental não teriam condições de serem alcançadas. E ainda não se teria condições, também, de atender aos servidores tutelados de justiça.
- e) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

Quadro XLII – Quantitativo de Veículos, por modelo, ano de fabricação e grupo, no exercício 2012, contratada de terceiros pela Suest-Pa

Nº	PLACA	MARCA/MODELO	ANO FAB.	GRUPO	TOTAL POR GRUPO
01	NUW-7689	MMC/L200 OUTDOOR	2011	Transporte de Servidores em Serviço da Diesp, Sesam, Secon e Administração, no Estado.	05
02	NUW-7619	MMC/L200 OUTDOOR	2011		
03	NUW-7629	MMC/L200 OUTDOOR	2011		
04	NUW-7649	MMC/L200 OUTDOOR	2011		
05	OCN-2593	MMC/L200 OUTDOOR	2012		

Fonte: Sicotweb/Funasa/Suest-Pa/Diadm/Salog/Sotra/ 01.2013

- f) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra;

Quadro XLIII – Quantitativo de Veículos em uso na Suest-Pa, por modelo, ano de fabricação e kilometragem, contratado de terceiros, durante o exercício 2012

Nº	PLACA	MARCA/MODELO	ANO FAB.	GRUPO	Média Anual de Km.
01	NUW-7689	MMC/L200 OUTDOOR	2011	Transporte de Servidores em Serviço da Diesp, Sesam, Secon e Administração, no Estado.	113.105
02	NUW-7619	MMC/L200 OUTDOOR	2011		
03	NUW-7629	MMC/L200 OUTDOOR	2011		
04	NUW-7649	MMC/L200 OUTDOOR	2011		
05	OCN-2593	MMC/L200 OUTDOOR	2012		

Fonte: Sicotweb/Funasa/Suest-Pa/Diadm/Salog/Sotra/ 01.2013

- g) Idade média anual, por grupo de veículos;
- A média é de 01 ano, sendo que a empresa deverá substituir os veículos a cada 12 meses.
- h) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado;

Quadro XLIV– Situação dos custos associados à manutenção da Frota de veículos, contratada de terceiros em uso na Suest-Pa, no exercício 2012

Descrição dos Custos	Nível de Responsabilidade	Valor em reais
Combustíveis	Funasa – Contrato nº 47/2011- Rede Vale Card	22.775,70
Oficina Mecânica	Obrigaçao da Contratada - Ricarte Rebouças Locação de Veículos Ltda	-
Seguro Obrigatório e Licenciamento	Obrigaçao da Contratada - Ricarte Rebouças Locação de Veículos Ltda	-
Total		22.775,70

Fonte: Sicotweb/Funasa/Suest-Pa/Diadm/Salog/Sotra/ 01.2013

- i) Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.
- Monitoramento e controle de abastecimento de combustível é realizado através do Sistema Informatizado da Rede Vale Card – Contrato nº 47/2011;
 - Fiscalização realizada pelo fiscal do Contrato 59/2010.

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

ANEXO I - Quadro XLV (pag. 139)

7.2.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro XLVI - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF - Pará	-	11
	Município – Capitão Poço / Dsei-Guatoc	-	01
	Município – Novo Progresso / Dsei-Tapajós	-	01
	Município – Jacareacanga / Dsei-Tapajós	-	01
	Município – Redenção / Dsei-Kayapó	-	02
	Município – Ourilândia / Dsei- Kayapó	-	01
	Município – São Felix do Xingu / Dsei- Kayapó	-	02
	Município – Santana do Araguaia / Dsei-Kayapó	-	01
	Município – Altamira / Dsei- Altamira	-	02
Subtotal Brasil		-	11
EXTERIOR	PAÍS 1	Não se aplica	Não se aplica
	cidade 1		
Subtotal Exterior		Não se aplica	Não se aplica
Total (Brasil + Exterior)		-	11

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Diadm/Sopat – 01/2013- Relatórios de Inventário de Bens Imóveis e da Relação Detalhada de Imóveis por UG/UF/MUNICIPIOS do SPIUnet. / documentos de imóveis em arquivo na Suest-Pa

7.2.3. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

ANEXO II - Quadro XLVII (pag. 140)

Análise Crítica:

Os Bens Imóveis da Fundação Nacional de Saúde – Suest-Pa, em termos numéricos são 97 dos quais 05 estão localizados no município de Belém e 92 são imóveis localizados nos municípios discriminados no quadro XLVII, dos quais 91 encontram-se na situação de Cessão de Uso por conta do Processo de Descentralização das Ações de Saúde.

Quanto ao imóvel do município de Barcarena, a área foi invadida e a situação esta sendo resolvida pela Superintendência do Patrimônio da União, devido a Companhia de Desenvolvimento de Barcarena – CODEBAR, que ao decretar falência, transferiu ao SPU/Pa o domínio dos títulos das terras.

Os imóveis locados de terceiros para uso dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas – Dsei - foram sub-rogados no ano de 2011, conforme ralação abaixo:

- Município de - Capitão Poço / Dsei – Guatoc- Sub-rogado em 01/12/11;
- Município de Novo Progresso / Dsei – Tapajós – Sub-rogado em 01/09/11;
- Município de Jacareacanga / Dsei – Tapajós – Sub-rogado em 01/09/11;
- Município de Redenção / Dsei Kayapó – Sub-rogado em 01/12/11;
- Município de Ourilândia / Dsei Kayapó – Sub-rogado em 01/10/11;
- Município de São Felix / Dsei Kayapó – Sub-rogado em 01/09/11;
- Município de Santana do Araguaia / Dsei Kayapó – Sub-rogado em 01/10/11;
- Município de Altamira / Dsei Altamira – Sub-rogado em 01/12/11;

Quanto aos imóveis utilizados pelo Instituto Evandro Chagas e Centro Nacional de Primatas, conforme parecer acatado pela DEADM/CGLOG/Presidência, a Suest-Pa está

viabilizando a celebração do Termo de Cessão de Uso Imóvel com posterior regularização da situação junto ao Cartório e SPU.

Em relação aos imóveis da Suest-Pa, oriundos da FSESP, está programado o início dos trabalhos de Legalização e Regularização para o mês maio/2013, com avaliação “in loco” dos imóveis para realizar o Levantamento Físico – Cadastral e elaboração da seguinte documentação: Planta Topográfico Planimétrico, Planta Baixa, Memorial Descritivo, Termo de Vistoria de Imóvel, para que seja dado início ao processo de legalização dos imóveis;

Quanto aos imóveis que possuem Registros em nome da FSESP será efetuada a solicitação da mudança da Razão Social do Registro do imóvel para Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, solicitando a Secretaria de Finança – SEFIN, a Certidão de Averbação atualizada para compor o Dossiê (Avaliação “in loco” dos imóveis, Levantamento Físico – Cadastral, Planta Topográfica Planimétrico, Planta Baixa, Memorial Descritivo, Termo de Vistoria de Imóvel), para que se possa dar início ao processo de legalização junto aos Cartórios de Notas e Ofício respectivamente;

Os imóveis que estão em processo de legalização deverão ter suas situações verificadas junto às Prefeituras, em relação ao Título de Posse Definitivo; a Secretaria de obra, em relação a Registro de obras; Secretaria de Finança, para solicitar Certidão de Averbação atualizada. Para dar continuidade ao processo de legalização junto aos Cartórios, torna-se necessário também o Dossiê (Avaliação “in loco” dos imóveis para realizar o Levantamento Físico – Cadastral, Planta Topográfico Planimétrico, Planta Baixa, Memorial Descritivo, Termo de Vistoria de Imóvel) e dar entrada nos Cartório de Notas e Ofício respectivamente;

Os imóveis oriundos da SUCAM deverão passar por avaliação “in loco” verificando-se a utilização de ocupação conforme determina a IN 04 de 17 de julho de 2000, aplicando os procedimentos necessários acessão de bens móveis e imóveis utilizados nas atividades epidemiológicas e controle de Doenças das Ações de Endemias descentralizadas para Estado e Municípios. Estas ações foram desenvolvidas pelos então denominados Distritos Sanitários distribuídos pelos seguintes municípios: Ananindeua, Distrito de Capanema, Distrito de Tucuruí, Distrito de Cametá, Distrito de Breves, Distrito de Santarém, Distrito de Itaituba, Distrito de Conceição do Araguaia. Será verificada a natureza do domínio, sua situação de uso. A Funasa deverá avaliar se manterá ou não os imóveis sob sua gerência. Caso não haja interesse os imóveis deverão ser devolvidos ao SPU.

8. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento

**8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)
“Não se Aplica a esta Unidade Jurisdicionada”**

9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro XLVIII - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a Gestão Ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				X	
<ul style="list-style-type: none"> o Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <ul style="list-style-type: none"> o <i>De acordo com o objeto licitado é exigido no edital a documentação que comprove que a empresa atende aos critérios solicitados, tais como ENCE, INMETRO, IBAMA, CONAMA, RAC e outros.</i> 					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.				X	
<ul style="list-style-type: none"> o Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? <ul style="list-style-type: none"> o <i>Além do ISO, o ENCE, INMETRO, etc</i> 					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).				X	
<ul style="list-style-type: none"> o Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? <ul style="list-style-type: none"> o <i>Em relação ao consumo de energia, com a substituição de aparelhos de ar condicionado por aparelhos tipo splits verifica-se uma queda de 16% no consumo de energia, em relação a 2010 quando se iniciou o monitoramento. A queda ocorre mesmo observando que o número de aparelhos tenha aumentado. (Ver item 9.2e anexo III, pag. 143)</i> 					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).				X	
<ul style="list-style-type: none"> o Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? <ul style="list-style-type: none"> o <i>Cartuchos.</i> 					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.			X		
<ul style="list-style-type: none"> o Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? <ul style="list-style-type: none"> o <i>A aquisição de veículo é feita pela Presidência, a Suest-Pa não tem como afirma a aplicação.</i> 	Sim ()		Não ()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).				X	
<ul style="list-style-type: none"> o Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? <ul style="list-style-type: none"> o <i>Impressoras e cartuchos. Nos processos licitatórios são inseridas cláusulas condicionantes para aquisição de um bem ou serviço, observando-se a questão da reutilização, bem como a sua origem, menos agressiva possível a natureza.</i> 					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		

Aspectos sobre a Gestão Ambiental		Avaliação				
Licitações Sustentáveis		1	2	3	4	5
○ Durante o exercício de 2012 não foi realizada nenhuma contratação de obras.						
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.						X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.						X
○ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?						
○ Através de Campanhas realizadas como atividades da Agenda Ambiental. No exercício de 2012 foram desenvolvidos 4 eventos. Um projeto de aproveitamento de águas pluviais foi iniciado.						
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.						X
○ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?						
○ Até 2011 por meio de comunicação oficial, durante o exercício de 2012, com o estabelecimento da Agenda Ambiental foram desenvolvidas várias atividades como reunião de sensibilização com servidores, estagiários e colaboradores terceirizados, Capacitação Pedagógica voltada para Associações e Cooperativas de Catadores e Secretaria Municipal de Saneamento de Belém e Reunião específica com colaboradores da empresa terceirizada responsável pela limpeza do prédio sobre coleta seletiva.						
Considerações Gerais: A análise deste subitem foi realizada em conjunto com o subitem 3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos. Foi também desenvolvida pelo Corege – Colegiado Regional de Gestão da Suest-Pa, reunido no dia 30.01.2013, com a finalidade exclusiva de fazer avaliação em relação aos dois subitens. Diferentemente do subitem anterior esta avaliação foi mais tranquila, mas foi feito de forma comparativa ao elaborado no Relatório de Gestão 2011 e também observando a análise apresentada no Relatório de Auditoria 20123676. Desta forma procurou-se ser o mais fiel possível as informações. A área responsável pelas aquisições de bens e serviços está se adequando com o objetivo de aplicar a legislação vigente, referente ao tema. Participaram da reunião 13 gerentes e 03 servidores que desempenham função técnica ou de apoio aos gerentes, representando todas as áreas que compõem a estrutura da Superintendência: Superintendente, Divisão de Administração/Diadm – 05 servidores, Divisão de Engenharia/Diesp – 01 servidor, Serviço de Recursos Humanos/Sereh – 02 servidores, Serviço de Saúde Ambiental/Sesam – 02 servidores, Serviço de Convênio/Secon – 03 servidores e Assessoria Técnica/Astec – 02 servidores.						
LEGENDA						
Níveis de Avaliação:						
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.						
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.						
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.						
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.						
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.						

9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

QUADRO XLIX – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Valores em
R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P	31.10.2012, publicado DOU nº 214, de 06.11.12			Será criada por portaria sub comissão na Suest-Pa, para desenvolver as ações conforme orientação da Presidência. Portaria 115, de 13.04.2012 *		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (Resma)	1.200	1.200	1.200	11.520,00	10.800,00	10.800,00

Água de provedora local**	-	-	-	18.458,88	18.458,88	18.458,88
Água Mineral par consumo (Garrafão c/ 20l.)	1.800	1.800	1.800	5.976,00	5.400,00	5.400,00
Energia Elétrica (KWH)	558510	602551	665153	249.646,29	226.724,79	242.262,34
			Total	267.142,29	242.924,79	258.462,34

Fonte:Funasa/Suest-Pa/Diadm/Salog/Somat/Almoxarifado/Asiweb/30.01.2013

* Portaria 115, de 13.04.2012 – Institui comissão Intersetorial do Projeto Ambiente Saudável e Sustentabilidade no Trabalho no âmbito da Suest-Pa. A Comissão executou várias atividades em relação a sensibilização de servidores e colaboradores e buscou inicialmente influenciar nos processos de aquisição de produtos sustentáveis, sem agressão ao meio ambiente.

**Água de provedora local - A água que é consumida na Suest-Pa vem de um poço artesiano da própria Suest. A água que é fornecida pela Concessionária – Cosanpa (Companhia de Saneamento do Pará), não é controlada por hidrômetro, limitando-se a cobrança mínima através de uma taxa.

PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18.01.2012.

10. Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas

10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro L - Recomendações do TCU Atendidas no Exercício

10.1.- RECOMENDAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO											
Período: 02/01/2012 - 31/12/2012											
ITEM	IDENTIFICAÇÃO DA SOLICITAÇÃO	COMUNICAÇÃO RECEBIDA		DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS					ATENDIMENTO/JUSTIFICATIVA PARA O NÃO ATENDIMENTO	STATUS
		DOCUMENTO	DATA		DOCUMENTO EXPEDIDO	DATA	RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	RESULTADOS OBTIDOS		
1	Acórdão n.º2218/2012/TC 019.411/2003-5	Ofício n.º 614/2012-TCU/SECEX -PA.	02/05/2012	Vistos, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam recursos de reconsideração interposto pelo Sr. Raimundo Silveira Lima, ex-Prefeito de São Geraldo do Araguaia - PA e pela empresa RDC Engenharia Ltda., nova denominação da Marisil Engenharia e Construções Ltda., em face do Acórdão 360/2011 - 1ª Câmara (retificado por inexatidão material por meio do Acórdão 1654/2011 - 1ª Câmara), que julgou tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa,	Despacho TCE nº 053/2012	31/05/12	UG: 255014 SIORG: 7482	1.Encaminhada ao Sr. Superintendente cópia do Acórdão 2218/2012 TCU - 1ª Câmara para remessa à Auditoria/Astec, considerando que o citado Acórdão reformou a decisão anterior, julgando as contas do Sr. Raimundo Silveira Lima regulares com ressalva. 2. Esta Suest/PA não tem cópia do processo de Tomada de Contas Especial em razão do mesmo se encontrar no Tribunal de Contas da União. Convém registrar que à época	Interessados cientificados e cópia do Acórdão encaminhada a Presidência do órgão para ajuste das contas contábeis.		Atendida

			<p>em decorrência da não-aprovação da prestação de contas dos recursos repassados pelo Convênio nº 282/1998.</p> <p>Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em: 9.1. conhecer dos Recursos de Reconsideração interpostos, com fundamento nos artigos 32, incisos I, e 33, da Lei 8.443/92, para, no mérito, dar-lhes provimento; 9.2. Reformar o acórdão recorrido, excluindo-se os itens 9.2., 9.3, 9.4 e 9.5 e conferindo ao item 9.1 a seguinte redação: "9.1. julgar regulares com ressalva as contas de Raimundo Silveira Lima, ex-Prefeito municipal de São Geraldo do Araguaia - PA, com fulcro nos artigos 1º, inciso I e 16, inciso II, da Lei nº 8443,92, dando-lhe quitação"; 9.3. dar ciência desta deliberação, bem como do Relatório e do Voto que a fundamentam, aos</p>			<p>de instauração da tomada de contas era seqüencial do processo de convênio.</p> <p>3. Enviada cópia do mencionado Acórdão a essa Assessoria, em face da necessidade de ajuste das contas contábeis.</p>		
--	--	--	--	--	--	---	--	--

				recorrentes, à Fundação Nacional de Saúde - Funasa e à Procuradoria da República no Estado do Pará.							
2	Acórdão n.º723/2012/TC 025.621/2009-7	Ofício n.º 723/2012-TCU/SECEX-PA.	22/05/12	VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Rafael de Loureiro Reis contra o Acórdão n.º 4785/2011-TCU-2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em: 9.1. com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/1992, conhecer do recursos de reconsideração interposto para , no mérito, negar-lhe provimento; 9.2. Dar ciência desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, ao recorrente, à unidade jurisdicionada e à Procuradoria da república no Estado do Pará.	Ofício n.º 723/2012-TCU/SECEX-PA.	22/05/12	UG: 255014 SIORG: 7482	O Sr. Superintendente tomou conhecimento, porém, o documento foi encaminhado a Coordenação de TCE sem outras providências, em razão do não provimento do recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Rafael de Loureiro Reis.	Os interessados tomaram conhecimento sobre a deliberação do TCU.		Atendida

3	Acórdão 3649/2012/ 027.380/2009-0	nº TC	Ofício 1490/2012- TCU/ SECEX- PA.	20/09/12	Dar ciência da deliberação do TCU referente a TCE instaurada pela Coordenação Regional da Funasa no Estado do Pará em desfavor do Sr. Eduardo Azevedo, ex Prefeito do Município de Jacareacanga/Pa em razão de execução parcial do Cv. 367/2001, que tinha por objeto a implantação de sistemas de abastecimento de água em 18 aldeias indígenas.	Ofício 1490/2012- TCU/ SECEX-PA	20/09/12	UG: 255014 SIORG:7482	Dado conhecimento ao Senhor Superintendente e a área correlacionada – Secon.	Os interessados tomaram conhecimento sobre a deliberação do TCU.		Atendida
4	Acórdão n.º4313/2011/TC 014.614/2012-2		Comunicações Processuais	15/08/12	Não Há		31/08/12	UG: 255014 SIORG:7482	Informa os termos do documento encaminhado ao setor competente para atendimento/SOCAD/ CONCESSÃO	Providenciadas cópias para os assentamentos funcionais.		Atendida
5	Acórdão n.º4377/2012/TC 017.785/2008-7		Comunicações Processuais	02/10/12	Não Há		17/10/12	UG: 255014 SIORG:7482	Informa os termos do documento encaminhado ao setor competente para atendimento/SOCAD/ CONCESSÃO	Interessados Notificados		Atendida
6	Acórdão n.º253/2012/TC 026.806/2011-8		Comunicações Processuais	16/02/12	Não Há		01/03/12	UG:255014 SIORG:7482	Retorno do Processo, lançar informações nos assentamentos funcionais /SOCAD/CONCESÃO	Providenciadas cópias para os assentamentos funcionais.		Atendida

7	Acórdão n.º4313/2012-TC 014.614/12-0	Comunicações Processuais	31/07/12	Não Há		04/08/12	UG: 255014 SIORG:7482	Retorno do Processo, lançar informações nos assentamentos funcionais / SOCAD/CONCESSÃO	Providenciadas cópias para os assentamentos funcionais.		Atendida
8	Acórdão n.º1131/2012/TC 005.148/2012-0	Comunicações Processuais	13/03/12	Não Há		28/13/12	UG:255014 SIORG:7482	Informa os termos do documento encaminhado ao setor competente para atendimento/SOCAD/ CONCESSÃO	Providenciadas cópias para os assentamentos funcionais.		Atendida
9	Acórdão n.º524/2010/TC 016.200/2009-6	Comunicações Processuais	13/06/12	Não Há		16/06/12	UG:255014 SIORG:7482	Informa os termos do documento encaminhado ao setor competente para atendimento/SOCAD/ CONCESSÃO	Providenciadas cópias para os assentamentos funcionais.		Atendida
10	Acórdão n.º3959/2012/TC 018.396/2012-17	Comunicações Processuais	10/07/12	Não Há		27/07/12	UG:255014 SIORG:7482	Informa os termos do documento encaminhado ao setor competente para atendimento/SOCAD/ CONCESSÃO	Providenciadas cópias para os assentamentos funcionais.		Atendida
11	Acórdão n.º3526/2012TC 015.042/2012	Comunicações Processuais	26/06/12	Não Há		17/07/12	UG:255014 SIORG:7482	Informa os termos do documento encaminhado ao setor competente para atendimento/SOCAD/ CONCESSÃO	Providenciadas cópias para os assentamentos funcionais.		Atendida
12	Acórdão n.º5040/08/2012TC 025.854/2012-7	Comunicações Processuais	28/08/12	Não Há		03/09/12	UG:255014 SIORG:7482	Informa os termos do documento encaminhado ao setor competente para atendimento/SOCAD/ CONCESSÃO	Conceção realizada		Atendida

13	Acórdão n.º3449/2012/TC 002.182/2012	Comunicações Processuais	26/06/12	Determinação nos termos 3º,§7º da Resolução TCU 206 de 2007	Despacho	29/06/12	UG: 255014 SIORG:7482	Informa os termos do documento encaminhado ao setor competente para atendimento/SOCAD/ CONCESSÃO	Conceção realizada		Atendida
14	Acórdão n.º2331/2012/TC 011.090/2012	Comunicações Processuais	08/05/12	Detalhamento da situação concreta correção das falhas de lançamentos	Ofício	16/05/12	UG: 255014 SIORG:7482	Informa os termos do documento encaminhado ao setor competente para atendimento/SOCAD/ CONCESSÃO	Conceção realizada		Atendida
15	Acórdão n.º1406/2012/TC 005.733/2012-0	Comunicações Processuais	27/05/12	Não Há		04/04/12	UG: 255014 SIORG:7482	Informa os termos do documento encaminhado ao setor competente para atendimento/SOCAD/ CONCESSÃO	Providenciadas cópias para os assentamentos funcionais.		Atendida
16	Acórdão n.º1239/2021/TC	Comunicações Processuais	23/03/12	Determina suspensão de pagamento de pensão	Ofício	02/04/12	UG: 255014 SIORG:7482	Informa os termos do documento encaminhado ao setor competente para atendimento/SOCAD/ CONCESSÃO	Notificação para ciência e suspensão do pagamento		Atendida
17	Acórdão n.º333/2012-4/TC 035.779/2011-0	Comunicações Processuais	31/01/12	Não Há		13/02/12	UG: 255014 SIORG:7482	Informa os termos do documento encaminhado ao setor competente para atendimento/SOCAD/ CONCESSÃO	Providenciadas cópias para os assentamentos funcionais.		Atendida
18	Acórdão n.º331/2012-TC 020.872/2009-4	Comunicações Processuais	31/01/12	Não Há		13/02/12	UG:255014 SIORG:7482	Informa os termos do documento encaminhado ao setor competente para atendimento/SOCAD/ CONCESSÃO	Providenciadas cópias para os assentamentos funcionais.		Atendida

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Diadm/Secom – 03.2013

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro LI - Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

10.1.2- RECOMENDAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Período: 02/01/2012 - 31/12/2012											
ITEM	IDENTIFICAÇÃO DA SOLICITAÇÃO	COMUNICAÇÃO RECEBIDA		DETERMINAÇÃO / RECOMENDAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS					ATENDIMENTO/ JUSTIFICATIVA PARA O NÃO ATENDIMENTO	STATUS
		DOCUMENTO	DATA		DOCUMENTO EXPEDIDO	DATA	RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	RESULTADOS OBTIDOS		
1	Acórdão n.º 861/2012/TC 003.621-6/2006-6	Ofício n.º 257/2012-TCU/SECEX-PA	16/03/12	VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde, em face de indícios de superfaturamento de preços na aquisição de bens e serviços pela Coordenação Regional da Funasa no Pará, entre 1996 e 1998; ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no artigo 2101, § 3º, do Regimento Interno em: 9.1. Arquivar estas contas especiais, em razão da ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; 9.2. encaminhar cópia do acórdão, assim como o relatório e voto que o fundamentam, a Fundação Nacional de Saúde e ao responsável.	Despacho TCE n.º 030/2012	29/03/12	UG: 255000 SIORG: 7476	Encaminhado a comunicação de deliberação recebida por meio do ofício n.º 257/2012-TCU/SECEX-PA que envia cópia do Acórdão TCU - 1ª Câmara, em que determina arquivar contas especiais do processo de TC-003.621/2006-6, em razão de ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento, para análise e manifestação. Por oportuno, informo que a cópia do processo n.º 25100.000.314/99-91 de Tomada de Contas Especial (fase interna) se encontra arquivado na caixa n.º 32 nessa Procuradoria.	Encaminhada a presidência do Órgão para cumprimento da deliberação.	Pendente de Atendimento	

2	Acórdão n.º 3035/2012/TC 023.196/2009-1	Ofício n.º 711/2012-TCU/SECEX-PA	21/05/2012	Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, e 250 do regimento Interno, em considerar em fase de implementação o subitem 1.5.1 do Acórdão nº 1559/2010-TCU-2ª Câmara e adotar as medidas abaixo transcritas: 1.6.1. à Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) que informe, nas próximas contas anuais ordinárias, o resultado das providências adotadas para o ressarcimento ao erário dos recursos repassados à conta do Convênio nº 2802/06 (SIAFI 591042), firmado com a Prefeitura Municipal de Portel/PA, instaurado, caso necessário, a competente tomada de contas especial.	Despacho TCE nº 051/2012.	31/05/12	UG: 255014 SIORG: 7482	Encaminho o ofício nº 711/2012-TCU/SECEX e cópia do Acórdão 3035/2012 TCU - 2ª Câmara para conhecimento da decisão constante no citado documento, em especial a do item 1.6.2 à Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) que informe, nas próximas contas anuais ordinárias, o resultado das providências adotadas para o ressarcimento ao erário dos recursos repassados à conta do convênio nº 2802/06 (SIAFI 591042), firmado com a Prefeitura Municipal de Portel/PA, instaurado, caso necessário, a competente tomada de contas especial, considerando que essa Assessoria é responsável pelo relatório de gestão. Solicito que após ciência dessa Assessoria o citado documento seja restituído para cumprimento da decisão por essa equipe na época própria.	Devido a TCE ainda estar em curso não há como cumprir a determinação do TCU.	Pendente de Atendimento
---	---	----------------------------------	------------	---	---------------------------	----------	---------------------------	--	--	-------------------------

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Diadm – 03.2013

10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Quadro LII - Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

10.1.3 - RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO											
Período: 02/01/2012 - 31/12/2012											
ITEM	IDENTIFICAÇÃO DA SOLICITAÇÃO	COMUNICAÇÃO RECEBIDA		RECOMENDAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS					INFORMAR O ATENDIMENTO OU A JUSTIFICATIVA PARA O NÃO ATENDIMENTO	STATUS
		DOCUMENTO	DATA		DOCUMENTO EXPEDIDO	DATA	RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	RESULTADOS OBTIDOS		
1	1.1.1.1 Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201203676	Ofício n.º 27730/2012/CGU-Regional/PA/CGU-PR	20/09/12	1- Interpretar os indicadores para torná-los úteis à tomada de decisão do gestor, e não torná-los meramente formais. 2- Criar padrões de desempenho para os indicadores instituídos e submeter os mesmos à apreciação da FUNASA Presidência.	Ofício n.º 2189/Suest-Pa	18/10/12	UG: 25501 SIORG: 7482	Por meio do Memorando nº125 Coplan/Cgpla/Direx de 18/6/2012 a Presidência da FUNASA encaminhou os indicadores de desempenho utilizado no exercício de 2011, conforme Anexo I	Atualmente busca-se subsídios para estabelecer indicadores que representem de fato o produto final da Superintendência pautados na missão institucional. Ressalto que este Superintendente e os chefes de Divisões e Setores (Diesp, Diadm, Secon e Sesam) foram convocados para uma reunião em Brasília cujo objetivo principal foi pactuar um conjunto de indicadores de desempenho e resultado que norteiem os esforços no sentido do alcance da perspectiva de futuro traduzida	Atendido	

									em nosso referencial estratégico (visão de futuro), que ocorreu em outubro de 2012 e foi definido em Dezembro de 2012. O conjunto definido consta deste Relatório no subitem 2.4.		
2	1.1.3.1 Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201203676	Ofício n.º 27730/2012/CGU-Regional/PA/CGU-PR	20/09/12	Instituir rotinas que permitam a inserção, nos editais de licitação, critérios de sustentabilidade da INSLTI/MPOG nº01/2010 e a Portaria SLTI/MPOG nº 02/2010 da SLTI, atentando para o previsto no art. 2º da referida IN no que tange a não frustrar o caráter competitivo dos certames	Ofício n.º 2189/Suest-Pa	18/10/12	UG: 255014 SIORG: 7482	Esta Superintendência já está ajustando os editais de acordo com a INSLTI/MPOG nº01/2010 e a Portaria SLTI/MPOG nº 02/2010 da SLTI, utilizando os critérios de sustentabilidade ambiental.	Orientação está sendo seguida pelos setores responsáveis.		Atendido
3	3.1.1.1Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201203676	Ofício n.º 27730/2012/CGU-Regional/PA / CGU/PR	20/09/12	1- Fortalecer os controles internos existentes para auxiliar o gestor quanto à cobrança da apresentação e análise tempestiva das prestações de contas 2- Tomar todas as medidas administrativas cabíveis, dentro do prazo de 180 dias estabelecido na legislação vigente. 3- Instaurar as Tomadas de Contas Especiais nos casos previstos na IN TCU 56/2007, tempestivamente e acompanhar seus desdobramentos.	Ofício n.º 2189/Suest-PA	18/10/12	UG: 255014 SIORG: 7482	Estamos envidando todos os esforços para que seja cumprido o prazo estabelecido pela Legislação (IN TCU nº 56/2007)		Esclareço que houve uma má interpretação desta superintendência, pois se tinha o entendimento que o prazo de 180 dias só começava a contar para instauração de TCE depois de esgotadas todas as fases da cobrança administrativa.	Atendido

4	3.1.1.2 Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201203676	Ofício nº 27730/2012/CGU-Regional/PA / CGU/PR	20/10/2012	Efetuar o cancelamento dos empenhos 2008NE901820, 2008NE901853, 2008NE901850, 2008NE901854, 2008NE902228 e 2008NE902229.	Ofício nº 2189/Suest-PA	18/10/12	UG: 255014 SIORG: 7482	Providenciado o cancelamento das Notas de Empenhos por meio das NE'S abaixo relacionadas: 2012NE000067, 2012NE000069, 2012NE800020, 2012NE000068, 2012NE000070 e 2012NE000071	Notas de Empenho canceladas.		Atendido
5	4.1.1.1 Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201203676	Ofício nº 27730/2012/CGU-Regional/PA / CGUPR	20/10/12	1- Produzir o inventário dos bens imóveis sob a responsabilidade da Unidade	Ofício nº 2189/Suest-Pa	18/10/12	UG: 255014 SIORG: 7482	As situações apontadas estão sendo regularizadas. Ressalto que foram iniciadas a regularização dos imóveis da área metropolitana de Belém junto a cartório de registro de imóveis, Secretaria de Finanças do Município, assim como nos municípios de Novo Repartimento, Barcarena e Moju, os quais estão no aguardo das documentações para dar início as atualizações dos cadastros junto ao SPU e Siafi. Quanto aos demais imóveis está sendo programado o deslocamento das equipes para dar continuidade de acordo com a disponibilidade orçamentária.		Atendido parcialmente, devido a grande demanda de imóveis situado em diversos municípios do estado, aos poucos estamos regularizando dentro da nossa disponibilidade orçamentária, pois demanda de recursos para deslocamento da equipe visando regularizar, "in loco", nos cartórios do respectivo município.	Atendido
6	4.1.1.1 .Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201203676	Ofício nº 27730/2012/CGU - Regional/PA /CGUPR	20/10/12	2- Reforçar o quantitativo de pessoal para manter uma gestão eficiente dos bens sob a responsabilidade da Unidade	Ofício nº 2189/Suest-PA	18/10/12	UG: 255014 SIORG: 7482	Em fase de organização o inventário de bens móveis. Providenciado o aumento do quadro de servidores para desenvolver as atividades no setor de Patrimônio.	Aumento do quadro de servidores do Sopat providenciado.		Atendido

7	4.1.1.1 Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201203676	Ofício nº 27730/2012/CGU-Regional/PA / CGUPR	20/10/12	Manter canal de discussão com a SPU/MPOG com o intuito de superar óbices na inserção e atualização dos dados dos bens especiais no SPIUNET.	Ofício nº 2189/Suest-PA	18/10/12	UG: 255014 SIORG: 7482	Em relação ao canal de discussão com a SPU-MPOG, informo que foi solicitado ao SPU as orientações adequadas a situação. Sendo programadas as capacitações para ocorrer ainda este ano. Igualmente esclareço que esta Superintendência já solicitou providências ao setor de Patrimônio da Presidência através de mensagem eletrônica solicitando informação e providência para a regularização do sistema de controle de bens móveis, uma vez que é de responsabilidade da Presidência a contratação de empresa para esse fim.	Aguardando a regularização do Sistema de controle de bens imóveis.		Atendido
8	5.1.2.1 Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201203676	Ofício nº 27730/2012/CGU-Regional/PA /CGUPR	20/10/12	Envidar esforços para dar cumprimento ao prazo previsto no art. 7º da IN/TCU nº 55/2007. Promover capacitação aos servidores da área de recursos humanos, especificamente em relação aos normativos expedidos pelo Tribunal de Contas da União tangentes à área de pessoal.	Ofício nº 2189/Suest-PA	18/10/12	UG: 255014 SIORG: 7482	Instado a manifestar-se o chefe de Recursos Humanos acrescentou que envidará todos os esforços por meio de reuniões sistemáticas com as chefias subordinadas visando aprimorar as rotinas, com vista a atingir o objetivo.			Atendido
9	5.2.1.3 Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201203676	Ofício nº 27730/2012/CGU-Regional/PA / CGUPR	20/10/12	Efetuar levantamento para verificar se todos os ocupantes de cargos comissionados ou função de confiança entregaram a declaração de bens e rendas ou as autorizações de acesso junto à Receita Federal do Brasil e, caso verificado alguma ausência, adotar as medidas para o efetivo cumprimento da Lei nº 8.730/93	Ofício nº 2189/Suest-PA	18/10/12	UG: 255014 SIORG: 7482	Instado a manifestar-se o chefe de Recursos Humanos apresentou as comprovações de todos os servidores que ocupavam cargo de confiança e ressaltou que está envidando todos os esforços para manter uma rotina de controle no setor	Estabelecer rotina de controle no setor.		Atendido

				Implementar rotinas de controles que garantam o tratamento adequado das declarações de bens e rendas ou das autorizações de acesso junto à Receita Federal do Brasil, como mantê-las arquivadas em local apropriado.						
10	6.1.1.1 Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201203676	Ofício nº 27730/2012/CGU-Regional/PA / CGUPR	20/10/12	Dar conhecimento à Funasa Presidência dos casos relativos aos convênios com vigência expirada em prazo superior a 120 dias com saldo na conta "Aguardando prestação de Contas" no SICONV, sem que houvesse a liberação dos recursos	Ofício nº 2189/Suest-PA	18/10/12	UG: 255014 SIORG: 7482	Encaminhado a Presidência da Funasa Memorando nº118/2012, visto que os 13 (treze) processos encontram-se na Presidência e nunca foram desconcentrados e/ou descentralizados para esta Superintendência.	Encaminhado memorando a Presidência sobre a situação em análise.	Atendido
12	Relatório de Auditoria nº 2012/081	Memorando nº40 Diadm	06/12/12	Item 1.1.1.7 – Avaliação dos exames realizados na conformidade contábil da unidade, letra a. Recomendação: Com relação à Tomada de Contas Especial de que trata o Processo nº 25200.007.519/2012-54, acompanhar o seu andamento, de modo que a tramitação no âmbito da FUNASA seja concluída o mais breve possível”.	Memorando nº 018/TCE	16/01/13	UG: 255014 SIORG: 7482	Os trabalhos de Tomada de Contas Especial tombada sob o nº 25200.007.519/2012-54 referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 25200.066.133/0001-98 foram concluídos em 16/10/2012 e encaminhado à Auditoria/Cotce em 01/11/2012 para pré-certificação.	Processo concluído	- Atendido
13	Relatório de Auditoria nº 2012/081	Memorando nº40 Diadm	06/12/12	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Em consulta realizada no Sistema SIAFI em 17/05/2012 constatou-se a existência de 137 convênios inadimplentes na	Memorando nº 018/TCE	16/01/13	UG: 255014 SIORG: 7482	A Coordenação de TCE bem antes dos Memorandos Circulares 10 e 11/COTCE/AUDIT/PRESI/FUNASA já informava a Auditoria sobre as TCEs à instaurar e instauradas, porém apenas a partir dos citados expedientes é que foi	O Secen e o Diesp estão realizando análises dos processos e dependendo da situação estão instruindo	Os atrasos em vários dos processos referentes aos convênios citados deve-se a falta de recursos humanos para Atendido

				<p>situação de expirados, desde 1993 a 2012, sem que a equipe de auditoria tivesse a confirmação de que foram providenciadas as instaurações das respectivas TCE's, dos convênios no SIAFI a seguir:</p> <p>091054, 127565, 351552, 390844, 399880, 399881, 439304, 439615, 445197, 446148, 473785, 477623, 489275, 490245, 490417, 506119, 506219, 518461, 533824, 556181, 556186, 556221, 649348, 651941, 657817, 658146 e 658662.</p> <p>Recomendação: Informar quais as providências adotadas visando à instauração de Tomadas de Contas Especiais referente aos convênios listados acima.</p>				<p>estabelecido por essa Auditoria a obrigatoriedade de remessa das portarias de designação de servidor para atuar como tomador, sendo cumprido por esta Superintendência/Coordenação de TCE.</p> <p>A alegação de que a equipe de Auditoria não teve confirmação de que foram providenciadas as instaurações das respectivas TCE's dos processos abaixo relacionados, não procede, vez que a pré-certificação é atribuição daquela equipe antes de remessa à Secretaria Federal de Controle.</p> <p>Obs. Abaixo está a situação de cada convênio. Os Convênios com pendência foram inseridos no quadro 10.1.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final de Exercício</p>	<p>processo de cobrança administrativa ou de TCE ou ainda notificando o Gestor Municipal.</p>	<p>atuar no Secon, especificamente e no Super-Setor responsável pela análise de Prestação de Contas. Abaixo as Situações de pendência são apresentadas</p>	
13.1	Relatório de Auditoria nº 2012/081	Memorando nº40 Diadm	06/12/12	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº 351552	Memorando nº 018/TCE	16/01/2013.	UG: 255014 SIORG: 7482	Convênio nº EP 1067/98 – SIAFI nº 351552 - Prefeitura Municipal de Tucumã R\$1.288,10 - 25100.002.269/98-29 – A TCE foi concluída em 28/09/2007 e encaminhada a Auditoria/Astec em 04/10/2007, certificada pela	A Coordenação de TCE informa que a Auditoria já tinha conhecimento sobre a situação de	-	Atendido

								Auditoria e arquivada por falta de pressupostos de constituição e de desenvolvimento por determinação do Acórdão 475/2009 – TCU 1ª Câmara.	conclusão da TCE.		
13.2	Relatório de Auditoria nº 2012/081	Memorandum nº 40 Diadm	06/12/12	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº 390844	Memorandum nº 018/TCE	16/01/2013.	UG: 255014 SIORG: 7482	Convênio nº 1185/99 - SIAFI nº 390844 - Prefeitura Municipal de Bannach R\$10.722,00 - 25100.003.393/99-74 - A TCE foi concluída em 26/12/2006, encaminhada a Auditoria/Astec em 27/12/2006, certificada pela Auditoria e encaminhada a SFC/CGU/PRE.REP em 09/07/2007.	A Coordenação de TCE informa que a Auditoria já tinha conhecimento sobre a situação de conclusão da TCE.	-	Atendido
13.3	Relatório de Auditoria nº 2012/081	Memorandum nº 40 Diadm	06/12/12	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº 439304	Memorandum nº 018/TCE	16/01/2013.	UG: 255014 SIORG: 7482	Convênio nº EP 3504/01 - SIAFI nº 439304 – Prefeitura Municipal de São Francisco do Pará R\$2.899,11 - 25200.003.022/01-79 - A TCE foi concluída em 07/05/2009, encaminhada a Auditoria/Astec em 07/05/2009, foi certificada pela Auditoria e arquivada.	A Coordenação de TCE informa que a Auditoria já tinha conhecimento sobre a situação de conclusão da TCE.	-	Atendido
13.4	Relatório de Auditoria nº 2012/081	Memorandum nº 40 Diadm	06/12/12	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº 439615	Memorandum nº 018/TCE	16/01/2013.	UG: 255014 SIORG: 7482	Convênio nº 2261/01 - 439615 – Prefeitura Municipal de Irituia R\$391.331,73 - 25200.002597/01-65 - A TCE foi concluída em 12/01/2009, encaminhada a Auditoria/Astec em 27/03/2009, certificada pela Auditoria e atualmente se encontra na fase externa TC 012.385/2012-3 em aberto.	A Coordenação de TCE informa que a Auditoria já tinha conhecimento sobre a situação de conclusão da TCE.	-	Atendido

13.5	Relatório de Auditoria nº 2012/081	Memorandum nº 40 Diadm	06/12/12	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº 445197	Memorandum nº 018/TCE	16/01/2013.	UG: 255014 SIORG: 7482	Convênio nº EP 1535/01 – 445197 – Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Tauá R\$315.000,00 - 25200.002.505/01-47 – A TCE foi concluída em 28/04/2009, encaminhada a Auditoria/Astec em 29/04/2009, foi certificada pela Auditoria, julgadas como irregulares no acórdão 5606/2009 – TCU 2ª Câmara.	A Coordenação de TCE informa que a Auditoria já tinha conhecimento sobre a situação de conclusão da TCE.	-	Atendido
13.6	Relatório de Auditoria nº 2012/081	Memorandum nº 40 Diadm	06/12/12	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº 477623	Memorandum nº 018/TCE	16/01/2013.	UG: 255014 SIORG: 7482	Convênio nº 1268/02 – 477623 - Prefeitura Municipal de Inhangapi – R\$ 199.500,00 - 25200.015.491/02-38 – A TCE foi concluída em 28/05/2012 e encaminhada a Auditoria/Astec em 29/05/2012, foi certificada pela Auditoria e enviada a SFC/CGU/PRE.REP em 05/11/2012.	A Coordenação de TCE informa que a Auditoria já tinha conhecimento sobre a situação de conclusão da TCE.	-	Atendido
13.7	Relatório de Auditoria nº 2012/081	Memorandum nº 40 Diadm	06/12/12	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº 490245	Memorandum nº 018/TCE	16/01/2013.	UG: 255014 SIORG: 7482	Convênio nº EP 0959/03 – 490245 - Prefeitura Municipal de São João do Araguaia – R\$36.024,79 - 25200.014.294/03-82 – A TCE foi concluída em 27/07/2012 e encaminhada a Auditoria/Astec em 07/08/2012, foi certificada pela Auditoria e enviada a SFC/CGU/PRE.REP em 07/08/2012.	A Coordenação de TCE informa que a Auditoria já tinha conhecimento sobre a situação de conclusão da TCE.	-	Atendido

13.8	Relatório de Auditoria nº 2012/081	Memorandum nº 40 Diadm	06/12/12	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº 506119	Memorandum nº 018/TCE	16/01/2013.	UG: 255014 SIORG: 7482	Convênio nº 1149/04 - 506119 - Associação Beneficente Mote Kaiapo – ABEMOKÁ R\$341.294,43 - 25100.019.865/04-84 – A TCE foi concluída em 22/05/2012, encaminhada a Auditoria/Astec em 22/05/2012, foi certificada pela Auditoria e devolvida para arquivo, faltando a regularização da conta do convênio.	A Coordenação de TCE informa que a Auditoria já tinha conhecimento sobre a situação de conclusão da TCE.	-	Atendido
13.9	Relatório de Auditoria nº 2012/081	Memorandum nº 40 Diadm	06/12/12	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº 518461	Memorandum nº 018/TCE	16/01/2013.	UG: 255014 SIORG: 7482	Convênio nº 2098/04 - SIAFI nº 518461 - Associação do Grupo Indígena Tembê do Alto Rio Guamá R\$100.000,00 - 25100.036.129/04-91 – A TCE foi concluída em 13/05/2011, encaminhada a Auditoria/Astec em 13/06/2012, foi certificada pela Auditoria e enviada a SFC/CGU/PRE.REP em 05/11/2012.	A Coordenação de TCE informa que a Auditoria já tinha conhecimento sobre a situação de conclusão da TCE.	-	Atendido
13.10	Relatório de Auditoria nº 2012/081	Memorandum nº 40 Diadm	06/12/12	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº 649348	Memorandum nº 018/TCE	16/01/2013.	UG: 255014 SIORG: 7482	Convênio nº TC/PAC 0981/08 – SIAFI nº 649348 - Prefeitura Municipal de Brejo Grande do Araguaia R\$ 42.752,70 - 25100.019.441/08-43 – A TCE foi concluída em 19/01/2012 e encaminhada a Auditoria/Astec em 22/02/2012, foi certificada pela Auditoria e enviada a SFC/CGU/PRE.REP em 11/12/2012.	A Coordenação de TCE informa que a Auditoria já tinha conhecimento sobre a situação de conclusão da TCE.	-	Atendido

13.11	Relatório de Auditoria nº 2012/081	Memorandum nº 40 Diadm	06/12/12	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº 658146	Memorandum nº 018/TCE	16/01/2013.	UG: 255014 SIORG: 7482	Convênio nº TC/PAC 0610/09 - SIAFI nº 658146 - Prefeitura Municipal de São João de Pirabas R\$400.125,00 - 25100.061.735/09-59 – O processo não foi encaminhado a esta Coordenação de TCE para instauração do procedimento excepcional, estando no Secon.	Prestação de Contas final aprovada. Processo arquivado no Secon/Sohab	-	Atendida
-------	------------------------------------	------------------------	----------	--	-----------------------	-------------	---------------------------	---	---	---	----------

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Diadm/Secon – 03.2013

10.1.4 - Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final de Exercício

Quadro LIII - Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final de Exercício

RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO											
Período: 02/01/2012 - 31/12/2012											
ITEM	IDENTIFICAÇÃO DA SOLICITAÇÃO	COMUNICAÇÃO RECEBIDA		DETERMINAÇÃO / RECOMENDAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS					INFORMAR O ATENDIMENTO OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO ATENDIMENTO	STATUS
		DOCUMENTO	DATA		DOCUMENTO EXPEDIDO	DATA	RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	RESULTADOS OBTIDOS		
1	1.1.3 Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201203676	Ofício nº 27730/12/CGU Regional/PA/CGU/PR	20/10/12	Capacitar membros da equipe de licitação da Unidade de forma a permitir a aderência dos editais da licitação à INSLTI/MPOGNº 01/2010 e a Portaria	Ofício nº 2189/Suest-Pa	18/10/12	UG: 255014 SIORG: 7482	Incluído no PAC – Plano Anual de Capacitação 2013 – a necessidade de capacitação dos membros da CPL	Em processo	Aguardando a liberação de recursos orçamentário para a programação dos membros da Comissão.	Pendente

2	6.1.1 Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 20123676	Ofício nº 27730/12/CGU – Regional/PA/CGU/PR	20/10/12	Atualizar a contabilização das transferências no sistema Siafi	Ofício nº 2189/Suest-Pa	18/10/12	UG:255000 SIORG: 2207	CV 2316/05 – Ananindeua – aguardando as providências que a Cgcon/Presidência precisa adotar para que a Suest possa prosseguir em suas atribuições	Secon - aguardando providências da Cgcon/Presidência.	CV. 2316/05 – Ananindeua – processo encontra-se na Cgcon/Presi para regularização da vigência. Prestação de Contas final deverá ser apresentada após liberação da última parcela. Por ser localizada na Região metropolitana a última parcela deverá ser repassada quando a conveniente concluir a obra.	Pendente
								EP 0302/07 – Maracanã – Diesp está aguardando apresentação de Relatório de Execução pela conveniente. Será realizada visita técnica a obra em março /2013	Diesp- Aguardando apresentação de Relatório de Execução pela conveniente	EP 0302/07 – Maracanã – De acordo com Portaria nº 0623/2010-Funasa a prestação de contas final será apresentada mediante a liberação total do recurso. O Secon está aguardando a liberação da execução física pela Diesp para pagamento da 2ª parcela que por sua vez aguarda a apresentação do Relatório de Execução pela conveniente.	

3	6.1.1.2Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 20123676	Ofício nº 27730/12/CGU – Regional/PA/CGU/PR	20/10/12	Fortalecer a estrutura de controles internos existentes, visando integrar as atividades pela Secon e Diesp para minimizar os riscos relativos à comunicação e monitoramento das transferências voluntárias cujo acompanhamento esteja sob responsabilidade da Suest-Pa	Ofício nº 2189/Suest-Pa	18/10/12	UG: 255014 SIORG: 7482	TC- 0611/09 – Vigia – Processo em fase de instrução encaminhamento para a instauração de TCE	Processo no Secon em fase de instrução para instauração de TCE.	TC PAC 0611/09 – Vigia – Processo no Secon /Sopre, prestação de contas não aprovada. Gestor notificado para devolução de recurso em 29.08.2012, prazo esgotado em 18.10.2012, processo em fase de instrução para abertura de Tomada de Contas Especial.	Pendente
---	---	---	----------	--	-------------------------	----------	---------------------------	--	---	---	----------

4	1.1.7. Avaliação dos exames realizados na conformidade contábil da unidade	Memorando nº 1991-GAB/AUDI T/PRESI - Relatório de Auditoria Interna nº 2012/081	27/11/12 As inconsistências apontadas pelo serviço de contabilidade da Coordenação Feral de Orçamento e Finanças exigem providências urgentes visando a regularização das pendências, a fim de evitar que as contas anuais da SUEST não sofram a imputação de restrições pela CGU inclusive, com a possível aplicação de multa ao gestor da unidade. Com relação à TCE 25200.007.519/2012-54, acompanhar no seu andamento, e que a tramitação no âmbito da Funasa seja breve.		UG: 255014 SIORG: 7482	As pendências detectadas estão sendo regularizadas na medida do possível, pois algumas informações registradas referente a questão patrimonial estão desatualizadas no sistema devido a inoperância do sistema ASIWEB, problema ainda não resolvido pela Presidência, bem como a legalização dos imóveis em cartórios, para posterior atualização dos valores no SPIUNET, o que já está sendo feito, pois é um processo lento, devido envolver várias situações. TCE referente ao PAD 25200.066.133/2001-98 foi concluída.		Situação Asiweb dependendo da correção/reparo no sistema pela Presidência do Órgão.	Pendente
---	--	---	---	--	---------------------------	---	--	---	----------

5	4.1.9.- Contrato nº 53/2009 limpeza e conservação	Memorando nº 1991- GAB/AUDI T/PRESI - Relatório de Auditoria Interno nº 2012/081	28/11/12	Comprovar a auditoria: - vantajosidade em continuar com os chamados saneantes domissanitários na planilha de custos; e exclusão do item insumo - treinamento capacitação reciclagem desde a assinatura do contrato, com posterior ressarcimento ao erário, se for o caso, por meio de compensação nos próximos pagamentos.			UG: 255014 SIORG: 7482	Realizada pesquisa de preços de mercado local e através do of. N. 2610/SUESTPA, sol. Da empresa contratada o valor dos produtos e constatado a vantajosidade da contratação com os produtos inclusos, mas considerando orientação da AUDITORIA e em atendimento as INs 02/08 e 04/09 e ainda a empresa ter aceitado a prorrogação do contrato até o dia 31-03-2013, está sendo providenciados novos PBs p/ aquisição dos produtos e contratação de empresa para conservação e limpeza. Feita a cobrança por meio do of. n. 2603/2012 e aguardando o recolhimento do valor.		Aguardando resposta ao Of. 2603/2012.	Pendente
---	--	---	----------	--	--	--	---------------------------	--	--	---------------------------------------	----------

6	5.1.3. – Análise da gestão dos controles contábeis dos materiais de consumo em estoque no almoxarifado	Memorando nº 1991-GAB/AUDI T/PRESI - Relatório de Auditoria Interna nº 2012/081	22/11/12	É necessário que, pelo menos, enquanto permanecer a situação de inoperância do ASIWEB e do SISCOMAT, os saldos informados do RMA reflitam de forma fidedigna a real situação dos registros contábeis existentes na conta contábil 11.318.01.00, no último dia de cada mês.		UG:255000 SIORG: 2207	Esta recomendação só poderá ser atendida quando a empresa LINKDATA atualizaras informações de entrada/saída de material e estoque. Tal, era p/ ter ocorrido em 15-11-2012, porém a Presidência foi avisada, para que no início de 2013 tivesse uma solução definitiva, considerando que a diferença já vem do sistema ASIWEB na 1ª fase operacional que recebeu a migração do sistema anterior, e apresentou uma diferença que não foi possível ser cancelada em virtude da paralisação completa do ASIWEB em fev/12.	Situação Asiweb dependendo da correção/reparo no sistema pela Presidência do Órgão.	Pendente
7	6.1.2. Análise da gestão de doação de bens patrimoniais em uso por terceiros	Memorando nº 1991-GAB/AUDI T/PRESI - Relatório de Auditoria Interna nº 2012/081	23/11/12	Tão logo seja possível a regularização da situação do ASIWeb e do SIPAT, providenciar a baixa dos respectivos valores dos processos de doação, de modo que a situação da subconta contábil seja regularizada, lembrando que ainda existia uma diferença de R\$367.071,50 a ser identificada.		UG:255000 SIORG: 2207	Será providenciada a devida regularização assim que o sistema ASIWEB voltar a funcionar na SUEST-PA e isso só depende da disponibilidade do referido sistema pela Presidência.	Situação Asiweb dependendo da correção/reparo no sistema pela Presidência do Órgão.	Pendente

8	6.1.3. Ausência dos inventários dos bens móveis e imóveis relativos ao exercício de 2011	Relatório de Auditoria Interna nº 2012/081	24/11/12	Em face da aproximação do encerramento de mais um exercício financeiro, a nossa recomendação é no sentido de que a Superintendência Estadual providencie imediatamente a designação da comissão que será responsável pela feitura dos inventários, de modo a se iniciar o levantamento físico dos bens, a fim de permitir que tão logo se realizem os devidos acertos no Sistema ASIWeb, os inventários sejam finalmente concluídos e encaminhados para a Presidência da FUNASA.	UG: 255014 SIORG: 7482	A Superintendência vem designando Comissão para realizar o Levantamento físico dos bens, a qual já iniciou os trabalhos de levantamento.	Comissão designada está desenvolvendo suas atividades.	Pendente
---	--	--	----------	--	---------------------------	--	--	----------

9	6.1.4. Avaliação da gestão de transferência de bens móveis e imóveis para o Ministério da Saúde	Relatório de Auditoria Interna nº 2012/081	24/11/12	<p>Ressalvadas as restrições impostas pela limitação de diárias e passagens decorrentes da edição do Decreto supramencionado, bem assim das limitações decorrentes da situação geográfica do Estado do Pará, é razoável que na hipótese de não ser possível se concluirá transferência dos bens imóveis para o Ministério da Saúde também neste exercício de 2012, que a Presidência da FUNASA seja cientificada das verdadeiras razões impeditivas que motivaram a intempestividade da determinação superior.</p>			UG: 255014 SIORG: 7482	<p>As Transferências de Bens Móveis e Imóveis para o Ministério da Saúde, esta Superintendência vem cumprindo dentro das condições de restrições do Decreto 7.689 de 12.03.2012, foram realizados trabalhos de levantamentos dos bens a serem repassados a Sesai – MS, nos Distritos; GUATOC, Tapajós – Itaituba e Kayapó – Redenção, porém, para finalizar o Processo dependemos do Sistema ASIweb para efetivar e confeccionar os Termos de Transferências e Baixas no sistema;</p> <p>----- Falta realizar levantamento no Distrito de Altamira, programado para acontecer em abril de 2013;</p> <p>----- Quanto aos imóveis a ser colocado a disposição da Sesai, está sendo analisada a situação para ser definida a forma do repasse de utilização de uso;</p>	Transferências em processo por conta das limitações levantadas na coluna Providências Adotadas.	Pendente
---	---	--	----------	--	--	--	---------------------------	--	---	----------

10	6.1.5 – Avaliação e Gestão dos processos de Alienação de Bens Móveis	Relatório de Auditoria Interna nº 2012/081	24/11/12	<p>Considerando que os processos ainda se encontravam em fase de conclusão, verificar a possibilidade de incluir outros bens que eventualmente se encontram nas mesmas condições dos veículos, de modo a também serem incluídos nesses mesmos processos de alienação.</p> <p>Dispensar o necessário apoio logístico às Comissões, de modo a possibilitar que a alienação dos bens seja concluída o mais rápido possível, de preferência até o final do exercício de 2012, de modo a se eliminar o registro de bens a alienar no controle patrimonial da Superintendência Estadual.</p>		UG: 255014 SIORG: 7482	<p>Impossibilidade de atender estarecomendação devido os Processos estarem nas etapas finalistas, não sendo possível nova inclusão, e quanto à conclusão dos processos até ao final do ano de 2012, informo que aguardamos os prazos estipulados por órgão - Departamentos (DETRAN), dos quais dependemos para atender as recomendações sugeridas nas análises contida em laudas dos Processos, assim como da contratação de Leiloeiro.</p> <p>A contratação do leiloeiro está na fase de emissão de contrato, para posterior concretização do leilão.</p> <p>A SUEST-PA está envidando todo o esforço para que o procedimento seja concretizado o mais rápido possível</p>	Processo em fase de execução.	Pendente
----	--	--	----------	--	--	---------------------------	---	-------------------------------	----------

11	6.1.6. Reincidência de inconsistência apontada em relatório de auditoria anterior, relativa a obras em andamento	Relatório de Auditoria Interna nº 2012/081	24/11/12	<p>Mais uma vez, a equipe de auditoria alerta à SUEST sobre a necessidade de se realizar a baixa do respectivo saldo, alertando igualmente, que na hipótese de haver dificuldades operacionais para se regularizar a situação, salientamos que a Administração busque o apoio logístico que for necessário no Setor de Contabilidade da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças da Presidência da FUNASA;</p> <p>- Como orientação alertamos que a subconta tem por finalidade, registrar de forma transitória as obras executadas, cujo saldo permanecerá registrado até a sua conclusão e após a lavratura dos respectivos termos de vistoria, de recebimento definitivo, e de entrega, em se tratando de obra em favor de outra entidade pela Divisão de Engenharia de Saúde</p>		UG: 255014 SIORG: 7482	<p>Registro Conta Contábil – 14.211.91.00 – Valor de R\$ 1.409.610,11 – Obra em Andamento, informo que o setor de Patrimônio está aguardando o fornecimento pela Divisão de Engenharia dos documentos referentes às edificações: Termos de Vistoria, recebimento definitivo, de entrega das obras, visto se tratar de execução de obra em favor de outra entidade, para que se proceda a devida baixa;</p> <p>Quanto ao valor ter aumentado do informado anteriormente para R\$ 4.079.610,07 trata-se de lançamento de Obras de construção de Casais, em fase de conclusão, com valores lançados de R\$1.082.229,75 e 1.599.747,66, não sendo possível realizar a baixa no momento, e o valor lançado de R\$399.260,27, correspondente a construção do Laboratório de água-URCQA nesta Superintendência, o qual já será regularizada a baixa.</p>		Em execução no Diesp para regularizar a situação das obras.	Pendente
----	--	--	----------	---	--	---------------------------	---	--	---	----------

				Pública, a quem compete auxiliar aos setores patrimonial e contábil na realização das mencionadas baixas.			Quanto aos saldos correspondentes as edificações antigas, estamos verificando cada caso, junto a Divisão de Engenharia, para posterior baixa no sistema.		
12	6.1.7. Reincidência da inconsistência apontada em Relatório de exercício anterior, relativa à saldo de bens em processo de localização	Relatório de Auditoria Interna nº 2012/081	24/11/12	Considerando que esta subconta tem por objetivo registrar de forma transitória e durante o período de tempo razoável, os bens não localizados no processo de inventário. Considerando ainda, que o saldo é remanescente de exercícios anteriores, recomendamos que se adote as medidas cabíveis para a regularização ou se determine a apuração de responsabilidade nos casos de bens extraviados, de modo a evitar que o Gestor não venha no futuro, a responder administrativamente pelas sequências de impropriedades apontadas pelos órgãos de controle		UG: 255014 SIORG: 7482	Bens em Processo de Localização – Conta 14.212.90.00 – foi efetuado levantamento a fim de identificar as lotações e ou localização dos bens relacionados na conta supracitadas; se trata de bens lotados nas unidades Mistas e Distritos descentralizados, acervos bibliográficos ou bens que passaram despercebidos no momento em que o grupo da LINKDATA que veio implantar o sistema ASIWeb, mas não tem como precisar o modo como se desenvolveu os trabalhos de substituição dos números de controle nos bens por não fazer parte da equipe de patrimônio nem saber informar quem do setor acompanhou o processo de implantação de substituição da codificação dos bens; O fato se agrava devido à inoperância do sistema Asiweb, o qual vem dificultando as conclusões dos levantamentos e ajuste das situações apontadas pelas Auditorias. Tão logo retorne o sistema, regularizaremos a situação de pendência.	Pendências serão regularizadas tão logo o Sistema Asiweb seja restabelecido	Pendente

13	6.1.8 Reincidências das inconsistências apontadas em relatório de Auditoria de exercício anterior, relativas aos bens imóveis	Relatório de Auditoria Interna nº 2012/081	24/11/12	No sentido de afirmar que os controles internos de gerenciamentos dos bens imóveis necessitam de maiores cuidados e acompanhamentos sistemáticos pela administração da Suest, de modo que, as inconsistências que são detectadas ano a ano pelas auditorias, sejam solucionadas em definitivo, de modo a evitar que o Gestor não venha no futuro, a responder administrativamente pelas sequências de impropriedades/irregularidades apontadas pelos órgãos de controle; e		UG: 255014 SIORG: 7482	As divergências apontadas, conforme informação da Chefe do setor de Patrimônio, ocorreram devido equívocos nas informações registradas na base de dado dos Sistemas Siafi e Spiunet, conforme documentos encontrados no setor, nos quais foi detectado que as informações foram registradas por um técnico do SPU e a pessoa responsável à época pelo Patrimônio de forma não foram consistentes em suas totalidades o que vem ocasionando tais restrições, se arrastam desde a unificação dos Órgãos SUCAM e FSESP, por força do Decreto 100 de abril de 1992 e mais ao Processo de Descentralização das Ações de Saúde e Endemias para Estado e Municípios, situação que levantamos e tentamos resolver desde o 2007.”	A Diadm através de seu Setor de Patrimônio está desenvolvendo atividades, inclusive de planejamento no sentido de sanar as pendências apontadas, sendo que estas não dependem exclusivamente da ação da Suest –Pa, considerando ainda as limitações orçamentárias. O que é de competência da Suest está sendo desenvolvido, inclusive questões referentes a espaço físico e recursos humanos.	Pendente
----	--	--	----------	--	--	---------------------------	--	---	----------

				<p>As situações verificadas serão sanadas conforme as inconsistências apontadas. A partir de maio/2013 estaremos iniciando os trabalhos no interior do estado, dentro de nossa limitação orçamentária, onde daremos início ao processo de avaliação e as solicitações de atualização e legalizações documentais junto a Prefeituras e Cartórios e atualização das situações reais dos mobiliários e do valor venal dos imóveis para que seja atualizado o sistema do SPU – Spiunet, sendo que as informações migram ao Siafi automaticamente o que vai refletir nos relatórios de inventário.</p> <p>Devido a limitação orçamentária, do quantitativo de imóveis localizados em 38 municípios, o Setor de Patrimônio, programou para este exercício realizar visitaem 11 municípios, conforme programação de atividades constante no Anexo IV .</p>		
--	--	--	--	---	--	--

						<p>A atualização e legalização dos imóveis é um processo lento que requer prazos a serem atendidos tanto de Cartório como de liberação de documentações fornecidas pelas Prefeituras, que exige as verificações “in loco” de vistoria e avaliação.</p> <p>Foi iniciado o Processo de Legalização dos imóveis desta Suest-Pa, pelos prédios da Região Metropolitana de Belém, sito Avenida Visconde de Souza Franco, 616 – Reduto e Rua Professor Nelson Ribeiro, 253 – Telegrafo, junto ao Cartório de Registro de Imóvel e Secretaria de Finanças do Município-Sefin, dos quais estamos aguardando as documentações dos Cartórios em conformidade com os prazos estipulados, os quais são garantidos pela Lei de Imunidade quanto às solicitações de Legalização junto aos Cartórios.</p> <p>Está sendo providenciada a troca de sala por uma maior para que se possa lotar o quantitativo suficiente para atender a</p>		
				<p>Verificar a possibilidade de prover O Setor de Patrimônio de recursos humanos que sejam</p>				

				razoavelmente suficientes para executarem a contento a atividades que são afetadas ao setor.			demanda de serviço do Setor.		
11	7.1.2.- Avaliação da frota de veículos	Relatório de Auditoria Interna nº 2012/081	24/11/12	<p>Assim que resolver o recurso impetrado junto ao Detran, providenciar de imediato o emplacamento do veículo placa JTZ-0932;</p> <p>Verificar no Detran/Pa, o andamento da documentação do emplacamento do veículo LNV-9980, relativo ao exercício de 2012;</p> <p>Providenciar urgentemente a realização de processo de alienação dos veículos que se encontravam relacionados para tal procedimento;</p> <p>.Adotar providencias pertinente aos impedimentos administrativos junto ao Detran/Pa, de modo que a documentação dos veículos seja</p>		UG: 255014 SIORG: 7482	<p>Estamos no aguardo a decisão do recurso impetrado, o qual ainda encontra-se com efeito suspensivo pelo Departamento de Trânsito, tão logo seja liberado será providenciado o licenciamento do veículo de placa JTZ 0932.</p> <p>- O setor de Transporte já está adotando as providências necessárias para realizar o licenciamento do veículo em questão.</p> <p>- Estamos no aguardo da conclusão da contratação do leiloeiro, que está em fase de emissão de contrato, para posterior concretização do Leilão</p> <p>- Estamos verificando a situação atual dos veículos com impedimento administrativo para a devida regularização.</p>	A Diadm através de seu Setor de Transporte está desenvolvendo atividades, no sentido de sanar as pendências apontadas.	Pendente

				<p>resolvida;</p> <p>. Providenciar a análise das alegações de defesa do gestor municipal de Paragominas, de modo que o valor que for atribuído ao veículo seja recolhido ao erário. na hipótese de recusa pelo gestor municipal, impetrar a devida ação de ressarcimento junto ao juizado civil competente;</p> <p>Verificar a possibilidade de incluir o veículo JUB-6104 no processo de alienação em tramitação na Suest</p>				<p>As alegações de defesa apresentadas pelo Gestor, encontram-se em análise da Corregedoria/Presi, aguarda-se orientações.</p> <p>O veículo de placa JUB-6104 será incluído no próximo processo de alienação a ser aberto, pois no processo que está em tramitação não será possível, uma vez que a contratação do leiloeiro foi fechada com o quantitativo exato constante no referido processo.</p>			
12	8.1.- Análise dos Convênios/ 8.1 Avaliação da gestão sobre as transferências	Relatório de Auditoria Interna nº 2012/081	24/11/12	Por intermédio das áreas técnica e financeira deverá priorizar a análise e emissão dos pareceres referentes aos convênios com vigências já expiradas, sob pena de apuração de responsabilidade;			UG: 255014 SIORG: 7482	Recomendações foram encaminhadas as áreas técnica e financeira para que priorizem a conclusão da análise das prestações de contas e alertado por meio dos Memorandos nº 16 e 17/2013.	As áreas estão desenvolvendo atividades no sentido de sanar as pendências, buscando regularizar as diversas	As áreas estão desenvolvendo atividades no sentido regularizar a situação.	Pendente

			<p>Solicitar à CGCON/DEADM o registro na conta “Não liberado” as transferências com vigências expiradas com existência de saldos “A liberar”, ressalvadas as que existam recursos a liberar com obras em andamento;</p> <p>O setor de Convênios deverá analisar as prestações contas das transferências que se encontram na situação “A Aprovar”, conforme determina o artigo 31 da IN/STN nº 01/1997, e em cumprimento as determinações do Acórdão nº 2128/2004/TCU/2ª. Câmara, enviado por meio do Ofício Circular 26/CGU/PR, de 17.01.2005;</p> <p>Providenciar registros de aprovação ou impugnação das prestações de contas parciais que não foram apresentadas ou constatadas irregularidades e</p>			<p>Das 68 Transferências, com vigência expirada foram regularizadas 30 Transferências, restando ainda 38 sendo 30 convênios e 03 Termos de Compromisso.</p> <p>01 – Tomada de Contas Especial concluída (473790)- A Tomada de Contas Especial tombada sob o nº 25200.040.626/2009-70 referente ao convênio 505/02 firmado com a Associação dos Povos Indígenas do Tocantins, foi concluída em 18/01/2012 com aprovação das contas, porém, o processo de convênio nº 25200.004.019/2002-70. Situação regularizada, passando de “conta a liberar” para conta “não liberado”.</p> <p>01 – Processo em Tomada de Contas Especial (478857) -A Tomada de Contas Especial tombada sob o nº 25200.014.820/2006-57 referente ao convênio nº 1821/02 firmado com a Prefeitura Municipal de</p>	<p>situações.</p>		
--	--	--	---	--	--	--	-------------------	--	--

			<p>demais medidas administrativas de acordo com o Artigo 35, § único da IN/STN/01/97 e suas alterações; e</p> <p>Comprovar instauração das competentes TCEs sobre os convênios registrados na conta de “Inadimplência Efetiva”, conforme preceitua o Art 38 da IN/STN nº 01/1997,, atentando para o prazo de 180 dias previsto no § 1º do art. 1º da IN/STN nº 56, de 05/12/1997 (responsabilidade solidária), bem como quanto à conclusão e o encaminhamento dos processos constantes na conta inadimplência Suspensa” à CORCE/AUDIT, setor responsável pelo acompanhamento da instrução processual, análise, emissão do despacho de certificação de auditoria e envio à CGU.</p>		<p>São Félix do Xingu, foi concluída em 23/08/2011 com aprovação das contas, porém, o processo não foi remetido ao Serviço de Convênios para regularização da conta a liberar.</p>			
--	--	--	--	--	--	--	--	--

13	11.1.1. Disparidade na lotação dos servidores nas áreas fins e meio	Relatório de Auditoria Interna nº 2012/081	24.11.12	Redimensionar a distribuição da força de trabalho no sentido de melhorar os resultados dos serviços ofertados diretamente à sociedade atendendo assim ao interesse público, até que seja autorizada a realização de novo concurso público. Este assunto será objeto de verificação na próxima auditoria.			UG: 255014 SIORG: 7482	Esta recomendação foi encaminhada ao Serviço de Recursos Humanos para o devido cumprimento, conforme Memorando nº 15/2013.	O Sereh está desenvolvendo ações no sentido de viabilizar a recomendação.	Pendente	
14	Relatório de Auditoria nº 2012/081	Memorando nº 40 Diadm	06/12/12	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº 489275	Memorando nº 018/TCE	16/01/2013.		O convênio 489275 foi firmado com a Prefeitura de Manaíra que não pertence a esta Superintendência.	Convênio não é da Suest/Pa	Convênio não é da Suest/Pa	Pendente
15	Relatório de Auditoria nº 2012/081	Memorando nº 40 Diadm	06/12/12	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Em consulta realizada no Sistema SIAFI em 17/05/2012 constatou-se a existência de 137 convênios inadimplentes na situação de expirados, desde 1993 a 2012, sem que a equipe de	Memorando nº 018/TCE	16/01/2013.	UG: 255014 SIORG: 7482	A Coordenação de TCE bem antes dos Memorandos Circulares 10 e 11/COTCE/AUDIT/PRES I/FUNASA já informava a Auditoria sobre as TCE's à instaurar e instauradas, porém apenas a partir dos citados expedientes é que foi estabelecido por essa Auditoria a obrigatoriedade de remessa das portarias de designação de servidor para atuar como tomador,	O Secon e o Diesp estão realizando análises dos processos e dependendo da situação estão instruindo processo de cobrança administrativa ou de TCE ou ainda notificando o Gestor Municipal.	Os atrasos em relação aos vários processos referentes aos convênios citados deve-se a falta de recursos humanos para atuar no Secon, especificamente no Sobre-Setor responsável pela análise de Prestação de Contas. Abaixo as Situações de	Pendente

			<p>auditoria tivesse a confirmação de que foram providenciadas as instaurações das respectivas TCE's, dos convênios no SIAFI a seguir: 091054, 127565, 351552, 390844, 399880, 399881, 439304, 439615, 445197, 446148, 473785, 477623, 489275, 490245, 490417, 506119, 506219, 518461, 533824, 556181, 556186, 556221, 649348, 651941, 657817, 658146 e 658662.</p> <p>Recomendação: Informar quais as providências adotadas visando à instauração de Tomadas de Contas Especiais referente aos convênios listados acima.</p>		<p>sendo cumprido por esta Superintendência/Coordenação de TCE. A alegação de que a equipe de Auditoria não teve confirmação de que foram providenciadas as instaurações das respectivas TCE's dos processos abaixo relacionados, não procede, vez que a pré-certificação é atribuição daquela equipe antes de remessa à Secretaria Federal de Controle.</p>	pendência são apresentadas	
--	--	--	--	--	---	----------------------------	--

15.1	Relatório de Auditoria nº 2012/081	Memorando nº 40 Diadm	06/12/12	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº 091054	Memorando nº 018/TCE	16/01/13.	UG: 255014 SIORG: 7482	A equipe de Auditoria não teve confirmação de que foram providenciadas as instaurações das TCE's dos convênios abaixo relacionadas, em razão de alguns não terem sido enviados pela Secon e outros pelo fato do prejuízo estar abaixo do valor de alçada. Convênio nº 237/93 – SIAFI 091054 – SESMA - Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente R\$3.898,54 – Sem número de processo – estar abaixo do valor de alçada, portanto, não é TCE e sim procedimento administrativo a cargo da Secon.	. Processo não encontrado	-	Pendente
15.2	Relatório de Auditoria nº 2012/081	Memorando nº 40 Diadm	06/12/12	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº 127565	Memorando nº 018/TCE	16/01/2013.	UG: 255014 SIORG: 7482	A equipe de Auditoria não teve confirmação de que foram providenciadas as instaurações das TCE's dos convênios abaixo relacionadas, em razão de alguns não terem sido enviados pela Secon e outros pelo fato do prejuízo estar abaixo do valor de alçada. Convênio nº 010/95 - SIAFI nº 127565 – Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu R\$3.300,00 - 25200.002.160/94-76 estar abaixo do valor de	Por ordem da Assessoria da Asplan/Presi foi solicitado arquivamento em 08.01.1996. A Secon tomará as medidas necessárias para dar baixa no Siafi.	-	Pendente

								alçada, portanto, não é TCE e sim procedimento administrativo a cargo da Secon.			
15.3	Relatório de Auditoria nº 2012/081	Memorando nº 40 Diadm	06/12/12	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº 399880	Memorando nº 018/TCE	16/01/2013.	UG: 255014 SIORG: 7482	Convênio nº 1780/99 - SIAFI nº 399880 - Município de Tome Açú R\$1.575,00 - 25100.010.715/99-69 - A TCE foi concluída em 19/06/2008, encaminhada a Auditoria/Astec em 06/08/2008, certificada pela Auditoria e julgadas irregulares por determinação do Acórdão nº 2082/2011 – TCU 2ª Câmara.	Secon instaurando processo administrativo, conforme OS nº 02/2012	Falta de pessoal para dar prosseguimento as atividades necessárias.	Pendente
15.4	Relatório de Auditoria nº 2012/081	Memorando nº 40 Diadm	06/12/12	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº 399881	Memorando nº 018/TCE	16/01/13	UG: 255014 SIORG: 7482	Convênio nº 1639/99 - SIAFI nº 399881 - Município de Tome Açú R\$7.000,00 - 25100.011.156/99-12 - A TCE foi concluída em 02/10/2006, encaminhada a Auditoria/Astec em 01/11/2006, certificada pela Auditoria e julgadas irregulares por determinação do Acórdão nº 1459/2011 – TCU 2ª Câmara.	Secon instaurando processo administrativo de cobrança, conforme OS nº 02/2012	Falta de pessoal para dar prosseguimento as atividades necessárias	Pendente

15.5	Relatório de Auditoria nº 2012/081	Memorando nº 40 Diadm	06/12/12	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº 446148	Memorando nº 018/TCE	16/01/13.	UG: 255000 SIORG: 2207	Convênio nº 39/02 - 446148 – Prefeitura Municipal de Jacareacanga R\$469.378,58 - 25100.007.346/02-10 – O processo foi restituído duas vezes a área administrativa por falta de pressupostos válidos e regular do processo, faltou o parecer técnico conclusivo que possibilitasse a notificação do potencial responsável de modo a exercer o contraditório e a ampla defesa, atualmente se encontra na COPON para conhecer.	Atraso na instauração das da TCE, pela Presidência.	Processo encontra-se na Cgcon/Presi	Pendente
15.6	Relatório de Auditoria nº 2012/081	Memorando nº 40 Diadm	06/12/12	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº 473785	Memorando nº 018/TCE E	16/01/2013.	UG: 255014 SIORG: 7482	Convênio nº 380/02-473785 - Associação dos Povos Indígenas do Tocantins – APITO R\$258,26 - 25200.008070/02-51 – O processo não foi encaminhado a esta Coordenação de TCE devido estar abaixo do valor de alçada, procedimento administrativo a cargo da Secon.	Secon está instruindo processo para cobrança administrativa, conforme OS nº 02/2012	Falta de pessoal para dar prosseguimento as atividades necessárias	Pendente

15.7	Relatório de Auditoria nº 2012/081	Memorando nº 40 Diadm	06/12/12	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº 490417	Memorando nº 018/TCE	16/01/13.	UG: 255014 SIORG: 7482	Convênio nº EP 626/03 – 490417 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins R\$8.084,46 - 25100.057.521/03-92 - O processo não foi encaminhado a esta Coordenação de TCE devido estar abaixo do valor de alçada, procedimento administrativo a cargo da Secon.	Secon está instruindo processo para cobrança administrativa, conforme OS nº 02/2012	Falta de pessoal para dar prosseguimento as atividades necessárias	Pendente
15.8	Relatório de Auditoria nº 2012/081	Memorando nº 40 Diadm	06/12/12	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº 506219	Memorando nº 018/TCE	16/01/13.	UG: 255000 SIORG: 2207	Convênio nº 1146/04 - 506219 – Pikatoti Associação Kamoko-Re R\$1.125.008,27 - 25100.020.630/04-35 – O processo não foi encaminhado a esta Coordenação de TCE para instauração do procedimento excepcional, estando o processo na COPON.	Processo arquivado na Copon/Presidência.	-	Pendente
15.9	Relatório de Auditoria nº 2012/081	Memorando nº 40 Diadm	06/12/12	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº 533824	Memorando nº 018/TCE	16/01/13	UG: 255014 SIORG: 7482	Convênio nº EP 1505/04 – SIAFI nº 533824 - Prefeitura Municipal de São João do Araguaia R\$59.997,87 - 25100.039.136/04-44 - O processo não foi encaminhado a esta Coordenação de TCE para instauração do procedimento excepcional, estando o processo na Secon para análise.	Secon está instruindo processo para cobrança administrativa, conforme OS nº 02/2012	Falta de pessoal para dar prosseguimento as atividades necessárias	Pendente

15.10	Relatório de Auditoria nº 2012/081	Memorando nº 40 Diadm	06/12/12	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº 556181	Memorando nº 018/TCE	16/01/13.	UG: 255014 SIORG: 7482	Convênio nº 0656/05 – SIAFI nº 556181 – Prefeitura Municipal de Redenção R\$8.550,00 - 25100.030.525/05-95 – O processo foi encaminhado a esta Coordenação de TCE para instauração do procedimento excepcional, porém, foi devolvido à Secom para procedimento administrativo devido estar abaixo do valor de alçada.	Secom está instruindo processo para cobrança administrativa, conforme OS nº 02/2012	Falta de pessoal para dar prosseguimento as atividades necessárias	Pendente
15.11	Relatório de Auditoria nº 2012/081	Memorando nº 40 Diadm	06/12/12	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº 556186	Memorando nº 018/TCE	16/01/13.	UG: 255014 SIORG: 7482	Convênio nº 2077/05 - SIAFI nº 556186 - Prefeitura Municipal de Tucumã R\$320.000,00 - 25100.036.967/05-45 – O processo não foi encaminhado a esta Coordenação de TCE para instauração do procedimento excepcional, estando na Secom.	Secom está instruindo processo para cobrança administrativa, conforme OS nº 02/2012	Falta de pessoal para dar prosseguimento as atividades necessárias	Pendente
15.12	Relatório de Auditoria nº 2012/081	Memorando nº 40 Diadm	06/12/12	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº 556221	Memorando nº 018/TCE	16/01/13.	UG: 255014 SIORG: 7482	Convênio nº EP 2707/05 - SIAFI nº 556221 – Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Para R\$78.274,30 - 25100.042086/05-63 – O processo não foi encaminhado a esta Coordenação de TCE para instauração do procedimento excepcional, estando na Diesp para análise.	Processo encontra-se na Diesp para emissão de Parecer.	Aguardando parecer a ser emitido pela equipe técnica da Diesp	Pendente

15.13	Relatório de Auditoria nº 2012/081	Memorando nº40 Diadm	06/12/12	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº 651941	Memorando nº 018/TCE	16/01/13.	UG: 255014 SIORG: 7482	Convênio nº TC/PAC 0211/08 – SIAFI nº 651941 – Prefeitura Municipal de Mãe do Rio R\$2.430,00 - 25100.018.450/08-17 - O processo não foi encaminhado a esta Coordenação de TCE para instauração do procedimento excepcional, estando na Secon.	Secon está instruindo processo para cobrança administrativa, conforme OS nº 02/2012	Falta de pessoal para dar prosseguimento as atividades necessárias	Pendente
15.14	Relatório de Auditoria nº 2012/081	Memorando nº40 Diadm	06/12/12	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº 657817	Memorando nº 018/TCE	16/01/13.	UG: 255014 SIORG: 7482	Convênio nº TC/PAC 0608/09 - SIAFI nº 657817 – Prefeitura Municipal de Maracanã R\$400.425,00 - 25100.061.732/09-15 – O processo não foi encaminhado a esta Coordenação de TCE para instauração do procedimento excepcional, estando no Secon.	Secon/Sopre notificou e aguarda prazo de defesa	Falta de pessoal para dar prosseguimento as atividades necessárias	Pendente
15.15	Relatório de Auditoria nº 2012/081	Memorando nº40 Diadm	06/12/12	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº 658662	Memorando nº 018/TCE	16/01/13.	UG: 255014 SIORG: 7482	Convênio nº TC/PAC 0996/09 – SIAFI nº 658662 - Prefeitura Municipal de Muaná R\$ 400.425,00 - 25100.066.711/09-96 - O processo não foi encaminhado a esta Coordenação de TCE para instauração do procedimento excepcional, estando no Secon	Processo encontra-se no Secon em processo de análise de Prestação de Contas.	Falta de pessoal para dar prosseguimento as atividades necessárias	Pendente

16	Relatório de Auditoria nº 2012/082	Memorando nº 40 Diadm	07/12/12	Item 9.1.2 TCE Iniciadas e não Finalizadas Verificou-se que as TCEs referentes aos Convênios nºs 2147/1999 e 2273/2001, iniciadas em 2005, 2102/2001, 1640/2002, iniciadas em 2006, 2259/2001, 2271/2001 iniciadas em 2008, 334/2002 e 381/2002, iniciadas em 2009, EP-2260/2001, 2585/2006 iniciadas em 2010, 2802/2006, 2706/2005, 444/2006, 339/1999, iniciadas em 2011, não foram finalizadas, tendo sido instauradas as devidas Tomadas de Contas Especiais TCE's, pela não aprovação e não apresentação da prestação de contas, superando os prazos determinados na Ordem de Serviço/Funasa nº 01/2005, a saber: Recomendação: Adotar as providências junto aos servidores designados para tomadores de contas	Memorando nº 018/TCE	16/01/13.	UG: 255014 SIORG: 7482	Durante a vigência da Ordem de Serviço/Funasa nº 01/2005, os processos em sua maioria eram instaurados sem que os pareceres técnicos e financeiros possibilitassem aos tomadores condições plenas para quantificar o valor do dano e apurar as responsabilidades. Outro fato que contribuiu para atraso dos trabalhos de TCE foi decisão da Funasa em priorizar os processos de PAC ficando os processos de TCE pendente de parecer técnico e financeiro. Também, devido à falta de pessoal no Secon alguns processos tiveram que retornar mais de uma vez a área administrativa.	As situações estão sendo resolvidas caso a caso.	Em decorrência da falta de pessoal no Secon, especificamente no Secon, Sobre muitas atividades acabaram prejudicadas. O Secon está buscando solucionar problemas em decorrência desta situação. Há situações em que a TCE foi concluída, mas em face do valor ser inferior a 75 mil (IN TCU 71/2012) foi convertida em cobrança administrativa. Nesta situação esta A TCE do convênio 334/2002, que se encontra no Secon.	Pendente
----	------------------------------------	-----------------------	----------	--	----------------------	-----------	------------------------	---	--	---	----------

				no sentido de priorizar a finalização de tais procedimentos.								
--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Diadm/Secon – 03.2013

10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A responsabilidade pela atuação da Unidade de Auditoria Interna é da Unidade Central da Funasa, cabendo às Superintendências Estaduais o cumprimento de deliberações emanadas.

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecidas na Lei 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro LIV – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função.	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função.	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	26	0	26
	Entregaram a DBR	23	0	23
	Não cumpriram a obrigação	03	0	03
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	25	0	25
	Entregaram a DBR	22	0	22
	Não cumpriram a obrigação	03	0	03
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	01	0	01
	Entregaram a DBR	01	0	01
	Não cumpriram a obrigação	00	0	00

Fonte: Siape/Siapecad/Funasa/Sereh/02/2013

10.3.2 Análise Crítica

- Providências adotadas pela UJ em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR;
 - Foram notificados a entregar o recibo da DBR por meio de Memorando Circular, a situação foi sanada, com entrega das DBR pelos servidores interessados e arquivadas na pasta funcional dos mesmos no Setor de Cadastro
- Identificação da unidade interna (departamento, gerência, etc.) incumbida de gerenciar a recepção das DBR;
 - Serviço de Recursos Humanos/Setor de Cadastro/Setor de Pagamento.
- Existência ou não de sistema informatizado para esse gerenciamento;
 - Não, o controle ocorre de maneira manual.
- Forma de recepção das DBR: se em papel ou se há sistemática de autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil, e como esse acesso se dá;
 - A forma de Recepção das DBR ocorre em formulário específico delineado pela Presidência da FUNASA.
- Realização ou não de algum tipo de análise, pela a UJ, das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida;
 - No âmbito do órgão a nível local não existe análise, em virtude do controle já ocorrer na Receita Federal e pelos órgãos de controle.

- Forma de guarda das DBR diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações.
 - As informações documentais são arquivadas na pasta funcional das autoridades, servidores e empregados, sendo utilizado somente para auditoria quando solicitado.

10.4 Declaração de Atualização de Dados no SIASG E SICONV

10.4.1 Declaração de Atualização de Dados no SIASG E SICONV



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Superintendência Estadual do Pará

DECLARAÇÃO

Eu, Florivaldo Vieira Martins, CPF. nº. 108.654.972-49, ocupante do cargo de Superintendente Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Pará, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade, estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº. 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Belém - Pa, 22 de fevereiro de 2013.

Florivaldo Vieira Martins
108.654.972-49
Superintendente Estadual do Pará

11. Informações Contábeis

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos.

Os cálculos e registros da depreciação dos bens do Ativo Imobilizado desta Fundação observam o estabelecido na Macrofunção n.º 02.03.30 do Manual SIAFI, em consonância com as seguintes leis: Lei n.º 4320/64, Lei Complementar n.º 101/2000 e Lei n.º 10.180/2001 e, ainda, com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCT), a saber:



1. Metodologia de cálculo – Método das Quotas Constantes, conforme o item n.º 48 da Macrofunção;
2. As taxas de depreciação foram definidas de acordo com o valor depreciável dos bens, em função do tempo de vida útil, e dos percentuais para cálculo do valor residual preestabelecidos no item n.º 27, do referido documento;
3. A depreciação baseou-se no custo histórico do bem (Valor da Nota Fiscal) registrado no SIAFI, uma vez que não foram realizadas as avaliações de valor econômico de cada bem do imobilizado;
4. O patrimônio, a partir da depreciação, sofreu um decréscimo decorrente da perda de valor dos ativos e variação no resultado diminutivo extra-orçamentário.

Cabe aqui destacar que, devido à escassez de pessoal, a avaliação e mensuração das disponibilidades; dos créditos e dívidas; dos estoques, dos investimentos; do imobilizado; do intangível e do diferido não foram realizados. No entanto, informa-se que esta Funasa envidará todos os esforços no sentido de contratar, com a urgência que o assunto requer uma empresa para efetuar tal serviço, a nível nacional, abrangendo a todas as Unidades Gestoras que compõem este Órgão.

Informa-se, ainda, que a Setorial Contábil desta Funasa vem realizando, temporariamente, o cálculo da depreciação da UG 255014 – SUEST/PA visto que esta ainda não utiliza o Sistema de Controle Patrimonial.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração com Ressalva

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA																			
Denominação completa (UJ)			Código da UG																
Superintendência Estadual da FUNASA no Estado do Pará			255014																
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>RESTRIÇÃO</th> <th>TÍTULO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>101</td> <td>FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMB</td> </tr> <tr> <td>102</td> <td>SALDO CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/ RMB</td> </tr> <tr> <td>104</td> <td>SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANST. AT. PERMAN.</td> </tr> <tr> <td>109</td> <td>INCONSISTENCIA OUTROS - ATIVO PERMANENTE</td> </tr> <tr> <td>110</td> <td>SALDO INVERTIDO/INDEVIDO - ATIVO PERMANENTE</td> </tr> <tr> <td>163</td> <td>SLD.ALONGADOS CTAS TRANSITORIAS AT.COMP.</td> </tr> <tr> <td>973</td> <td>FALTA DE TEMPESTIVIDADE NA REMESSA DE DOCUMEN</td> </tr> </tbody> </table> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>				RESTRIÇÃO	TÍTULO	101	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMB	102	SALDO CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/ RMB	104	SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANST. AT. PERMAN.	109	INCONSISTENCIA OUTROS - ATIVO PERMANENTE	110	SALDO INVERTIDO/INDEVIDO - ATIVO PERMANENTE	163	SLD.ALONGADOS CTAS TRANSITORIAS AT.COMP.	973	FALTA DE TEMPESTIVIDADE NA REMESSA DE DOCUMEN
RESTRIÇÃO	TÍTULO																		
101	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMB																		
102	SALDO CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/ RMB																		
104	SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANST. AT. PERMAN.																		
109	INCONSISTENCIA OUTROS - ATIVO PERMANENTE																		
110	SALDO INVERTIDO/INDEVIDO - ATIVO PERMANENTE																		
163	SLD.ALONGADOS CTAS TRANSITORIAS AT.COMP.																		
973	FALTA DE TEMPESTIVIDADE NA REMESSA DE DOCUMEN																		
Local	Brasília-DF.		Data																
Contador Responsável	 Evanice Camargo Cardoso		CRC nº 4763																
Ordenador de Despesas	 Assinatura/carimbo Florivaldo Vieira Martins Superintendente Estadual do Pará Port. nº 1.305/2010																		

11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

11.4 Parecer da Auditoria Independente

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

12 Outras Informações sobre a Gestão

12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Este tópico não foi utilizado, pelo fato de não ter havido quaisquer outras informações julgadas relevantes.

Durante o exercício de 2012 a Suest-Pa desenvolveu suas atribuições seguindo as orientações da Presidência da Funasa que alterou o instrumento de planejamento e como este deveria ser desenvolvido nas Suests. Inicialmente segue-se uma nova PPA - 2012-2015 – utilizando como Plano de Ação uma ferramenta que possibilita o monitoramento e os ajustes do conteúdo proposto.

Foram desenvolvidas 23 macroações definidas em sua maioria pela Presidência do Órgão, 46 subações e 164 atividades desdobradas pela Suest através das áreas de Saneamento Ambiental, Saúde Indígena, Recursos Humanos, Administração e Astec. Por ser uma forma nova de planejar nem todas as ações desenvolvidas pela Suest consta do MS Project.

Em relação ao Project a Suest alcançou um percentual de 64% durante o exercício de 2012, nenhuma das áreas alcançou o índice máximo. Do total de 23 macroações 52,17% foram concluídas sendo que 16,6% superaram a meta.

É importante garantir recursos para a locomoção das equipes tanto de Saúde Ambiental quanto Saneamento Ambiental e área de Administração. A necessidade de apresentar resultados sobre as atividades desenvolvidas exige que a utilização de recursos financeiros. Por exemplo, atividades da área administrativa relacionadas à regularização de bens imóveis da Funasa em vários municípios do estado, algo urgente, mas que requer tempo para ser executado, não dependendo apenas de uma única viagem para resolver.

A melhoria nas instalações físicas da Superintendência é importante neste processo, considerando que significa melhorias nas condições de trabalho e que não foi efetivada durante o exercício de 2012, mas que se pretende concretizar em 2013. Assim como em relação à finalização no processo de melhoria do auditório e a aquisição da mobília necessária, considerando a indicação ergonômica estabelecida no Laudo Ambiental. São ações importantes para a melhoria nas condições de trabalho e que conseqüentemente, possibilitará uma melhora nos resultados das ações finalísticas. Estas atividades foram programadas para 2012, mas, não foi possível concretizá-las por falta de recurso financeiro.

Anexo I

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro XLV - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF-Pará	97	97
	Município - Belém	05	05
	Município - Abaetetuba	04	04
	Município - Abel Figueiredo	01	01
	Município - Alenquer	02	02
	Município - Almerim	01	01
	Município - Altamira	05	05
	Município - Aveiro	02	02
	Município - Barcarena	01	01
	Município - Bom Jesus do Tocantins	02	02
	Município - Benevides	01	01
	Município - Brasil Novo	03	03
	Município - Brejo Grande	01	01
	Município - Breves	04	04
	Município - Cametá	06	06
	Município - Capanema	03	03
	Município - Castanhal	05	05
	Município - Conceição do Araguaia	01	01
	Município - Curuá	01	01
	Município - Eldorado do Carajás	01	01
	Município - Igarapé-Açú	03	03
	Município - Igarapé-Miri	02	02
	Município - Itaituba	03	03
	Município - Itupiranga	01	01
	Município - Jacundá	01	01
	Município - Jacareacanga	01	01
	Município - Marabá	05	05
	Município - Marapanim	01	01
	Município - Medicilândia	04	04
	Município - Moju	01	01
	Município - Monte Alegre	02	02
	Município - Nova Ipixuna	01	01

BRASIL	Município – Novo Repartimento	01	01
	Município – Óbidos	01	01
	Município – Oriximiná	04	04
	Município – Palestina	01	01
	Município – Parauapebas	01	01
	Município – Rondon do Pará	01	01
	Município – Rio Maria	01	01
	Município - Ruropolis	01	01
	Município – Santa Izabel do Pará	01	01
	Município - Santarém	02	02
	Município –I São Domingo do Capim	01	01
	Município – São Félix do Xingú	01	01
	Município – Soure	02	02
	Município – Xinguara	01	01
	Município – Vitória do Xingú	02	02
	Município – Paragominas	01	01
	Município – Goianésia	01	01
Subtotal Brasil		97	97
EXTERIOR	PAÍS 1	Não se aplica	Não se aplica
	Cidade 1		
Subtotal Exterior		Não se aplica	Não se aplica
Total (Brasil + Exterior)		97	97

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Diadm/Sopat – 01/2013- Relatórios de Inventário de Bens Imóveis e da Relação Detalhada de Imóveis por UG/UF/MUNICIPIOS do SPIUnet. / documentos de imóveis em arquivo na Suest-Pa

Anexo II

7.2.3. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro XLVII - Discriminações dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa Manutenção com no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
25.5014	0427.00555.500-8	21	02	977.735,31	-	-	6.333,96	141.457,20
25.5014	0427.00531.500-7	10	05	12.761,64	-	-	-	-
25.5014	0427.00561.500-0	21	02	41.453,02	-	-	-	-
25.5014	-	10	02	-	-	-	-	-
25.5014	-	10	02	0,01	-	-	-	-
25.5014	0401.00007.500.4	05	-	90.191,80	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-

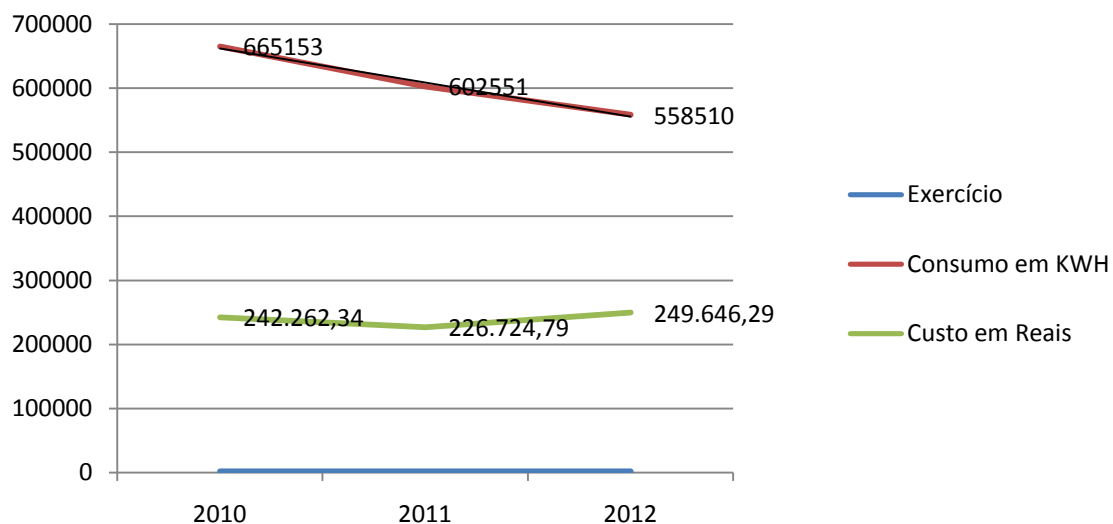
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	0411.00294.500-3	05	-	797.972,03	-	-	-	-
25.5014	0411.00301.500-0	22	05	83.840,46	-	-	-	-
25.5014	0411.00275.500-0	22	05	8.250,00	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	21/15/	-	-	-	-	-	-
25.5014	0575.00002.500-7	05	-	32.133,30	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	0429.00009.500-5	05	-	11.888,60	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	0435.00012.500-6	10	-	-	-	-	-	-
25.5014	0435.5001.500-1	05	-	138.529,87	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	0441.00010.500-0	05	-	96.738,99	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	0443.00021.500-6	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	0443.00022.500-1	05	-	2.097,60	-	-	-	-
25.5014	0443.00023.500-7	05	-	40.214,44	-	-	-	-
25.5014	0447.00178.500-3	05	04	107.169,55	-	-	-	-
25.5014	0447.00176.500-2	05	04	154.744,20	-	-	-	-
25.5014	-	05	04	--	-	-	-	-
25.5014	-	05	04	-	-	-	-	-
25.5014	-	05	04	-	-	-	-	-
25.5014	0453.00142.500-1	21	-	1.890,00	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	0465.00014.500-9	21	-	3.290,00	-	-	-	-
25.5014	0471.00235.500-5	22	04	197.985,06	-	-	-	-
25.5014	0471.00291.500-0	05	-	191.430,04	-	-	-	-

25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	0475.00004.500-1	10	-	13.675,00	-	-	-	-
25.5014	0475.00005.500-7	10	-	10.940,93	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	0483.00172.500-7	05	-	254.729,48	-	-	-	-
25.5014	0483.00175.500-3	05	-	16.547,06	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	22	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	0493.00005.500-5	12/14	-	-	-	-	-	-
25.5014	0495.00140.500-6	05	-	317.967,00	-	-	-	-
25.5014	-	-	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	0501.00019.500-6	05	-	33.974,98	-	-	-	-
25.5014	0505.00021.500-0	05	-	426.381,93	-	-	-	-
25.5014	0505.00022.500-5	05	-	60.266,70	-	-	-	-
25.5014	0505.00023.500-0	22	-	15.592,53	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	0573.00009.500-9	05	-	7.163,75	-	-	-	-
25.5014	056.9.00002.500-2	10	-	2.131,50	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	0535.00100.500-0	05	-	1.541.113,08	-	-	-	-
25.5014	0543.00006.500-0	14	-	1.980,00	-	-	-	-
25.5014	0545.00013.500-5	10	-	46.856,60	-	-	-	-
25.5014	0557.00010.500-2	05	-	4.613,73	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	0561.00017.500-9	05	-	5.940,00	-	-	-	-
25.5014	0571.00015.500-5	10	-	2.047,65	-	-	-	-
25.5014	0411.00265.500-5	05	-	8.250,00	-	-	-	-
25.5014	-	05	-	-	-	-	-	-
25.5014	-	10	-	-	-	-	-	-
25.5014	0627.00002.500-3	10	-	1.200,00	-	-	-	-
Total							6.333,96	141.457,20
Fonte: Funasa/Suest-Pa/Diadm/Sopat - 01/2013- Relatórios de Inventário de Bens Imóveis e da Relação Detalhada de Imóveis por UG/UF/MUNICIPIOS do SPIUnet. / documentos de imóveis em arquivo na Suest-Pa								

Anexo III

9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Gráfico I - Desempenho do Consumo de Energia em KWh, da Suest-Pa, durante o período de 2010 a 2012



Fonte: Funasa/Suest-Pa/Diadm/Salog/ 01/2013

FUNASA

MISSÃO

Promover a saúde pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental.

VISÃO DE FUTURO

Até 2030, a **Funasa**, integrante do SUS, será uma instituição de referência nacional e internacional nas ações de saneamento e saúde ambiental, contribuindo com as metas de universalização do saneamento no Brasil.

VALORES

Ética;
Eqüidade;
Transparência;
Eficiência, Eficácia e Efetividade;
Valorização dos servidores;
Compromisso socioambiental.



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde

